

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

HADAQUEL DA SILVA ALCÂNTARA

**A IMPLEMENTAÇÃO E A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO
MÉDIO INOVADOR EM TRÊS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE
MANAUS**

JUIZ DE FORA

2015

HADAQUEL DA SILVA ALCÂNTARA

**A IMPLEMENTAÇÃO E A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO
MÉDIO INOVADOR EM TRÊS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE
MANAUS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof^o. Dr. Lourival Batista Oliveira Júnior

JUIZ DE FORA

2015

HADAQUEL DA SILVA ALCÂNTARA

**A IMPLEMENTAÇÃO E A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO
MÉDIO INOVADOR EM TRÊS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE
MANAUS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Lourival Batista de Oliveira Júnior - orientador

Membro da banca

Membro da banca

Dedico este estudo a todos que acreditam ser possível uma educação pública de qualidade.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial ao meu marido, à minha mãe, às minhas irmãs e à minha sogra. Obrigada, por todo apoio, pois sem vocês não teria conseguido chegar até aqui. Obrigada por cuidarem do meu pequeno Gabriel enquanto estive ausente, não só nos períodos presenciais, mas também quando tive que me isolar para a escrita desta dissertação. Agradeço imensamente vocês.

À Secretaria de Estado da Educação do Amazonas pelo incentivo à qualificação docente.

À Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) e sua equipe de profissionais do Núcleo de Dissertação que contribuíram para a concretização deste estudo, em especial, Mayanna Santos e Leonardo Mattos. Obrigada pelas contribuições trazidas durante a leitura do meu texto. Aos docentes e aos tutores do PPGP por compartilharem conhecimentos sobre a educação pública brasileira.

Às colegas do PPGP, especialmente, Márcia Cristina que me incentivou a continuar e acreditar que seria possível concluir o mestrado, e Lúcia Regina por ter contribuído com minha pesquisa, sem ela a estrada percorrida para estudar o ProEMI teria sido muito mais árdua.

Aos amigos Vilson Araújo, Leila e Eduardo, obrigada pela força.

Ao Professor Lourival Batista Oliveira Júnior, que me orientou na construção desta dissertação. Obrigada por todas as contribuições em meu texto.

Aos gestores, professores e articuladores das Escolas A e C por terem contribuído com minha pesquisa de campo.

“Registrar as brechas das políticas públicas é fácil, o difícil é o diálogo para a construção das melhorias.”

(Rafael O. Leme, s/d)

RESUMO

Esta Dissertação traz em seu conteúdo uma análise do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), cuja principal finalidade é promover indução de rearranjos curriculares por meio do apoio técnico-financeiro do MEC. O objetivo foi compreender como se deu o processo de implementação e operacionalização dessa política em três escolas da Rede Estadual de Ensino de Manaus/AM. Em decorrência deste estudo, organizamos este texto em três capítulos. No Capítulo I, realizamos a descrição do presente caso de gestão, a partir dos estudos dos documentos oficiais que contribuíram para o entendimento do programa, em especial seus Documentos Orientadores, e da caracterização dos atores e das escolas que constituem o universo dessa investigação. Desse primeiro momento, foi possível perceber as inúmeras dificuldades na operacionalização do ProEMI. No Capítulo II, traçamos o percurso metodológico da pesquisa qualitativa, seus instrumentos de coleta de dados (a entrevista semiestruturada com a Coordenadora Institucional, e questionários aplicados aos gestores escolares, professores articuladores e professores regentes das escolas selecionadas). Para fundamentar este estudo, a primeira análise do ProEMI teve como suporte o modelo de avaliação de políticas públicas proposto por Condé (2011). As análises do Projeto de Redesenho Curricular (PRC) das três escolas pesquisadas tiveram como suporte teórico os estudos de Mainardes (2006). Por sua vez, os estudos do ProEMI como política de currículo e a análise dos dados da pesquisa de campo tiveram suporte teórico de autores que discutem políticas de currículo, tais como: Lopes (2008, 2010), Lopes e Macedo (2011), Silva (2009, 2014), Krawczyk (2003) e Schneckenberg (2000). Foi possível perceber que, no contexto da prática, o programa é pouco compreendido pelos atores escolares e que os PRC das escolas pesquisadas existem apenas no aspecto formal. As escolas apenas realizam as compras de materiais, mas não conseguem inovar o trabalho pedagógico. Além disso, foi possível identificar que algumas diretrizes do programa são negligenciadas pela SEDUC. No Capítulo III, tendo em vista a falta de conexão entre o discurso oficial e a operacionalização do programa, propusemos um Plano de Ação Educacional, constituído de 13 estratégias, a serem consideradas pelas escolas que executam o ProEMI. Por fim, trazemos uma sucinta reflexão sobre as fragilidades da política e sobre os principais desafios a serem superados para que esse programa consiga de fato mudar a realidade do Ensino Médio público.

Palavras-chave: Ensino Médio. Políticas de Currículo. Ensino Médio Inovador.

ABSTRACT

This Dissertation brings the analysis of the Innovative High School Program (ProEMI, in Portuguese), whose main objective is to promote the induction of circular rearrangements through financial and technical support from the Ministry for Education. The objective of this study was to understand how the process of implementation and management of this policy came to pass in three public schools from the state network of Manaus/AM. According to this study, this text was organized in three chapters. In chapter I, we conducted the description of the present management case study from the investigation of official documents that contributed to the understanding of the program, especially their guiding documents, and from the characterization of the actors and of the schools that constitute the universe of this investigation. From this first moment, it was possible to realize the countless difficulties in implementing the ProEMI. In the chapter II, we outlined the methodological path of the qualitative research, its instruments of data collection (semi structured interviews with the Institutional Coordinator, and surveys applied to the school principals, articulating teachers and teacher in charge of classrooms from the selected schools. To fundament this study, the first analysis of ProEMI had as support the model for evaluation of public policies proposed by Condé (2011). The analyses of the Project of Curricular Redesign (PRC, in Portuguese) from the three researched schools had as a theoretical support the studies of Mainardes (2006). Moreover, the studies of ProEMI as a curriculum policy and the analysis of the field research data had theoretical support of the authors who discuss curriculum policies, such as: Lopes (2008, 2010), Lopes and Macedo (2011), Silva (2009, 2014), Krawczyk (2003) and Schneckenberg (2000). It was possible to conclude that, in the context of practice, the program has low understanding levels by school actors and that the PRC of the researched schools only exist in the formal aspect. The schools only conduct supply purchases, but they cannot innovate in the pedagogical work. Besides, it was possible to identify that some of the program's guidelines are neglected by SEDUC. In the Chapter III, given the lack of connection between the official discourse and the implementation of the program, we propose an Educational Action Plan, composed of 13 strategies to be considered by schools that take part in ProEMI. Lastly, we bring a brief reflection about the fragilities of the policy and regarding the main challenges to be overcome so that this program may, in fact, change the reality of public High School.

Key words: High School. Curriculum Policies. Innovative High School.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Quadro 1 – Detalhamento da Estrutura Física das Escolas A, B e C.....	40
Quadro 2 – PRC Escola A – Macrocampos obrigatórios.....	46
Quadro 3 – PRC Escola B – Macrocampos obrigatórios.....	46
Quadro 4 – PRC Escola C – Macrocampos obrigatórios	47
Quadro 5 – PRC Escola A – Macrocampos eletivos	49
Quadro 6 – PRC Escola B – Macrocampos eletivos	50
Quadro 7 – PRC Escola C – Macrocampos eletivos	51
Quadro 8 – Fases do ProEMI.....	61
Quadro 9 – Relatório: Dificuldades que as escolas estão enfrentando para implementação e execução do Programa Ensino Médio Inovador – 2012.....	62
Quadro 10 – Estrutura Curricular do Ensino Médio: Capital e Interior.....	65
Quadro 11 – Perfil dos professores regentes das escolas A.....	83
Quadro 12 – Perfil dos professores regentes das escolas C	84
Quadro 13 – Plano de Ação sobre limite no número de alunos matriculados por sala e lotação de professores de 40 horas	101
Quadro 14 – Plano de Ação da criação da cartilha com orientações pedagógicas para adesão e elaboração do PRC	102
Quadro 15 – Plano de Ação da proposta de capacitação dos gestores	104
Quadro 16 – Plano de Ação para capacitação do corpo docente	105
Quadro 17 – Plano de Ação para escolha do Professor Articulador	105
Quadro 18 – Plano de Ação para construção coletiva do PRC	106
Quadro 19 – Plano de Ação para definição coletiva e otimização do uso dos recursos financeiros do ProEMI	107
Quadro 20 – Plano de Ação para acompanhamento das ações do PRC pela equipe gestora	108
Quadro 21 – Plano de Ação do acompanhamento da operacionalização das ações do redesenho curricular.....	109
Quadro 22 – Plano de ação da avaliação das escolas com ProEMI	110
Quadro 23 – Plano de Ação para criação da rede de troca de experiências das escolas com ProEMI por meio do Portal do Ensino Médio.....	111
Quadro 24 – Plano de Ação do Seminário Anual do ProEMI	112

Quadro 25 – Plano de Ação do comunicado à SEDUC sobre o depósito dos recursos financeiros	113
---	-----

LISTA DE TABELA

Tabela 1– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes	39
Tabela 2 – Composição do Quadro de Professores das Escolas A, B e C	40
Tabela 3 – Quantitativo de Turmas e Alunos por Série – Escolas A, B e C em 2014	41
Tabela 4 – Indicadores de Aprovação, Reprovação, Abandono e Distorção Idade-série das Escolas A, B e C em 2013	42
Tabela 5 – Comparativo IDEAM em 2011 e 2012.....	42
Tabela 6 – Recursos repessados pelo FNDE para as escolas pesquisadas - 1ª parcela em 2014.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS

CDE	Coordenadoria Distrital de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
DPPE	Departamento de Políticas e Programas Educacionais
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEM	Gerência de Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEAM	Índice de Desenvolvimento de Educação do Amazonas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PAE	Plano de Ação Educacional
PAG	Plano de Atendimento Global
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRC	Proposta de Reestruturação Curricular
PRC	Projeto de Redesenho Curricular
ProEMI	Programa Ensino Médio Inovador
SADEAM	Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino
SIGEAM	Sistema de Gestão Escolar do Amazonas
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SIS	Síntese dos Indicadores Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 BREVE ESTUDO DO CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR EM ÂMBITO NACIONAL.....	19
1.1 O PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR.....	24
1.2 A INSERÇÃO DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR (PROEMI) COMO POLÍTICA VOLTADA A REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO.....	28
1.3 ASPECTOS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SEDUC E O TRABALHO COM O PROEMI.....	31
1.4 BREVE HISTÓRICO DA ADESÃO DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO AMAZONAS AO PROEMI.....	32
1.5 ATORES DO PROEMI.....	35
1.5.1 Secretário Estadual de Educação.....	35
1.5.2 Coordenador Institucional do Programa.....	36
1.5.3 Gestores escolares.....	37
1.5.4 Professores Articuladores do Programa.....	37
1.6 AS ESCOLAS PESQUISAS.....	38
1.6.1 Caracterização das escolas pesquisadas.....	38
1.6.2 Síntese da caracterização das escolas.....	43
1.7 PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DAS ESCOLAS A, B C....	45
1.8 SÍNTESE DA PROBLEMATIZAÇÃO DO CASO DE GESTÃO ESTUDADO.....	53
2 ANÁLISES POSSÍVEIS DA IMPLEMENTAÇÃO E DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ProEMI EM TRÊS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL.....	55
2.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	55
2.1.1 Metodologia.....	55
2.1.2 Coleta de Dados.....	56
2.1.3 Análise e Interpretação de Dados da Pesquisa Qualitativa.....	58
2.2 O PROEMI NO CONTEXTO DA PRÁTICA.....	59
2.2.1 Análise do Programa Ensino Médio Inovador à luz do modelo de avaliação de políticas públicas.....	59
2.2.2 Análise do Projeto de Redesenho Curricular das três escolas pesquisadas: indicativo de desvios em relação à proposta do programa no contexto da prática.....	64

2.3 O PROEMI COMO POLÍTICA DE CURRÍCULO E A ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	67
2.3.1 O ProEMI como política de incentivo às escolas no processo de inovação curricular.....	68
2.3.2 A visão dos gestores escolares das escolas A, B e C e a articulação com a teoria	70
2.3.3 A visão dos professores articuladores das escolas A e C	76
2.3.4 A visão dos professores atuantes nas escolas A e C.....	82
2.3.5 A visão do Coordenador Institucional do ProEMI	88
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA A MELHORIA DA IMPLEMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO ProEMI NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL.....	90
3.1 PRINCIPAIS ASPECTOS DO CASO DE GESTÃO DESCRITO E DA PESQUISA DE CAMPO REALIZADA.....	95
3.2. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	99
3.2.1 Estratégias das escolas.....	100
3.2.1.1 <i>Limite no número de alunos matriculados por sala e lotação de professores de 40 horas</i>	100
3.2.1.2 <i>Elaboração de cartilha com orientações pedagógicas para adesão e elaboração do PRC.....</i>	101
3.2.1.3 <i>Criação de comunidade de prática para capacitação dos gestores escolares</i>	103
3.2.1.4 <i>Capacitação do corpo docente.....</i>	104
3.2.1.5 <i>Escolha do Professor Articulador</i>	105
3.2.1.6 <i>Construção coletiva do PRC</i>	106
3.2.1.7 <i>Definição coletiva do uso dos recursos financeiros do ProEMI.....</i>	106
3.2.1.8 <i>Acompanhamento das ações do PRC pela equipe gestora</i>	107
3.2.1.9 <i>Acompanhamento da operacionalização das ações do redesenho curricular pelas CDEs</i>	108
3.2.1.10 <i>Avaliação das escolas com ProEMI</i>	109
3.2.1.11 <i>Criação da rede de troca de experiências das escolas com ProEMI por meio do Portal do Ensino Médio.....</i>	110
3.2.1.12 <i>Criação de Seminário Anual do ProEMI.....</i>	111
3.2.1.13 <i>Comunicado à SEDUC sobre o depósito dos recursos financeiros.....</i>	112

3.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	113
REFERÊNCIAS.....	117
APÊNDICE A – FRAGMENTOS DAS RESPOSTAS DOS GESTORES DAS ESCOLAS A E C.....	123
APÊNDICE B – FRAGMENTOS DAS RESPOSTAS DOS PROFESSORES ARTICULADORES DAS ESCOLAS A E C.....	124
APÊNDICE C – FRAGMENTOS DAS REPOSTAS DOS PROFESSORES ATUANTES NAS ESCOLAS A E C	125
APÊNDICE C - FRAGMENTOS DAS REPOSTAS DOS PROFESSORES ATUANTES NAS ESCOLAS A E C (CONTINUAÇÃO)	126
APÊNDICE D – FRAGMENTOS DO DEPOIMENTO DO COORDENADOR INSTITUCIONAL DO PROEMI	127
APÊNDICE E – MODELO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM COORDENADOR INSTITUCIONAL.....	129
APÊNDICE F – MODELO QUESTIONÁRIO APLICADO COM PROFESSORES ATUANTES NAS ESCOLAS COM PROEMI	130
APÊNDICE G – MODELO QUESTIONÁRIO APLICADO COM GESTOR DE ESCOLA COM PROEMI.....	134
APÊNDICE H – MODELO QUESTIONÁRIO APLICADO COM PROFESSOR ARTICULADOR DO PROEMI.....	139

INTRODUÇÃO

O presente caso de gestão tem como objetivo estudar a adesão de três escolas da Rede Estadual de Ensino do Amazonas, situadas em Manaus, ao Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), com foco no processo de implementação e operacionalização dessa política pública idealizada e apoiada financeiramente pelo Ministério da Educação (MEC) com vistas à melhoria da qualidade dessa etapa de ensino, por meio da inovação curricular, tornando-a mais atrativa aos jovens.

O ProEMI é um programa cuja finalidade é promover o redesenho curricular em consonância com as Diretrizes Gerais para a Educação Básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, previstas na Resolução CNE/CEB 02/2012. Logo, entende-se a necessidade de superar a tradicional fragmentação do currículo por disciplinas, passando a organizá-lo por áreas do conhecimento.

Vale ressaltar que o interesse em desenvolver esta pesquisa partiu da experiência profissional da pesquisadora, que atuou, em 2011, como coordenadora de área em uma escola que participa do ProEMI. Nela, percebeu-se que a adesão ao programa não implicou em inovação no trabalho pedagógico, pois as ações/atividades do ProEMI não foram realizadas. A escola apenas realizou compra de materiais, mas não conseguiu pôr em prática as ações de redesenho curricular. Tudo em consequência da falta de entendimento da proposta do programa.

Em 2014, a pesquisadora teve oportunidade de trabalhar em outra escola cadastrada no programa e se deparou com o mesmo cenário da escola anterior. Nesta unidade, percebeu-se que tanto a equipe gestora quanto o corpo docente detinham pouco conhecimento dos objetivos do ProEMI, o que favoreceu para a construção de um projeto de redesenho curricular com ações desarticuladas dos objetivos da proposta do MEC.

Assim, por conta dessas experiências e por ser o ProEMI um programa consolidado no Ensino Médio Estadual e de grande abrangência, parece-nos ser de suma importância desenvolver esta investigação sobre tal temática. Em 2014, 57 escolas já participavam dessa política, mesmo assim, pelos relatos de gestores e professores articuladores, as unidades enfrentam inúmeras dificuldades em executar as ações de inovação curricular.

Para este trabalho, em primeiro momento, foram considerados os dados produzidos pelos institutos de pesquisas nacionais e pelos sistemas de gestão e de avaliação regionais. Também serão levados em consideração os parâmetros legais que balizam o ProEMI, tais como portarias, resoluções, pareceres e os seus Documentos Orientadores, bem como as bases legais da Secretaria Estadual de Educação que ajudaram a descrever o presente caso.

Já a percepção dos atores – gestor escolar, professor articulador – professores – foi apurada por meio de questionário, em três estabelecimentos de ensino da rede estadual. Por sua vez, a percepção do Coordenador Institucional foi apurada por meio de entrevista com roteiro semiestruturado. Para a seleção das instituições pesquisadas, tomou-se por critério o fato de que elas apresentavam decréscimos em seus indicadores educacionais, principalmente em relação às taxas de abandono, de reprovação e ao Índice de Desenvolvimento da Educação do Amazonas (IDEAM), mesmo depois de inseridas no programa. Vale destacar que as mudanças curriculares propostas pelo programa pretendem contribuir para o enfrentamento dos altos índices de abandono e reprovação escolar.

Para promover a descrição do objeto de estudo, sua análise e posterior apresentação de plano de intervenção para o problema que ora se coloca, optou-se em dividir esta dissertação em três capítulos.

O Capítulo 1 tem por finalidade descrever o caso de gestão, do qual provém o objeto de estudo desta pesquisa. Para isso, inicia-se com uma breve apresentação do contexto de criação do ProEMI. Em primeiro momento, apresenta-se a descrição do programa, destacando suas bases legais, seus objetivos e suas etapas operacionais. Em seguida, explana-se sobre a importância dessa política para a reestruturação curricular do Ensino Médio. Após, faz-se um delineamento dos aspectos estruturais da SEDUC relacionados ao ProEMI. Em seguida, apresenta-se um breve estudo da adesão das escolas da Rede Estadual ao programa em análise. Por fim, em suas duas últimas seções, trazemos a caracterização dos principais atores do caso e das três escolas pesquisadas.

O Capítulo 2 apresenta o percurso metodológico da pesquisa e a análise dos dados pesquisados em diálogo com os referenciais teóricos e com pesquisas já realizadas sobre o mesmo tema. Primeiro, será apresentada uma análise do ProEMI à luz do modelo de avaliação proposto por Condé (2011). Logo em seguida, será proposta uma breve análise do PRC das três escolas pesquisadas tendo por base

as contribuições de Mainardes (2006), no tocante ao ciclo das políticas educacionais. Por fim, serão realizados os estudos do ProEMI como política de currículo e a análise dos dados da pesquisa de campo, tendo como suporte teórico os autores que discutem políticas de currículo, tais como: Lopes (2008, 2010), Lopes e Macedo (2011), Silva (2009, 2014), Krawczyk (2003) e Schneckenberg (2000).

Finalmente, o Capítulo 3 apresenta um Plano de Ação Educacional (PAE). Para tanto, será feita uma síntese dos aspectos observados a partir da descrição contida no Capítulo I e durante a pesquisa de campo. Em seguida, serão apresentadas proposições de medidas saneadoras ao presente caso em estudo. Por último, trazemos uma sucinta reflexão sobre as fragilidades da política e sobre seus principais desafios.

1 BREVE ESTUDO DO CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR EM ÂMBITO NACIONAL

O Ministério da Educação (MEC), visando cumprir o estipulado na Meta 3 do Plano Nacional de Educação, que propõe a universalização do Ensino Médio até o ano de 2016 a toda população de 15 a 17 anos, bem como elevar, até o ano de 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento), sentiu a necessidade de ampliar suas ações nesse segmento, por meio de políticas públicas que pudessem transformá-lo em uma etapa da educação básica de qualidade e mais atrativa aos interesses dos jovens (BRASIL, 2014).

Além disso, os indicadores quantitativos apurados nos anos de 2007 a 2010 denunciam que, apesar da expansão do sistema de ensino brasileiro, uma parcela significativa de jovens na referida faixa etária continuava sendo excluída do processo de escolarização. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (BRASIL, 2009b, p. 6), relativos aos anos de 2007, “apontavam 608 mil adolescentes de até 17 anos matriculados no Ensino Fundamental na modalidade EJA” e, segundo dados da PNAD 2007, “dos 9.464.792 jovens de 15 a 17 anos, 1.584.365 não estudavam e 2.895.870 trabalhavam” (BRASIL, 2009b, p. 6).

Também os dados das avaliações de larga escala - Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) - influenciaram na criação de uma política pública voltada exclusivamente a essa etapa de ensino, conforme consta no Parecer nº. 11/2009, de 30 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Educação, que aprova a proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio pleiteada pelo MEC (BRASIL, 2009).

Vale destacar que os dados do Censo 2010 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do ano de 2009, assim como a Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também apontaram a necessidade de rever as condições de oferta do Ensino Médio público no país, pois, apesar da democratização do acesso, continua apresentando altas taxas de reprovação e de abandono.

O Censo Escolar de 2010 aponta que a taxa de reprovação do Ensino Médio alcançou expressivos 12,6%. Por sua vez, a taxa de abandono, atingiu o percentual

de 10,3% dos jovens matriculados no referenciado segmento. Já em relação ao percentual de aprovação, apenas 77,1% dos estudantes conseguiram resultados positivos (MERITT e FUNDAÇÃO LEMANN, 2014).

Outro indicador que contribuiu para essa iniciativa do MEC foi a taxa de distorção idade-série que, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) de 2010, na faixa de 15 a 17 anos, somente 50,9% dos jovens estão na série/ano adequado, isto é, no Ensino Médio (BRASIL, 2011).

Assim, buscando superar as fragilidades do Ensino Médio, que, mesmo após anos da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), ainda não conseguiu garantir a universalização, a permanência e a aprendizagem significativa para a maioria dos jovens matriculados nesse segmento, foi que o MEC sentiu a necessidade de ampliar suas ações por meio de políticas e programas educacionais voltados para essa etapa de ensino, dentre os quais se destaca o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI).

Este Programa pretende estabelecer mudanças significativas nesse segmento, por meio de uma nova organização curricular que possa fomentar as bases para uma nova escola, mais contemporânea e que vá ao encontro dos anseios dos jovens dessa etapa da Educação Básica (BRASIL, 2009).

Para tanto, o MEC, visando orientar as Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal e as escolas selecionadas para essa nova organização curricular, ofereceu, em diferentes versões, um Documento Orientador em que são estabelecidas as condições básicas para a elaboração do redesenho do currículo do Ensino Médio.

A primeira versão desse Documento foi disponibilizada em abril de 2009. Nela há a orientação de que “a organização curricular deve considerar as diretrizes curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino e apoiar-se na participação coletiva dos sujeitos envolvidos, bem como nas teorias educacionais.” (BRASIL, 2009a, p. 19).

Em setembro de 2009, foi disponibilizada uma nova versão do Documento Orientador, que difere da versão anterior ao definir que a organização curricular se apresente articulada aos exames do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e às matrizes de referência do novo ENEM (BRASIL, 2009b).

Outra novidade, desta última versão de 2009, está na orientação para elaboração de proposta curricular inovadora, a qual deveria estar sistematizada

dentro de um Plano de Ação Pedagógica (PAP), constituído por Linhas de Ação, por meio das quais as escolas deveriam apresentar as atividades contempladas no PAP. As Linhas mencionadas são: Fortalecimento da Gestão Estadual do Ensino Médio, Fortalecimento da Gestão das Unidades Escolares, Melhoria das Condições de Trabalho Docente e Formação Continuada, Apoio às Práticas Docentes, Desenvolvimento da participação juvenil e apoio ao estudante adolescente e jovem, Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos além de Apoio a Projetos de pesquisa e estudos relativos ao Ensino Médio e Juventude (BRASIL, 2009b).

Em 2011, foi apresentada uma nova versão do Documento, com algumas alterações quanto às orientações para a organização de um novo currículo, o qual deverá ser organizado

[...] em consonância com as Diretrizes Gerais para a Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, [...] as matrizes de referência do novo ENEM. Considerando também, as bases legais constituídas pelos Sistemas Estaduais de Ensino (BRASIL, 2011, p. 6).

Outra inovação da versão de 2011 refere-se ao surgimento da figura do Professor Articulador, a quem caberia “exercer as funções de coordenador local e articulador das ações de organização curricular propostas.” (BRASIL, 2011, p. 10).

Além dessa, há alteração do nome do instrumento de registro da inovação curricular, que deixa de ser denominado de PAP, como mencionado na versão de 2009, e passa a ser referenciado como Projeto de Reestruturação Curricular (PRC). Há, ainda, a substituição das Linhas de Ação pelo conceito de Macrocampos, dos quais dois são considerados obrigatórios (Acompanhamento Pedagógico e Iniciação Científica e Pesquisa) e seis eletivos (Cultura Corporal, Cultura e Artes, Comunicação e uso de mídias, Cultura Digital, Participação Estudantil e Letramento).

Em 2013, foi apresentada mais uma nova versão do documento e a diferença entre esta e a anterior está no fato de que o instrumento de registro da inovação curricular passou a ser denominado Projeto de Redesenho Curricular (PRC). Interessante observar que, ao longo do texto, não há qualquer explicação ou justificativa sobre tal alteração.

Há ainda a orientação de que o PRC deveria estar em consonância não só com as diretrizes e matrizes referenciadas nas versões anteriores, mas também com

as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2013).

Outra mudança apresentada na versão de 2013 diz respeito ao número de macrocampos obrigatórios, passando a ser três com a inclusão de Leitura e Letramento. Há ainda a inserção de um novo macrocampo intitulado Línguas Estrangeiras. Houve também a união dos macrocampos relacionados a tecnologias e mídias, resultando no macrocampo Comunicação, Cultura Digital e uso de Mídias. No geral, continuaram sendo oito macrocampos, sendo três obrigatórios e cinco eletivos (BRASIL, 2013).

Em 2014, é apresentada a última versão do Documento Orientador, nela foram percebidas duas diferenças em relação à anterior. A primeira está no texto de apresentação, pois não são mencionados os dados/indicadores do Ensino Médio, mas apenas uma síntese do contexto de criação do programa e de suas etapas operacionais. A omissão desses índices dificulta acompanhar a contribuição do ProEMI na melhoria da qualidade do Ensino Médio.

Outra mudança na versão 2014, está no preenchimento das ações do ProEMI (Diagnóstico e PRC), que passam a ser realizadas no PDDE Interativo (novo nome dado à plataforma PDE Interativo). Além disso, as escolas, ao cadastrarem o PRC, devem, a partir deste documento, detalhar as ações propostas, pois antes bastavam ser apontadas (BRASIL, 2014).

É interessante ressaltar que não há, nos documentos orientadores, qualquer explicação para as mudanças ocorridas na formulação do programa. Contudo, por meio delas podemos perceber que se trata de um programa em movimento que busca se adequar às modificações ocorridas na regulamentação da educação básica e que, suspostamente, a partir das informações oriundas das redes estaduais da educação, tenta otimizar seu processo de implantação.

Ressalta-se, desta forma, que as definições trazidas nas cinco versões do Documento Orientador nos faz perceber que, ao propor o ProEMI, o MEC objetiva garantir o direito ao Ensino Médio de qualidade para todos, por meio da ampliação do tempo na escola, da reestruturação do currículo e de inovações pedagógicas de interesse dos jovens, e ainda tenta superar a dicotomia entre o ensino propedêutico e o profissionalizante.

Após esse sucinto estudo do contexto de criação do Programa Ensino Médio Inovador, passamos à apresentação do ProEMI, com base nas orientações trazidas na versão 2014 do documento norteador e nos parâmetros legais da política, destacando, entre outros aspectos, sua criação, seus objetivos e suas etapas operacionais.

1.1 O PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR

O Programa Ensino Médio Inovador, criado por meio da Portaria Nº. 971, de 9 de outubro de 2009, foi instituído no âmbito do Ministério da Educação (MEC), com vistas a incentivar, mediante apoio técnico e financeiro, a promoção de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio estaduais e distrital, com ênfase em projetos pedagógicos que atendam não só às demandas da sociedade contemporânea, mas também às necessidades e às expectativas do estudante desse segmento de ensino (BRASIL, 2014).

Conforme Parágrafo único do artigo 2º da mencionada Portaria, o Programa Ensino Médio Inovador tem como principais objetivos a expansão do atendimento e a melhoria da qualidade do Ensino Médio, por meio da inovação curricular, com ênfase em projetos pedagógicos, de sorte que essa etapa de ensino consiga garantir a permanência dos adolescentes no ambiente escolar até a conclusão da etapa final da educação básica.

Além desses, vale destacar, em seus objetivos, a ênfase dada ao protagonismo juvenil. O programa mostra preocupação em desenvolver uma escola que fomente o diálogo, em que os saberes e conhecimentos tenham significado para os jovens e seja capaz de desenvolver a autonomia intelectual dos estudantes. Também são objetivos do ProEMI a criação de uma rede nacional de escolas de Ensino Médio, com a promoção de intercâmbio de projetos pedagógicos inovadores.

Para que esses objetivos possam ser alcançados, segundo consta no mencionado Documento, o MEC oferece apoio técnico e financeiro a ações de desenvolvimento e estruturação do Ensino Médio mediante análise, seleção e aprovação de propostas, na forma de plano de trabalho, e posterior celebração de convênio, execução direta ou descentralização de recursos.

Conforme Art. 3º da Resolução/CD/FNDE Nº 31, de 22 de julho de 2013, às escolas, cujos Projetos de Redesenho Curricular sejam aprovados pelas Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal,

[...] serão destinados, por meio de suas Unidades Executoras Próprias (UEx), recursos de custeio e capital, tomando como parâmetros os intervalos de classe de número de alunos matriculados no Ensino Médio da unidade educacional extraído do censo escolar do ano anterior ao do repasse, a carga horária escolar e os correspondentes valores de referência (BRASIL, 2013).

O quantitativo do investimento, segundo a Resolução, que regulamenta a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), às escolas públicas de Ensino Médio dos Estados e do Distrito Federal selecionadas pelas respectivas secretarias de educação que aderem ao ProEMI, pode alcançar o montante de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), para as escolas com mais de 1.401 alunos (BRASIL, 2014).

Vale destacar que só podem apresentar propostas, os Estados que tenham aderido formalmente ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, conforme destaca o Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que

[...] dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica (BRASIL, 2007).

Já a implantação, o acompanhamento, o monitoramento, a supervisão e a avaliação do Programa estão sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica do MEC, que expede normas e diretrizes, fixa critérios de operacionalização e adota as demais providências necessárias à execução do programa. Ademais, a citada portaria atribui, em seu art. 7º, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a responsabilidade de coordenar a avaliação externa que acompanhará o processo de implantação e os impactos na melhoria das escolas participantes do programa.

Como auxílio, a Secretaria de Educação Básica do MEC disponibiliza um Documento Orientador do ProEMI (BRASIL, 2009a, 2009b, 2011, 2013, 2014), do

qual estão sendo extraídas as informações descritas nesta seção, visando orientar os sistemas de ensino e as escolas para a formulação do Projeto de Redesenho Curricular (PRC) em consonância com as Diretrizes Gerais para a Educação Básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, previstas na Resolução CNE/CEB 02/2012, cujo art. 8º dá a orientação de que o currículo deve ser organizado em áreas de conhecimento, a saber: I - Linguagens; II - Matemática; III - Ciências da Natureza e IV - Ciências Humanas (BRASIL, 2012).

Por sua vez, a adesão ao Programa, está condicionada a um movimento de cooperação entre os entes federados (BRASIL, 2013). Nesse acordo, cabe ao Ministério da Educação o apoio técnico e financeiro às Secretarias de Educação e respectivas escolas. Em contrapartida, as Secretarias de Educação Estaduais e Distrital deverão desenvolver as ações voltadas à organização e à implementação da Política em tela. Sendo que o apoio técnico-financeiro será destinado bianualmente às escolas de Ensino Médio estaduais e distrital que deverão elaborar o redesenho curricular proposto.

Dessa forma, os Projetos de Redesenho Curricular deverão observar

[...] as reais necessidades das unidades escolares, com foco na promoção de melhorias significativas que busquem garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes, reconhecendo as especificidades regionais e as concepções curriculares implementadas pelas redes de ensino (BRASIL, 2014, p. 4).

Ademais, o referido documento orientador sugere que o Projeto de Redesenho Curricular (PRC) apresente ações que comporão o currículo e estas poderão ser estruturadas em diferentes formatos tais como: disciplinas optativas, oficinas, clubes de interesse, seminários integrados, grupos de pesquisas, trabalhos de campo e demais ações interdisciplinares. Além do que, para sua concretização, poderão definir aquisição de materiais e tecnologias educativas e incluir formação específica para os profissionais da educação envolvidos na execução das atividades.

Ainda, conforme Documento Orientador,

[...] a escola deverá organizar o conjunto de ações que compõem o PRC a partir dos macrocampos e das áreas de conhecimento, conforme necessidades e interesses da equipe pedagógica, dos professores, da comunidade escolar, mas, sobretudo, dos

adolescentes, jovens e adultos, alunos dessa etapa da educação básica (BRASIL, 2014, p. 6).

A instituição de ensino deveria contemplar, a partir de 2013, três macrocampos obrigatórios (Acompanhamento Pedagógico, Leitura e Letramento e Iniciação Científica e Pesquisa) e pelo menos mais dois macrocampos a sua escolha (Línguas estrangeiras, Cultura Corporal, Produção e Fruição das Artes, Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias e Participação Estudantil), totalizando as ações em execução em, no mínimo, cinco macrocampos (BRASIL, 2014).

A equipe pedagógica da escola deveria participar de todo o processo de redesenho do currículo, tendo como coordenador dos trabalhos o professor articulador das ações, que deverá ser escolhido pelo conjunto de professores e coordenadores da escola e será o responsável em acompanhar o desenvolvimento dos projetos. Inclusive, o professor articulador “deverá estar lotado na unidade escolar, com 40 horas semanais e dedicação exclusiva às ações do programa, pertencer ao quadro permanente, possuir formação” (BRASIL, 2014, p. 20).

Além disso, o professor articulador será ainda o responsável em sistematizar as ideias e ações propostas pelos professores, objetivando a elaboração do PRC de acordo com as orientações do documento balizador do ProEMI, da SEDUC e do PPP da escola e deverá também promover as articulações curriculares estabelecidas no PRC, além de coordenar e acompanhar as ações do redesenho curricular da escola (BRASIL, 2014).

Em outras palavras, o ProEMI expressa a preocupação do MEC em promover a reestruturação do currículo, tornando-o adequado às reais necessidades do jovem contemporâneo, em conexão com as inúmeras necessidades culturais e sociais da população brasileira.

Importante ressaltar que essa ação de redesenho curricular por meio do ProEMI, a partir da instituição do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio pela Portaria nº. 1.140, de 22 de novembro de 2013, ganhou reforço da ação de Formação Continuada de professores do Ensino Médio, que se iniciou no primeiro semestre de 2014. Ambas as estratégias representam as iniciativas da União e dos governos estaduais e distrital para elevar o padrão da qualidade do Ensino Médio brasileiro (BRASIL, 2015).

No tocante à formação continuada de professores do Ensino Médio, o objetivo do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, de acordo com o art. 3º. da Portaria nº. 1.140/2013, é contribuir para o aperfeiçoamento, para a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio público, bem como para a atualização de práticas pedagógicas em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM).

Enfim, esse conjunto de ações visa superar os atuais desafios do Ensino Médio, dentre os quais se destacam a universalização do atendimento dos alunos de 15 a 17 anos – até 2016 (Emenda Constitucional 59/2009), redesenho curricular nacional, garantia da formação dos professores e demais profissionais da escola e ampliação da jornada para o Ensino Médio Integral (BRASIL, 2015).

Feita a explanação acerca do Programa e de suas etapas operacionais, veremos a seguir quais os ajustes propostos pelo MEC às redes estaduais de ensino que aderiram ao ProEMI e quais as mudanças na estrutura curricular que as escolas deverão promover para tornar o Ensino Médio mais significativo e atrativo aos estudantes dessa etapa educacional.

1.2 A INSERÇÃO DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR (PROEMI) COMO POLÍTICA VOLTADA À REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO

O ProEMI, seguindo as orientações contidas nos artigos 7º e 8º da Resolução Nº. 2 de 2012, que define as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, propõe que o PRC seja elaborado, como dito antes, a partir das quatro áreas de conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza).

Nesse sentido, o PRC deve estar em sintonia com a vida dos estudantes, devendo não só permitir proposição de ações e respectivas atividades dentro de cada macrocampo, mas também transcender as fragmentações frequentes da tradicional organização curricular, de caráter enciclopédico, centrado no acúmulo de informações, no aprendizado mecânico e constituído por disciplinas obrigatórias, com aulas divididas em tempo de 50 minutos, sem esquecer, contudo, da importância dos conteúdos específicos de cada componente curricular.

Em outras palavras, o ProEMI objetiva romper com a organização curricular do Ensino Médio que se instituiu ao longo do tempo, caracterizada pelo fracionamento do saber escolar em disciplinas isoladas, estanques e hierarquizadas, com a valorização de algumas áreas do conhecimento em detrimento de outras, o que leva, muitas vezes, simplesmente à memorização de conceitos ou ao treinamento pela repetição, seja para o ingresso no Ensino Superior, seja para o ingresso no mercado de trabalho. Enfim, visa superar essa polaridade que marcou a organização curricular dessa etapa da Educação Básica.

Vale ressaltar que de acordo com o artigo 5º das mencionadas diretrizes, as propostas curriculares do Ensino Médio deverão contemplar os seguintes aspectos: as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixos integradores entre os conhecimentos de distintas naturezas; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio pedagógico; os direitos humanos como princípio norteador e; a sustentabilidade socioambiental como meta universal.

A guisa de esclarecimentos, o já mencionado Documento Orientador define como macrocampo:

[...] um campo de ação pedagógico-curricular no qual se desenvolvem atividades interativas, integradas e integradoras dos conhecimentos e saberes, dos tempos, dos espaços e dos sujeitos envolvidos com a ação educacional. Os macrocampos se constituem, assim, como um eixo a partir do qual se possibilita a integração curricular com vistas ao enfrentamento e à superação da fragmentação e hierarquização dos saberes. Permite, portanto, a articulação entre formas disciplinares e não disciplinares de organização do conhecimento e favorece a diversificação de arranjos curriculares (BRASIL, MEC/SEB, 2014, p. 8).

Ademais, conforme mencionado na seção 6 do referido documento basilar do programa (BRASIL, 2014, p. 6), a instituição de ensino deverá contemplar três macrocampos obrigatórios (Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e Pesquisa e Leitura e Letramento) e pelo menos mais dois dos demais macrocampos (Cultura Corporal, Produção e Fruição das Artes, Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias, Línguas Estrangeiras e Participação Estudantil), conforme necessidades e interesses de cada instituição.

Em cada macrocampo escolhido, a escola deverá indicar os princípios e ações que adotará com vistas a produzir maior diálogo e interação entre as áreas do conhecimento e componentes curriculares/disciplinas, os tempos e os espaços com

vistas a dar maior organicidade ao conjunto de atividades didático-pedagógicas do Ensino Médio.

Sobre esse aspecto de reestruturação curricular, segundo consta no Parecer nº. 11/2009, de 30 de junho de 2009, o ProEMI não significa mudança da concepção de Ensino Médio da LDB 9394/96, nem em formulação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para esse segmento, mas uma nova organização curricular, mais contemporânea e voltada aos interesses dos jovens matriculados nessa etapa de conclusão da Educação Básica. Trata-se, portanto, de inovação pedagógica com vista à melhoria no desempenho e aprendizagem de seus alunos.

Em outras palavras, a concepção que se propõe é de um currículo que incorpore as contribuições já oferecidas pelas disciplinas escolares, mas que se estabeleça uma relação entre partes e totalidades, de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações históricas e dialéticas que constituem uma totalidade concreta. Para tanto, a interdisciplinaridade é o método capaz de promover a reconstituição da totalidade pela relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade, representados por diversos campos da ciência e traduzidos em disciplinas no currículo escolar.

Em relação a esse aspecto, o Parecer Nº. 11/2009, de 30 de junho de 2009 destaca que

[...] a interdisciplinaridade e, mesmo o tratamento por áreas de conhecimento, não excluem necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implicam o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino (BRASIL, 2009, p. 8).

Em síntese, o Programa quer promover o desenvolvimento de inovações pedagógicas nas escolas públicas, de modo não só a fomentar mudanças necessárias na estrutura curricular dessa etapa educacional, como também o reconhecimento da singularidade dos sujeitos a que atendem. Para tanto, o MEC, no supracitado Documento Base, indica as condições básicas para implantação do Projeto de Redesenho Curricular (PRC), dentre as quais se destacam a ampliação da carga horária de estudo para o mínimo de 3.000 (três mil horas), de forma gradativa, currículo atrelado às necessidades e às expectativas dos jovens e em

obediência ao proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, foco na leitura e letramento e incentivo às atividades teórico-práticas a serem desenvolvidas em espaços que potencializem a aprendizagem e com tecnologias diversificadas, nas diferentes áreas de conhecimento, além do fomento às atividades artísticas e esportivas, tudo de forma multi ou interdisciplinar (BRASIL, 2014).

Enfim, o ProEMI é uma iniciativa do MEC de tornar o Ensino Médio mais atrativo e atrelado ao protagonismo juvenil, por meio de práticas inovadoras que consigam dialogar com as particularidades do público alvo desse segmento.

Feita a explanação sobre as dimensões curriculares esperadas pelo programa, na sequência, faremos uma pequena abordagem sobre as instâncias administrativas da SEDUC que mantêm relação direta com a execução da política em estudo, bem como traçaremos um breve panorama dos dados educacionais do Ensino Médio da Rede Estadual.

1.3 ASPECTOS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SEDUC E O TRABALHO COM O PROEMI

A Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC), conforme estabelece o art. 1.º da Lei Nº 2.600, de 4 de fevereiro de 2000, é órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo e tem como finalidades:

- I - a formulação, a supervisão, a coordenação, a execução e a avaliação da Política Estadual de Educação;
- II - a execução da Educação Básica: ensino fundamental e médio e modalidades de ensino;
- III - a assistência, orientação e acompanhamento das atividades dos estabelecimentos de ensino (AMAZONAS, 2000).

Além disso, como disposto no art. 2º da Lei Nº. 3.642, de 26 de julho de 2011, “é competência da SEDUC a formulação, a coordenação, o controle, a avaliação e a execução das políticas educacionais do Estado do Amazonas, [...] mediante a execução de programas, ações e atividades relacionadas” (AMAZONAS, 2011).

Em se tratando de avaliação, a SEDUC, desde 2008, visando a um diagnóstico anual da Rede Estadual de Ensino, uma vez que os dados do IBED são fornecidos bienalmente, implementou seu próprio sistema de avaliação, o SADEAM, que por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação do Amazonas (IDEAM),

fornece instrumentos sólidos para o replanejamento dos investimentos na educação do Estado (SEDUC, 2014).

Já em relação à execução das políticas públicas, em sua estrutura organizacional, consoante o art. 4.º, XIX da Lei n.º 3.642, de 26 de julho de 2011, o Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) é o órgão responsável em viabilizá-las, assegurando a continuidade de estudos e o acesso do estudante à última etapa da Educação Básica. Entre os programas desenvolvidos pelo DEPPE está a coordenação do Programa Ensino Médio Inovador (AMAZONAS, 2011).

No tocante aos dados educacionais da SEDUC, conforme dados do Censo Escolar 2014, realizado pelo INEP, dos 482.076 alunos matriculados na Rede Estadual, 198.492, estão no Ensino Médio. Já em relação ao número global de estabelecimentos de ensino que compõem a rede, o Censo Escolar de 2014 contabiliza 696 escolas. Na capital, a SEDUC mantém 101 escolas com a modalidade regular de Ensino Médio (Censo Escolar 2014), dentre essas, até o presente ano, 57 fazem parte da política em estudo.

Na seção seguinte, buscaremos traçar a trajetória da adesão da SEDUC ao ProEMI, desde a etapa piloto até a sua expansão, em 2014, para as 57 escolas da Rede Estadual de Ensino.

1.4 BREVE HISTÓRICO DA ADESÃO DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO AMAZONAS AO PROEMI

A adesão das escolas da Rede Estadual de Ensino ao ProEMI ocorreu no ano de 2009. Foram selecionadas 15 instituições da capital e dos municípios. Porém, apenas sete escolas da rede, localizadas nos municípios de Benjamin Constant, Caruari, Eirunepé, Tefé, Coari, Humaitá e Manicoré foram aprovadas para participar dessa política, as outras não tiveram suas PRC aprovadas pela SEB/MEC (SEDUC, 2009).

Nos anos seguintes, 2010 e 2011, o programa continuou sendo executado nas mesmas escolas mencionadas, pois, segundo Documento Orientador (BRASIL, 2009b), tratava-se de uma etapa piloto de referência, com vistas à melhoria da qualidade do ensino nas unidades contempladas.

Somente no último mês de 2011, após revisão dos procedimentos e das orientações gerais voltados para o trabalho das Secretarias de Educação e das escolas, conforme mencionado no Ofício-Circular nº. 112/2011/GB/SEB/MEC, de 02 de dezembro de 2011, o MEC abriu a possibilidade de ampliação do número de escolas nos estados já participantes do programa. A partir desse documento, a SEDUC ficou autorizada a selecionar 10% (dez por cento) de suas escolas de Ensino Médio para participar do programa. Assim, 35 escolas, sendo 10 da capital e 25 dos demais municípios do Estado, aderiram ao ProEMI (SEDUC, 2013).

Em 2012, foram selecionadas 48 escolas, mas apenas 41 foram aprovadas, sendo 14 da capital e 27 do interior do Estado (SEDUC, 2012). As outras oito não foram consideradas aptas em razão de pendências com a prestação de contas da Associação de Pais, Mestres e Comunidade (APMC) de recursos oriundos de outros programas federais (BRASIL, 2012). Vale frisar que, a partir deste ano, os recursos passaram a ser liberados bienalmente.

Já em 2013, as Coordenadorias Distritais da SEDUC selecionaram mais 43 escolas da capital e 56 do interior, mas apenas cinco tiveram seu Projeto de Redesenho Curricular (PRC) aprovado (AMAZONAS, 2014b). O restante, em razão do descumprimento do prazo para preenchimento dos formulários *online* do PDDE Interativo, perdeu a oportunidade de participar (SIMEC, 2014).

Importante ressaltar que, no PRC, as escolas elencam as ações/atividades que contemplam a diversificação, a ampliação e a qualificação do currículo, devendo estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada unidade escolar (BRASIL, 2014).

No ano de 2014, a intenção da SEDUC era manter 100 escolas no Programa, conforme matéria disponível no sítio da SEDUC (AMAZONAS, 2014a). Entretanto, por algumas pendências financeiras junto ao FNDE, por falta de preenchimento de diagnóstico e do PRC ou por descumprimento de prazo, apenas 57 foram consideradas aptas (SIMEC, 2014).

Em relação ao critério de indicação das escolas por parte das Secretarias de Educação Estaduais e Distrital, o Documento Orientador do Programa, no item 8.4, alerta que deverão ser considerados não só a adequação de sua estrutura física e quadro técnico-docente, de forma a permitir a ampliação das horas de estudo, mas também sua capacidade de articulação com outras instituições e políticas públicas, de modo que haja ampliação dos espaços educativos e de aperfeiçoamento dos

docentes, bem como sua capacidade para atender às especificidades do período noturno (BRASIL, 2014).

Contudo, quanto ao critério de seleção adotado pela SEDUC, conforme depoimento da antiga Coordenadora Institucional do programa, não são levados em consideração a adequação da estrutura física nem o quadro técnico-docente, menos ainda a capacidade de articulação das escolas com outras instituições públicas. Na prática, não há nada sistematizado pela SEDUC, em relação à seleção das escolas.

Em relação à formação da equipe pedagógica das escolas que aderiram ao ProEMI, em 2012, a Instrução Normativa nº 02/SEDUC, de 06 de maio de 2013, regulamenta, em atendimento ao disposto no Artigo 6º da Resolução CD/FNDE Nº 63, de 16 de novembro de 2011, a lotação de um professor do quadro permanente, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais e dedicação exclusiva ao programa, para exercer as funções de coordenador e articulador das ações de redesenho curricular, sem necessidade de assumir regência de sala de aula.

Já para as escolas em que a equipe pedagógica for constituída por Coordenadores de Área (Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Sociais e suas Tecnologias – a área de Matemática ficará inclusa em Ciências da Natureza), essa estrutura continuará mantida. Sendo que os professores coordenadores ficarão lotados em regência de classe com cargas de até 04 horas e o restante das horas dedicadas à coordenação (AMAZONAS, 2013).

Para o Coordenador Pedagógico, foi determinado no art. 12, VII, parágrafo 1º da referida Instrução Normativa, que a atribuição será dada ao próprio pedagogo e/ou apoio pedagógico, caso a escola só tenha um representante. Caso tenha mais de um pedagogo ou apoio pedagógico um deles assumirá também a função de coordenador pedagógico (AMAZONAS, 2013).

Ademais, dentro da estrutura administrativa da SEDUC, o Programa conta com um Comitê Estadual que acompanha, em âmbito estadual, a execução técnico-pedagógica e financeira da utilização dos recursos advindos do PDDE, conforme a seguinte composição: um Coordenador de Ensino Médio da Secretaria de Educação, 02 Membros da Equipe Técnico-Pedagógica da Coordenação de Ensino Médio do respectivo sistema de ensino e um Membro da Área Financeira da SEDUC, responsável pelo PDDE (BRASIL, 2014).

Em síntese, a adesão das escolas ao ProEMI começa com a seleção das unidades escolares, que pode ser iniciativa, segundo a atual Coordenadora Institucional, tanto das Coordenadorias Distritais quanto do próprio Secretário Estadual. Depois disso, a relação das escolas é submetida à apreciação do Departamento de Políticas e Programas Educacionais, por meio da Gerência do Ensino Médio. A partir disso, o Coordenador Institucional expede Aviso aos gestores da indicação e os orienta quanto aos objetivos do programa e sobre o preenchimento de cadastro no PDDE Interativo. Por fim, após a consolidação pela SEB/MEC dos PRC inseridos no PDDE Interativo, o Secretário de Educação Estadual elabora o Plano de Atendimento Global (PAG) e o insere no Programa de Ações Articuladas (PAR)/SIMEC.

Realizada a descrição acerca da criação, dos principais conceitos, das bases regulamentadoras e das etapas operacionais do ProEMI e, ainda, apresentado como a SEDUC cuida da execução do programa, percebe-se a necessidade de estudar o processo de implementação e operacionalização do ProEMI nas escolas da Rede Estadual, o que será realizado mediante recorte de três escolas, que serão apresentadas no tópico 1.6, logo após a descrição dos principais atores deste caso.

1.5 ATORES DO PROEMI

Nesta seção serão descritas as ações desempenhadas pelos principais atores do ProEMI. Para tanto, serão levadas em considerações tanto as orientações do Documento Orientador, quanto as decisões em âmbito regional, adotadas pela SEDUC.

1.5.1 Secretário Estadual de Educação

O Secretário Estadual de Educação, conforme item 8.2 do Documento Orientador (BRASIL, 2014), é o ator responsável pela adesão ao ProEMI, o qual, por meio do PAR/SIMEC, faz a indicação das escolas que estarão participando do programa. Vale destacar que anualmente esse sistema fica disponível para a inserção de novas escolas, conforme decisão das Secretarias de Educação Estadual e Distrital.

Além disso, o referido Titular tem a obrigação de criar, na estrutura organizacional da SEDUC, um Comitê Gestor do Programa, em atendimento ao disposto no item 8.2.1 do Documento Orientador (BRASIL, 2014), com a seguinte composição: um Coordenador de Ensino Médio da Secretaria de Educação; dois Membros da Equipe Técnico-Pedagógica da Coordenação de Ensino Médio do respectivo sistema de ensino e um Membro da Área Financeira da Secretaria Estadual/Distrital.

Dentre as ações desempenhadas por este ator, é imperioso destacar sua atuação em relação não só às mudanças curriculares, mas também à ampliação da carga horária de estudo das escolas inseridas na política ora analisada, o que foi regulamentado por meio do Termo de Adesão Estadual, de 31 de julho de 2013, pelo qual se compromete a cumprir as exigências do programa, além de garantir que, até o terceiro ano de implementação do ProEMI, os currículos das escolas estejam totalmente redesenhados e aprovados nos Conselhos Estaduais de Educação (SIMEC, 2013).

1.5.2 Coordenador Institucional do Programa

O cargo de Coordenador Institucional do Programa é exercido por técnico de nível superior da SEDUC. A indicação à função é feita, informalmente, pelo Secretário Estadual de Educação, a partir da qual o funcionário escolhido passa a acumular as funções de coordenador do ProEMI com as do seu cargo efetivo. De 2009 até 2014, o cargo já foi ocupado por quatro servidores. Em 2015, está sendo ocupado por uma técnica da Gerência do Ensino Médio, que, como dito antes, acumula as atribuições do cargo técnico com as da coordenação da política em tela (MENEZES, K. C. S.).

O Coordenador Institucional assume responsabilidades essenciais ao bom andamento da política em estudo, estas envolvem desde o acompanhamento das atividades das escolas cadastradas no PDDE Interativo, passando pela avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições de ensino, chegando à tentativa de adequação dos objetivos da política. Além disso, é responsável pela capacitação dos gestores escolares e pela avaliação das atividades desenvolvidas pelas escolas (MENEZES, K. C. S.).

Finalmente, vale destacar que, ao assumir tal função, o profissional terá de executar todas essas atividades paralelamente às de seu cargo efetivo. Esse pode ser o motivo da falta de registro formal sobre o acompanhamento e avaliação do ProEMI, que segundo a antiga coordenadora, resume-se a uma conversa informal com o gestor (MENEZES, K. C. S.).

1.5.3 Gestores escolares

O gestor escolar, em relação às atividades do ProEMI, é o responsável em cadastrar as ações dos macrocampos a serem desenvolvidas pela escola no PDDE Interativo, planejar, junto à equipe escolar, e administrar, em parceria com o presidente da APMC, o uso dos recursos advindos do PDDE. Ademais, é o agente responsável pela organização do quadro de pessoal da escola e pela indicação de um docente para atuar como professor articulador do Programa (MENEZES, K. C. S.).

O gestor escolar tem, ainda, a incumbência de promover a capacitação da equipe gestora da escola, discutindo os principais objetivos do ProEMI. Além disso, cabe a ele atuar junto ao professor articulador e ao coordenador pedagógico, na operacionalização das ações do Programa, bem como enviar ao Coordenador Institucional, relatório anual, descrevendo as principais ações desenvolvidas dentre os macrocampos obrigatórios e facultativos, conforme descritos no PDDE Interativo (MENEZES, K. C. S.).

1.5.4 Professores Articuladores do Programa

Conforme estabelecido no Documento Orientador, item 8.5, cada escola beneficiária deve dispor em sua equipe pedagógica de um professor do quadro permanente, atuando com jornada de 40 (quarenta) horas semanais e com dedicação exclusiva ao programa, para exercer as funções de articulador das ações de redesenho curricular. Além dos requisitos supracitados, o profissional deverá possuir formação e perfil para implantar estratégias das ações propostas pelo corpo docente pertinentes ao PRC da escola, observando as orientações trazidas no Documento Orientador do ProEMI, ficando a seu cargo a coordenação e o

acompanhamento da execução das ações do redesenho do currículo escolar (BRASIL, 2014).

Esses são os requisitos definidos pelo Documento Orientador do Programa, contudo, conforme experiência da própria pesquisadora em escolas que participam do ProEMI, em razão do pequeno número de professores com matrícula de 40 horas lotados nas escolas, restam poucas opções na indicação de quem assumirá tal função. Por essa razão, em algumas instituições, a escolha dá-se simplesmente pelo fato de o docente ter jornada integral, deixando de ser observado o perfil do profissional para coordenar tal política.

1.6 AS ESCOLAS PESQUISADAS

Nesta seção, serão apresentadas as três escolas que serviram de campo para o desenvolvimento desta pesquisa, as quais serão referenciadas, ao longo do texto, simplesmente por A, B e C. Todas são instituições voltadas exclusivamente à oferta do Ensino Médio nos três turnos de funcionamento. Outro ponto comum e que foi decisivo para que fizessem parte deste estudo é o fato de que elas, após serem inseridas no ProEMI, apresentaram decréscimos em seus indicadores educacionais, o que é bastante contraditório, uma vez que o programa visa à melhoria da qualidade do Ensino Médio.

1.6.1 Caracterização das escolas pesquisadas

As escolas pesquisadas estão em áreas urbanas da cidade de Manaus, localizadas em diferentes zonas. A Escola A situada na zona sul, bairro São Francisco. A Escola B, na zona oeste, bairro São Jorge, e a Escola C, zona leste, bairro São José Operário.

O contexto socioeconômico em que as escolas estão inseridas pode ser percebido na Tabela 1 que, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e dos indicadores de longevidade, educação, renda e vulnerabilidade social (porcentagem de pessoas de 15 a 24 anos que não trabalham nem estuda), permite perceber a diferença entre as regiões.

Tabela 1– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes

	São Francisco (Escola A)	São Jorge (Escola B)	São José (Escola C)	Menor UDH	Maior UDH
IDHM	0,874	0,657	0,686	0,576	0,930
Longevidade	0,918	0,754	0,782	0,735	0,942
Educação	0,823	0,612	0,648	0,452	0,892
Renda	0,883	0,615	0,636	0,576	1.000
Vulnerabilidade	3,67	11,32	14,40	-	-

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2010)

O IDHM do bairro São Francisco (0,874) situa a região na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1), segundo análise do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; enquanto o IDHM dos bairros São Jorge e São José, 0,657 e 0,686, respectivamente, situam as regiões na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699) (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010).

Já o indicador de vulnerabilidade apurado nos bairros em que estão localizadas as escolas B e C demonstra que os jovens dessas localidades estão em maior vulnerabilidade social que os jovens da mesma faixa etária do bairro São Francisco.

No tocante à estrutura física, as escolas possuem algumas diferenças. A Escola A possui 14 salas de aula, a Escola B, 18, e a Escola C, 16. Em relação aos recursos tecnológicos, todas elas possuem retroprojektor, *internet* banda larga, aparelho de TV e DVD. O Quadro 1 apresenta o detalhamento da rede física das três escolas.

Quadro 1 – Detalhamento da Estrutura Física das Escolas A, B e C

AMBIENTES	ESCOLAS		
	A	B	C
BIBLIOTECA	Sim	Sim	Sim
LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS	Sim	Sim	Sim
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	Não	Sim	Sim
SALA DE LEITURA	Não	Não	Não
QUADRA DE ESPORTE	Sim	Sim	Não
SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	Não	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponíveis no Sistema de Gestão Escolar do Amazonas (SIGEAM).

Pelos dados apresentados no Quadro 1, podemos perceber que a Escola B, em relação as outras duas, dispõe de mais espaços pedagógicos. Já A Escola A, ao contrário das demais, não possui laboratório de informática nem sala de recursos multifuncionais. Por sua vez, a Escola C não possui quadra de esporte, e em nenhuma delas há sala de leitura.

A equipe gestora das escolas, segundo dados disponíveis no Sistema de Gestão Escolar do Amazonas (SIGEAM), é constituída por diretora, secretária, pedagogos e professor articulador do ProEMI. O corpo docente é constituído por professores efetivos, integrados e contratados, com cargas horárias que variam entre 44 a 3 horas. A Tabela 2 contém a composição do quadro de professores das escolas pesquisadas, distribuídos nos três turnos de funcionamento.

Tabela 2 – Composição do Quadro de Professores das Escolas A, B e C

Turno	Escola A	Escola B	Escola C
Matutino	35	31	27
Vespertino	28	28	28
Noturno	23	24	26
Total	86	86	81

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponíveis no Sistema de Gestão Escolar do Amazonas (SIGEAM).

No ano de 2014, conforme dados do Censo Escolar 2014, as escolas funcionaram com o quantitativo de alunos expressos na Tabela 3, divididos nos três turnos e nas três séries do Ensino Médio.

Tabela 3 – Quantitativo de Turmas e Alunos por Série – Escolas A, B e C em 2014

Série	Escola A	Escola B	Escola C
Matrícula na 1ª. do Ensino Médio	489	931	785
Matrícula na 2ª. do Ensino Médio	434	570	641
Matrícula na 3ª. do Ensino Médio	429	565	486
Total de alunos	1352	2066	1912
Total de turmas	37	48	48

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Portal do Ensino Médio.

Em referência ao número de alunos, as três escolas funcionaram, em 2014, com o número de matrículas superior ao parâmetro do Conselho Nacional de Educação, que estabelece o limite de 35 alunos por sala no Ensino Médio (Parecer CNE/CEB nº. 9/2009). Quanto aos indicadores educacionais, no ano de 2013, as escolas pesquisadas apresentaram taxas de rendimentos e porcentagem de estudantes com distorção idade-série, de acordo com os dados da Tabela 4.

Tabela 4 – Indicadores de Aprovação, Reprovação, Abandono e Distorção Idade-série das Escolas A, B e C em 2013

Indicador	Escola A			Escola B			Escola C		
	Série			Série			Série		
	1ª.	2ª.	3ª.	1ª.	2ª.	3ª.	1ª.	2ª.	3ª.
Aprovação (%)	63,5	74,6	81,7	67,4	74,5	78,5	69,4	80,0	89,1
Reprovação (%)	9,0	5,7	2,0	15,3	15,2	10,3	2,6	1,4	0,2
Abandono (%)	27,5	19,7	16,3	17,3	10,3	11,2	28,0	18,6	10,7
Distorção idade-série (%)	47,0	42,0	41,0	60,0	44,0	46,0	59,0	51,0	50,0

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponíveis no Portal QEdU e no SIGEAM.

A Tabela 4 demonstra que a Escola C apresenta melhor desempenho nos indicadores de aprovação e reprovação em comparação aos índices das escolas A e B. A Escola B foi a que mais reprovou em 2013. Em relação ao abandono, as escolas apresentam taxas acima dos 10%, o que indica que é preciso intervir no trabalho pedagógico, pois altos índices de abandono tendem a aumentar a distorção idade-série. Inclusive o percentual deste indicador é bastante significativo nas três escolas.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento do Amazonas (IDEAM), as escolas também não apresentaram melhoras na apuração nos anos de 2011 e 2012, segundo índices apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Comparativo IDEAM em 2011 e 2012

ESCOLA A		ESCOLA B		ESCOLA C	
2011	2012	2011	2012	2011	2012
4,1	3,4	4,2	3,5	3,5	3,3

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados disponíveis no SIGEAM.

Os dados da Tabela 5 demonstram que as três escolas sofreram decréscimos no IDEAM, sendo que as escolas A e B tiveram uma queda mais significativa que a escola C.

A partir de 2011, essas escolas passaram a fazer parte do ProEMI e os responsáveis pelo cadastramento, no PDDE Interativo, das ações a serem

desenvolvidas em cada macrocampo, bem como do plano orçamentário a ser executado foram os gestores escolares.

Para todas as unidades, a liberação, em parcela única, dos recursos do FNDE, no montante de R\$100.000,00 (cem mil reais), ocorreu apenas em 2012. No ano de 2013, não houve liberação de recursos.

Em 2014, as unidades receberam 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos do programa, divididos nas rubricas custeio e capital (PDDE Interativo, 2014), conforme detalhamento trazido na Tabela 6.

Tabela 6 – Recursos repassados pelo FNDE para as escolas pesquisadas - 1ª parcela em 2014

ESCOLA A		ESCOLA B		ESCOLA C	
CUSTEIO (R\$)	35.000,00	CUSTEIO (R\$)	49.000,00	CUSTEIO (R\$)	35.000,00
CAPITAL (R\$)	15.000,00	CAPITAL (R\$)	21.000,00	CAPITAL (R\$)	15.000,00
TOTAL (R\$)	50.000,00	TOTAL (R\$)	70.000,00	TOTAL (R\$)	50.000,00

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponíveis no PDDE Interativo (2014).

A Escola B recebeu mais recursos que as escolas A e C em razão de ter cadastrado para o biênio 2014-2015, no PRC, uma jornada escolar de 7 horas diárias, enquanto as outras continuaram com jornada de 5 horas (PDDE Interativo, 2014).

Em relação ao PRC, conforme consta no Plano de Atendimento Global (PAG) para o ano de 2012, as escolas cadastraram jornada de 5 horas diárias de estudo por turno e optaram em desenvolver as ações/atividades referentes aos macrocampos obrigatórios (Iniciação Científica e Acompanhamento Pedagógico), os demais macrocampos foram eleitos de acordo com o interesse das instituições.

Apresentado o detalhamento das escolas A, B e C, veremos na seção 1.7 como foram cadastrados os projetos de reestruturação curricular, no PDDE Interativo, de cada unidade pesquisada.

1.6.2 Síntese da caracterização das escolas

As três escolas pesquisadas funcionam nos três horários com sua capacidade máxima de alunos matriculados. Em média, são 45 estudantes por sala, isto é, têm

seus ambientes de estudo ocupados integralmente pelos alunos do próprio turno, ficando sem espaços para ampliação das horas de estudo. (SIGEAM, 2014)

Outro aspecto comum entre elas está na organização do quadro técnico-docente, todas contam com um quadro de professores com carga horária que varia entre 3 e 40 horas, as quais são destinadas apenas ao cumprimento das horas mínimas de aulas exigidas em cada disciplina, o que impossibilita a reorganização curricular das escolas, de modo a atender às exigências do programa. (SIGEAM, 2014).

No tocante aos indicadores educacionais, as escolas apresentam quantitativos expressivos em relação aos alunos com distorção idade-série, principalmente na primeira série. Além desses, vale ressaltar que as escolas A e B apresentam altas taxas de reprovação nas primeiras séries, com exceção da Escola C que é a que reprova menos (MERITT e FUNDAÇÃO LEMANN, 2014). Já os resultados do IDEAM das três escolas, no ano de 2012, apresentaram consideráveis decréscimos (SIGEAM, 2014).

Em relação ao Projeto de Reestruturação Curricular, como veremos nos quadros do PAG apresentados adiante, as três escolas cumpriram com a obrigatoriedade de contemplar no PRC os macrocampos Acompanhamento Pedagógico e Iniciação Científica e Pesquisa, com a indicação de pelo menos uma atividade para cada. Já em relação ao macrocampo Participação Estudantil, nenhuma Instituição contemplou-o em seu PRC (PDDE Interativo, 2014).

Vale aqui esclarecer que, dentre as ações de cada macrocampo, podem ser inclusas ações de formação de professores, da gestão escolar e adequação do ambiente escolar (BRASIL, 2011). Entretanto, apenas a Escola A fez uso dessa possibilidade, cadastrando ações que envolvem formação continuada de professores, estruturação do laboratório de Ciências da Natureza e fixação de projetores multimídias nas salas de aula.

Outro aspecto que chama bastante atenção está no fato de que as escolas, ao preencherem o formulário do PDDE Interativo, apresentaram grande dificuldade em estabelecer a diferença entre a ação e a respectiva atividade. Também tiveram dificuldades em apontar a melhoria pretendida para cada ação tanto em caráter quantitativo quanto qualitativo. Ademais, o Documento Orientador (BRASIL, 2011), ao descrever todos os macrocampos, enfatiza que as atividades poderão estar

articuladas a outros macrocampos e ações interdisciplinares da escola, todavia nenhuma unidade estabeleceu essas relações.

Enfim, esses dados mostram que as dificuldades das escolas inseridas no ProEMI começam no cadastro do PRC, passam pela falta de estrutura física para realizar as atividades inovadoras e, principalmente, pela carência de professores nos quadros das escolas para ampliação das horas de estudo.

Apresentada a síntese da caracterização das escolas, na seção seguinte, trazemos os PRCs das escolas A, B e C, nos quais constam as atividades cadastradas tanto para os macrocampos obrigatórios, Acompanhamento Pedagógico e Iniciação Científica e Pesquisa, quanto para os macrocampos eletivos.

1.7 PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DAS ESCOLAS A, B E C

Até o ano de 2012, o instrumento de registro de inovação curricular era denominado Projeto de Reestruturação Curricular (PRC), na construção e organização deste documento, as escolas deveriam levar em consideração as Diretrizes Gerais para a Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, as matrizes de referência do ENEM e ainda as orientações dos sistemas estaduais de ensino. (BRASIL, 2011).

Além disso, as escolas precisariam propor atividades que contemplassem não só a integração curricular, mas também práticas pedagógicas inovadoras que contribuíssem para a melhoria da qualidade do ensino.

Os Quadros 2, 3 e 4 trazem os PRCs cadastrados, em 2012, pelas escolas A, B e C, no PDDE Interativo, para os macrocampos obrigatórios Acompanhamento Pedagógico e Iniciação Científica e Pesquisa.

Quadro 2 - PRC Escola A – Macrocampos obrigatórios

Macrocampo: Acompanhamento Pedagógico (obrigatório)	
Ação/Atividade	Meta
2. Formação continuada para os professores	2.1 Dinamizar as aulas; 2.2 Refletir sobre a própria didática pedagógica; 2.3 Converter as próprias experiências em situações de aprendizagens; 2.4 Reconstruir saberes específicos e globais em relação à práxis pedagógica; 2.5 Elevar o nível de cognição dos educandos.
1. Metodologia do Estudo: ensinar o aluno a aprender, a estudar e a pesquisar.	1.1 Valorizar a compreensão do educando; 1.2 Conduzir a pesquisa ou um conjunto de regras para ensino de ciência e arte; 1.3 Promover a autonomia quanto pesquisador.
Macrocampo: Iniciação Científica e pesquisa (obrigatório)	
Ação/Atividade	Meta
1. Estruturação do Laboratório de Ciências da Natureza e suas tecnologias (Matemática, Física, Química e Biologia).	1.1 Incentivar as atitudes questionadoras; 1.2 Promover a autonomia dos alunos; 1.3 Valorizar a cooperação e o trabalho em grupo; 1.4 Promover a atitude de pesquisa.

Fonte: PDE INTERATIVO (2012).

Quadro 3 - PRC Escola B – Macrocampos obrigatórios

Macrocampo: Acompanhamento Pedagógico (obrigatório)	
Ação/Atividade	Meta
Realizar reforço escolar	Suprir as debilidades dos alunos em cada disciplina.
Macrocampo: Iniciação Científica e pesquisa (obrigatório)	
Ação/Atividade	Meta
Propor um sistema de capacitação, armazenamento e reuso para águas pluviais (CAP) na Escola.	1. Suprir a necessidade de água não potável e o consumo para a irrigação da horta escolar, bem como em casos emergenciais à falta de água na comunidade. 2. Conscientizar os alunos, através de palestras voltadas para esse fim; 3. Inserir os alunos em atividades que consistam no encaminhamento de propostas de melhoria; 4. Avaliação da proposta para renovação da iniciativa.

Fonte: PDE INTERATIVO (2012).

Quadro 4 – PRC Escola C – Macrocampos obrigatórios

Macrocampo: Acompanhamento Pedagógico (obrigatório)	
Ação/Atividade	Meta
Acompanhar diariamente as atividades desenvolvidas na escola, junto aos educadores e educandos, bem como as rotinas administrativas, controlando a frequência dos educandos. Acompanhando o educando através do histórico diário, fazendo visitas domiciliares, quando necessário, levantando os problemas que levam o educando a ausentar-se da escola, tentando, da melhor maneira possível, contactando e acionando autoridades e entidades competentes, se necessário, para auxiliar não só o educando, mas a família de forma a sanar a ausência do mesmo no contexto escolar. Para tais atividades, serão envolvidos professores, pedagogos, apoios pedagógicos e um assistente social.	Garantir a permanência dos jovens e adolescentes no contexto escolar, conscientizando educadores, educandos, famílias, quanto à importância da educação formal, acompanhando a assiduidade dos educandos.
Macrocampo: Iniciação Científica e pesquisa (obrigatório)	
Ação/Atividade	Meta
Ensinando química utilizando um ambiente virtual com o tema gerador água. Como a Química é considerada uma das disciplinas de grande dificuldade de aprendizagem, e ao mesmo tempo diversos assuntos são tratados nessa ciência, com várias questões e aplicações práticas no dia-a-dia do educando, a criação e utilização de ferramentas dinâmicas podem auxiliar o ensino aprendizagem desta disciplina. Assim, este projeto descreve a utilização do Ambiente Virtual para o Estudo de Ciências (AVEC). A proposta do ambiente é ensinar Química através da Química Ambiental, a partir de Estudos de Casos. Esses casos têm como tema estruturador, Água, que possibilita a interligação dos conteúdos específicos do Ensino de Química. O ambiente AVEC será dividido em três classes principais interligadas entre si, a Interação, as ferramentas educacionais, e as situações problemas.	Desenvolver uma sessão de Química no AVEC e seus conteúdos abordando a Química Ambiental, atingindo bons resultados entre o Ensino de Química e o uso das TIC, podendo mostrar um ensino contextualizado e com grande ênfase a Educação Ambiental.

Fonte: PDE INTERATIVO (2012).

Para o macrocampo Acompanhamento Pedagógico, segundo Documento Orientador (BRASIL, 2011), as escolas deverão desenvolver atividades articuladas aos componentes curriculares, podendo contemplar áreas de conhecimento, disciplinas ou um conjunto de componentes curriculares, articulados com as expectativas dos estudantes em relação à sua trajetória de formação e que contemplem a diversificação no currículo.

No entanto, a Escola A (Quadro 2) menciona como ação a formação continuada para os professores, mas não apresenta a atividade que deveria ser desenvolvida. A Escola B (Quadro 3) propõe como atividade o reforço escolar. Já a Escola C (Quadro 4) propõe acompanhar a frequência dos estudantes.

No geral, podemos observar que as unidades propõem atividades escolares que não estão associadas aos objetivos do macrocampo em tela.

Em relação ao macrocampo Iniciação Científica e Pesquisa, as atividades devem integrar teoria e prática, compreendendo conhecimentos científicos nas áreas das ciências exatas, da natureza e humanas, por meio de projetos de estudo e de pesquisas de campo, a serem desenvolvidos em laboratórios e outros espaços (BRASIL, 2011).

As escolas A e B, entretanto, priorizaram o cadastro da ação sem apresentar sua respectiva atividade. A Escola A menciona a estruturação do laboratório de ciências, mas não apresenta a atividade que será desenvolvida nesse espaço. A Escola B propõe um sistema de capacitação, armazenamento e reuso para águas pluviais e também não especifica que atividades serão realizadas a partir desse sistema. Já a Escola C propõe uma atividade, mas relacionada apenas ao estudo da disciplina Química, em ambiente virtual.

Em síntese, nas ações cadastradas pelas escolas não há previsão de projetos ou de atividades de iniciação científica e pesquisa coerentes ao que se espera para esse macrocampo.

Além dos macrocampos obrigatórios, segundo o Documento Orientador (BRASIL, 2011), as escolas poderiam propor ações nos demais macrocampos (Cultura Corporal, Cultura e Arte, Comunicação e uso de mídias, Cultura Digital, Participação Estudantil e Leitura e Letramento), conforme necessidades e interesses da equipe pedagógica, dos professores e da comunidade escolar.

Os Quadros 5, 6 e 7 apresentam as escolhas das escolas em relação aos macrocampos não obrigatórios.

Quadro 5 – PRC Escola A – Macrocampos eletivos

Macrocampo: Cultura e Arte	
Ação/Atividade	Meta
1. Produção artística Teatro	1.1 Interdisciplinaridades entre os componentes curriculares: Língua Portuguesa, Literatura, Artes, História e Geografia.
2. Jornal Educacional e Cultural da Escola	2.1 Melhorias da leitura e da escrita; 2.2 Ações interdisciplinares.
3. Cultura e Artes/Gincana de Manifestações Artísticas	3.1 Explorar junto ao corpo discente, de forma lúdica e criativa, a linguagem das diversas manifestações artísticas da cultura universal.
Macrocampo: Comunicação e uso de mídias	
Ação/Atividade	Meta
1. Fixação de Projetores Multimídias em todas as salas de aula: Projetar mídias e aulas expositivas (elaborada pelo próprio professor) em todas as salas de aula.	1.1 Dinamismo das aulas; 1.2 Fixação de conteúdo; 1.3 Aulas mais atraentes e otimizadas
Macrocampo: Leitura e Letramento	
Ação/Atividade	Meta
3. Oficina de redação	Melhoras no índice e percentual no Enem e Vestibulares
2. Retextualização de gêneros textuais do argumentar e expor.	2.1 Conduzir nossos alunos a desenvolverem a capacidade de compreender o comportamento dos setores de nossa sociedade através dos textos que ela produz e consome.
1. Leitura e produção de textos argumentativos orais através de debates.	1.1 Oportunizar ao educando o desenvolvimento de competências de selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Fonte: PDE INTERATIVO (2012).

Quadro 6 – PRC Escola B – Macrocampos eletivos

Macrocampo: Cultura Corporal	
Ação/Atividade	Meta
Trabalhar movimento corporal; Utilizar os movimentos corporais para trabalhar a plasticidade dos alunos envolvidos.	Envolver os alunos em todos os níveis de ensino, nos turnos matutino e vespertino.
Macrocampo: Cultura e Artes	
Ação/Atividade	Meta
Canto Coral; Prática Instrumental em Flauta Doce; Leitura Rítmica e Melódica dos instrumentos e vocal; Utilização de Softwares específicos como apoio.	Que os participantes conheçam os rudimentos da leitura e da escrita, como parte da compreensão musical e humanização para as suas atividades cotidianas.
A proposta visa analisar o nível de conhecimento dos alunos que atuarão na Escola Estadual B, enquanto praticantes de Canto Coral e Flauta Doce, sobre métodos anteriormente escritos por vários teóricos. Para tal, buscaremos promover a humanização e o bem estar dos participantes. Não se medirá esforços para mensurar-se os impactos ao se vivenciar noções de teoria musical, faz-se necessário o aprofundamento no desenvolvimento de novas técnicas, respeitando o passado e se abrindo a um futuro promissor. Porpor-se-á sugestões que visem melhorar a participação da clientela em métodos e a integração de novas filosofias nos conteúdos curriculares das práticas coral e instrumental no âmbito da Escola visto que, a música tem um sentido plural e promotor e socialização, causando a sensação de prazer ao se cantar e tocar em conjunto.	1. Musicalização de Adolescentes e Jovens: Operacionalização, constará de uma aula semanal, em sala de aula, com duração de cinquenta minutos, ministrada pelo professor Oder Sá, especializado em música pela Universidade Federal do Amazonas, essa aula será no âmbito da Escola B, nas modalidades Percepção Musical, Flauta Doce e Canto Coral; 2.Seminário de Cyber cultura: Nesse passo, contar-se-á com a participação da Profa. Msc. Claudete Kronbauer para ministrar quatro horas de curso com certificação no Auditório da Escola Estadual Presidente Castelo Branco; 3.Intercâmbio: Consiste na Apresentação e bate papo com os alunos da Universidade Federal do Amazonas que participam do Coral Vozes da UFAM, sob a regência do maestro Adelson Oliveira dos Santos; 4.Amostras: Consiste em apresentação de tudo o que foi aprendido pelos alunos, tantas quantas vezes forem necessárias. 5. Excursões: Constará com a oportunidade de levá-los a conhecer monumentos pela cidade.

Fonte: PDE INTERATIVO (2012).

Quadro 7 – PRC Escola C – Macrocampos eletivos

Macrocampo: Cultura Corporal	
Ação/Atividade	Meta
<p>O Taekwondo Pedagógico como ferramenta de apoio educacional. Adaptar a metodologia das Artes Marciais modernas aos valores e objetivos pedagógicos, tanto da Educação formal e seus níveis de ensino, como da própria Educação doméstica, sendo este método voltado ao desenvolvimento integral dos educandos, procurando-nos diversos aspectos da Arte Marcial que normalmente, se bem administrados, trazem rapidamente reflexos positivos nos campos da socialização e do desenvolvimento das habilidades físicas, buscando através do equilíbrio entre uma mente positiva e um corpo saudável, o aumento de suas habilidades para a vida, desenvolvem no praticante a habilidade de superar com calma, controle e raciocínio as situações problemáticas e de extrema pressão, não sucumbindo ao medo ou a insegurança e mantendo-se dentro dos limites impostos pelas regras da ética.</p>	<p>O Taekwondo Pedagógico como ferramenta de apoio educacional, objetiva trabalhar no educando a honestidade, o autocontrole, a perseverança, o respeito e a humildade. Para alcançar tais objetivos, serão trabalhados os oito conselhos trabalhados nessa arte marcial que são: 1º Amar sua Nação; 2º Respeitar seus pais; 3º Respeitar aos seus irmãos e irmãs; 4º Ser leal aos amigos; 5º Respeitar aos idosos; 6º Respeitar aos seus professores; 7º Honrar sua escola; 8º Terminar tudo que começa. Assim sendo, o Taekwondo Pedagógico será de grande utilidade para a escola como ferramenta de apoio educacional, podendo amenizar de forma eficaz as ações violentas, favorecendo uma atitude mais sociável entre os alunos e devido a esta condição culminar com uma melhora geral dos resultados escolares dos mesmos, combatendo assim, a evasão escolar.</p>
Macrocampo: Cultura e Artes	
Ação/Atividade	Meta
<p>Teatro se faz na escola. O teatro na escola é de grande valia para que possamos preparar nossos jovens a caminho desse futuro que exigirá a flexibilidade, dinamismo e agilidade no pensar, no agir, no entender e na arte de analisar, objetivando libertar o educando do marasmo, da ignorância e incitá-lo a um novo objetivo diante de uma cortina de novas possibilidades que se abrem em sua mente e em sua visão sobre a vida, resgatando assim no indivíduo a crítica apurada, visão analítica e sistêmica do mundo em que está inserido. Permitindo assim, o educando evoluir nos níveis de socialização, criatividade, coordenação, memorização, vocabulário, entre muitos outros.</p>	<p>O teatro na escola será um instrumento para abrir portas ao aluno na busca por um conhecimento sistêmico, uma análise efetiva, uma ampliação nos aspectos de sua vida como cultura, realidade, política, social, literária e artística, servindo ainda, como instrumento dinâmico ao combate à evasão escolar. Ampliar o leque da cultura escolar, para que possa ser rompida a estagnação cultural que hora perpetua em nossa sociedade. A Escola nesse caso seria a base para que essa ampliação transbordasse e vencesse os limites da instituição podendo influenciar diretamente a sociedade como um todo. Atuação disciplinadora do Teatro através de seus muitos mecanismos, sem coerção, mas sim por uma condução baseada na liberdade do aluno para que esse por si só escolha o melhor para ele e para os que compõem o meio em que atua.</p>

Fonte: PDE INTERATIVO (2012).

As três escolas optaram pelo macrocampo Cultura e Artes, cujas atividades deverão incorporar não só práticas em diversas formas de expressão artística, mas também análise da produção artística (pintura, dança, música, cinema, teatro, contação de histórias, etc.) (BRASIL, 2011).

Podemos perceber, nos Quadros 5, 6 e 7, que as atividades cadastradas pelas escolas atendem parcialmente aos objetivos do macrocampo em questão. As escolas A e C propõem atividades com teatro e a Escola B, atividades que envolvem a música.

Ainda, nesse macrocampo, a Escola A (Quadro 5) propõe como atividade a criação de um jornal educacional, o que já se distancia dos objetivos do macrocampo em análise.

A Escola B, por sua vez, planejou atividades (Quadro 6) que dependem de colaboradores para serem executadas e, conforme orientação da SEB/MEC, todas as ações devem ser desenvolvidas por professores da escola, já que se trata de reestruturação curricular e não de uma prática isolada.

Em relação ao macrocampo Leitura e Letramento, somente a Escola A (Quadro 5) o escolheu. Contudo, as atividades propostas atendem parcialmente às exigências do macrocampo, que além da exploração da escrita e dos gêneros textuais, exige estratégias de leitura e escrita em forma mais complexa, focando na leitura e interpretação de textos da literatura local, nacional e estrangeira (BRASIL, 2011).

A Escola A também fez a opção pelo macrocampo Comunicação e uso de mídias (Quadro 5) e fez menção apenas à ação de fixar projetores multimídias em todas as salas de aula, o que não corresponde ao objetivo do macrocampo, que sugere que sejam oportunizados aos jovens acesso às diferentes mídias e tecnologias da informação e da comunicação (fanzine, rádio escolar, jornal escolar, fotografia, vídeos, dentre outros) (BRASIL, 2011).

As escolas B e C (Quadros 6 e 7, respectivamente) optaram em desenvolver atividades no macrocampo Cultura Corporal, cujas atividades deverão promover a consciência corporal e do movimento, da relação entre corpo e mente, por meio de práticas de esportes de campo e de mesa, artes marciais ou outras atividades (malabarismo, yoga, capoeira, dentre outras) (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, a atividade proposta pela Escola C atende à proposta do referido macrocampo, já que é proposto Taekwondo como ferramenta de apoio educacional. Já a Escola B menciona apenas que irá trabalhar movimentos corporais, mas não menciona a técnica nem a atividade para esse fim.

Neste sentido, pelo exposto, podemos perceber a dificuldade que as escolas têm em propor as atividades capazes de dar maior organicidade ao curricular do

Ensino Médio. Percebemos também que mesmo com alguns deslizes em relação às etapas descritas no Documento Orientador as PRCs das escolas foram aprovadas.

1.8 SÍNTESE DA PROBLEMATIZAÇÃO DO CASO DE GESTÃO ESTUDADO

A adesão das escolas públicas de Manaus ao Programa Ensino Médio Inovador ocorreu no ano de 2009. Atualmente, 57 escolas da Rede Estadual fazem parte dele. Ocorre que, mesmo aquelas escolas que aderiram a ele desde a sua criação, enfrentam enorme dificuldade para executar as ações cadastradas em seus PRCs, é o que consta no relatório expedido pela Gerência de Ensino Médio da SEDUC.

No documento, intitulado Relatório do Programa Ensino Médio Inovador/2012, a Coordenadora Institucional pontua as principais dificuldades que as escolas enfrentam para operacionalizá-lo: falta de professores para execução dos acréscimos de horas, falta de espaço para desenvolver atividades no contraturno, dificuldade em acrescentar horas de trabalho para execução de atividades inovadoras aos professores lotados nas escolas, cuja carga horária contempla apenas o mínimo para o cumprimento da disciplina em que atuam e as Horas de Trabalho Pedagógico (HTPs).

Além disso, o documento destaca ainda a carência de professores com jornada de 40 horas semanais e a alternância constante de gestores e professores no quadro das escolas. Ademais, ressalta que, no interior do Estado, algumas escolas enfrentam também o problema da falta de transporte escolar.

Essas observações, trazidas no relatório, vão de encontro ao sistema de cooperação estabelecido entre os entes federados pelo Documento Orientador e pela Resolução/CD/FNDE nº. 63/2011, cabendo ao MEC o apoio técnico financeiro e às Secretarias de Educação, a estruturação, a análise e os possíveis ajustes para atender a implementação do ProEMI.

Outro exemplo da dificuldade de operacionalização do ProEMI está no não cumprimento do compromisso estabelecido pelo Termo de Adesão Estadual, de 31 de julho de 2013, pelo qual, como visto antes, o Secretário de Educação firma o compromisso de atender às exigências do programa, além de garantir que, até o terceiro ano de implementação do ProEMI, os currículos das escolas estejam

totalmente redesenhados e aprovados nos Conselhos Estaduais de Educação. Até o momento nenhuma escola teve seu PRC submetido ao Conselho Estadual.

Também é agravante a falta de critérios estabelecidos pela SEDUC para acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas pelas escolas. Tudo fica a cargo da Coordenadora Institucional que, por ser a única responsável pelo acompanhamento, consegue visitar apenas algumas escolas (AMAZONAS, 2012). Dessa forma, obtêm-se apenas informações sem comprovação da realidade vivenciada, pois o gestor busca mostrar o programa em uma perspectiva favorável.

Diante disso, percebe-se a necessidade da sistematização desse procedimento avaliativo, pois não basta apenas o julgamento das pessoas envolvidas no programa. O ideal seria, segundo Condé (2011), ao descrever as etapas do ciclo de políticas, a composição de equipe especializada em avaliação, que visitaria a instituição, inspecionaria seus registros e suas instalações físicas, reexaminaria a autoavaliação feita pelo gestor, entrevistaria professores e alunos e só então emitiria um parecer sobre o desempenho das escolas em relação à política em tela.

Em resumo, a implementação e a operacionalização do Ensino Médio Inovador nas escolas de Manaus vem passando por inúmeras dificuldades que começam desde o cadastro das ações no PDDE Interativo, passando pela dificuldade e limitação das escolas na execução dos macrocampos escolhidos, chegando ao monitoramento e avaliação do Programa pela SEDUC.

Por tudo isso, esta pesquisa parte da hipótese de que não é porque as propostas de mudança curricular estão registradas no Projeto de Redesenho Curricular que elas estejam sendo efetivadas pelas escolas investigadas.

Portanto, o problema que se coloca é: As três escolas que aderiram ao ProEMI estão conseguindo implementá-lo e operacionalizá-lo, conforme os objetivos norteadores dessa política?

Feita a descrição do presente caso de gestão, pela qual foi possível perceber não só o descumprimento de algumas etapas operacionais do programa por parte da SEDUC, como também a dificuldade das escolas em construir seus projetos de redesenho curricular, apresentaremos no capítulo seguinte a metodologia e o arcabouço teórico que dará suporte as análises dos dados coletados na pesquisa de campo.

2 ANÁLISES POSSÍVEIS DA IMPLEMENTAÇÃO E DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROEMI EM TRÊS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL

Neste capítulo, visando compreender o caso de gestão descrito ao problema de pesquisa, apresenta-se o percurso metodológico a ser utilizado para a investigação acerca da implementação e da operacionalização do ProEMI em três escolas da Rede Estadual do Amazonas. Será elencado também o referencial teórico concernente ao tema e, na sequência, será proposto um diálogo entre essa literatura especializada e os dados coletados.

2.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção, será demonstrada a metodologia adotada no desenvolvimento desta pesquisa, etapa em que serão descritos o método, os instrumentos de coleta de dados e a técnica de análise.

2.1.1 Metodologia

No Capítulo I, para descrever o caso pesquisado, desenvolveu-se o estudo das bases regulamentadoras (Leis, Pareceres, Decretos, Instruções Normativas, Ofício-Circular, Portarias e dados educacionais) e dos documentos orientadores do ProEMI, em suas diferentes versões (BRASIL, 2009a, 2009b, 2011, 2013 e 2014), com o intuito de traçar um breve histórico de sua criação, sua inserção no contexto de inovação curricular do Ensino Médio e ainda as etapas operacionais definidas pelo MEC.

A descrição do programa em nível estadual partiu do estudo de documentos disponibilizados pela SEDUC (Instrução Normativa, PAG, dados SIGEAM, Relatórios), bem como de conversas com as pessoas envolvidas no programa. Além desses, na caracterização das escolas pesquisadas, foi apresentada uma pequena análise de seus PRCs, com a finalidade de ilustrar a reestruturação curricular pretendida pelas unidades de ensino.

Para a análise do presente objeto de estudo, por se tratar de investigação de um fenômeno social, a metodologia científica considerada adequada para esta

pesquisa é a de natureza qualitativa, pois não se pretende a obtenção de dados quantificados.

Segundo Minayo (2013, p. 21), a pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”. Portanto, como se pretende descrever e analisar a implementação e a operacionalização de uma política pública a partir dos sujeitos que a constituem e a vivenciam, a metodologia qualitativa permitirá o entendimento do ProEMI a partir de uma realidade não visível, mas que será revelada pelos próprios pesquisados, por meio da coleta de dados, explicitada na próxima subseção.

2.1.2. Coleta de Dados

Tendo em vista as questões levantadas na descrição do caso, no Capítulo I, a principal preocupação metodológica da coleta de dados será poder captar o que realmente acontece em relação à implementação e à operacionalização do ProEMI nas três escolas pesquisadas.

Para tanto, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: entrevista com roteiro semiestruturado, direcionada à Coordenadora Institucional do programa, e questionários, aplicados aos gestores escolares, aos professores articuladores e aos professores dos turnos matutino e vespertino das escolas selecionadas. Os modelos de instrumentos de pesquisa estão nos apêndices.

A seleção desses atores – que compuseram esse universo de investigação – se deve ao fato de estarem ligados diretamente às práticas da política pública estudada. A Coordenadora Institucional é quem cuida das etapas administrativas do programa, sendo o elo entre as instâncias do MEC e as escolas. Também é de sua responsabilidade a avaliação das propostas apresentadas pelas escolas, observando as coerências entre as ações, os itens financiáveis e o efetivo redesenho curricular.

Por sua vez, a escolha dos gestores, articuladores e professores justifica-se pelo fato de serem os responsáveis pelo cadastro, coordenação e operacionalização das ações/atividades descritas no PRC de cada unidade.

O gestor escolar é o responsável por mobilizar a equipe escolar para a construção do PRC e cadastrá-lo no PDDE Interativo. Também é responsável em

acompanhar, na plataforma do MEC, as avaliações do PRC feitas pela SEDUC e pela SEB/MEC, devendo realizar as alterações necessárias. Isto é, este ator deve estar envolvido em todas as etapas operacionais do programa, logo deve conhecê-las profundamente. Portanto, é esse grau de envolvimento com as ações do ProEMI que tentamos captar por meio de questionário.

A escolha do professor articulador deve-se ao fato de esse ser o responsável em desenvolver e implantar estratégias para a sistematização das ideias e ações propostas pelos professores, além de coordenar e acompanhar as ações do PRC da escola. Assim, o questionário direcionado a este agente tentou levantar, dentre outros aspectos, se de fato as atividades desenvolvidas por ele contribuem na operacionalização das ações do programa.

A seleção dos professores atende ao interesse de conhecer qual a percepção desses atores em relação ao programa, já que eles são os responsáveis em propor as ações do redesenho curricular, portanto, precisam compreender seus reais objetivos. Para esses atores, o questionário também foi o instrumento capaz de levantar informações sobre o papel docente na inovação curricular.

Em relação à entrevista com roteiro semiestruturado, optou-se por essa técnica de investigação, pois, a partir do diálogo podem ser conseguidos dados e informações que não podem ser adquiridos por meio de outras fontes como a análise documental e o questionário (MINAYO, 2013). Como descrito no Capítulo I, muitas etapas do ProEMI não são sistematizadas nem registradas pela SEDUC, depende-se, então, da narrativa dos atores que atuam no Programa para compreender alguns procedimentos.

No que se refere à estrutura da entrevista com roteiro semiestruturado, conforme destaca Minayo (2013, p. 64), esta “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

No tocante aos questionários, elaborou-se um instrumento contendo perguntas com formato aberto e fechado, disponíveis nos Apêndices. As perguntas fechadas estão relacionadas à regulamentação do programa e a aspectos do PRC, definidos no Documento Orientador. Já as perguntas abertas pretendem dar liberdade aos entrevistados para discorrerem sobre vantagens, dificuldades e atividades realizadas pela escola.

Apresentado os instrumentos de coleta de dados, são descritas a seguir como foram realizadas a análise e a interpretação de dados da pesquisa qualitativa.

2.1.3 Análise e Interpretação de Dados da Pesquisa Qualitativa

A análise e a interpretação teve seu foco principal na exploração do conjunto de opiniões apurado pelos instrumentos de coleta de dados. Isto é, objetiva explorar a diversidade de opiniões e representações sociais sobre o tema que se pretende investigar, pois conforme GASKELL (2002 *apud* GOMES, 2013, p. 79), “sempre haverá diversidade de opiniões e crenças dentro de um mesmo segmento social e a análise qualitativa deve dar conta dessa diferenciação interna aos grupos”.

O registro produzido a partir da transcrição da entrevista direcionada à Coordenadora Institucional, bem como os dados dos questionários aplicados aos outros autores, serão analisados segundo a técnica de análise de conteúdo. Segundo GOMES (2013, p. 91), as obras que tratam da análise de conteúdo costumam apresentar as seguintes etapas: Pré-análise; Exploração do material e Tratamento dos resultados/Inferência/Interpretação.

A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado, por meio das primeiras leituras dos documentos da coleta de dados, para demarcação e recorte de texto nos documentos de análise. Por sua vez, a exploração do material consiste na definição de categorias. Para tanto, inicialmente, foi feita uma leitura do conjunto do material, com o intuito de classificar os conteúdos em categorias homogêneas, agregando, com base nos depoimentos, o material analisado em duas classes distintas: aqueles que alegam compreender os objetivos do programa e de suas etapas operacionais e aqueles que não têm a clara compreensão da política.

Após esta etapa, foi realizada a terceira fase da análise que diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Nessa etapa, foi feita uma descrição do resultado da categorização, com destaque das informações para análise. Em seguida, passou-se à inferência, a partir da dedução do conteúdo que está sendo analisado. Para Richardson *et al* (1985 *apud* GOMES, 2013, p.89), a inferência é como a “operação pela qual se aceita uma proposição em virtude de sua relação com outras proposições já aceitas como verdadeiras”. Assim, para que se possa fazê-la, será necessário partir de premissas já aceitas a partir de outros

estudos relacionados ao ProEMI, tais como publicações disponíveis nos bancos de dados das agências de pesquisas, em versões *online*.

Em seguida, passou-se para a interpretação, com base nas inferências. Foram discutidos os resultados da pesquisa de forma mais ampla, buscando atribuir um grau de significação mais abrangente aos conteúdos analisados.

Gomes (2013, p. 91), parafraseando Minayo (2013), considera que a interpretação consiste em articularmos a superfície do texto descrita e analisada com os fatores que determinam suas características. Para tanto, para a interpretação, além das inferências que foram realizadas com os resultados da pesquisa, foi preciso uma sólida fundamentação teórica acerca do objeto de estudo, o que será apresentado na próxima seção.

2.2 O PROEMI NO CONTEXTO DA PRÁTICA

Nesta seção será apresentada uma análise do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) à luz do modelo de avaliação proposto por Condé (2011). Logo em seguida, será proposta uma análise do PRC das três escolas pesquisadas, mostrando que as diretrizes oficiais do programa passam por um processo de ressignificação no contexto da prática. Para esta análise, serão levados em consideração Mainardes (2006), Schneckenberg (2000), Silva (2009 e 2014), Lopes (2008 e 2010), Krawczyk (2003), Lopes e Macedo (2011), Correia e Melo (2014), Ferreira e Ramos (2012), Frigotto (2008), Telles e Guevara (2011) e Sandri e Isleb (2013).

2.2.1 Análise do Programa Ensino Médio Inovador à luz do modelo de avaliação de políticas públicas

Nesta subseção, tendo por base o modelo de avaliação de políticas, sugerido por Condé (2011), é apresentada uma análise do ProEMI.

O MEC, ao propor o ProEMI, visava superar as desigualdades de oportunidades educacionais, universalizar o acesso e a permanência dos adolescentes de 15 a 17 anos no Ensino Médio e consolidar a identidade desta etapa educacional, em consonância com a diversidade de interesses dos sujeitos matriculados nessa etapa final da Educação Básica (BRASIL, 2009b). Dizendo de

outro modo, esse programa surgiu para tentar amenizar fragilidades dessa etapa de ensino e, segundo Condé (2011, p. 81), “é a política e suas possibilidades o meio para resolver conflitos instalados em torno dos problemas coletivos e dos bens públicos de forma pacífica”. Condé destaca, ainda, que as políticas públicas “emanam de uma autoridade que tem legitimidade para sua implantação ou para delegá-la a outrem” (CONDÉ, 2011, p. 81), neste caso, o Ministério da Educação.

Trata-se de uma política *top/down* (de cima para baixo), e conforme Dye (2009 *apud* CONDÉ, 2011, p. 86), é aquela que “deriva, particularmente, da força do poder constituído” e como vimos na descrição no Capítulo I, o próprio MEC, ao analisar os indicadores sociais e de desempenho educacional do Ensino Médio, sentiu a necessidade de reformular essa etapa de ensino por meio de uma política pública.

As fases da política elencadas por Condé (2011): são: a) o “problema” - que consiste na situação que se pretende resolver e qual sua relevância para fazer parte da agenda governamental; b) as “informações sobre o problema” - nessa fase são considerados quais os elementos centrais do problema, qual seu alcance e quais alternativas devem ser consideradas para soluções; c) o “desenho”- neste momento são observadas as alternativas a serem utilizadas, os objetivos, finalidades, quem será beneficiado, qual o financiamento e qual o alcance; d) o “ensaio – o *ex ante* - definido como momento de teste das alternativas, nem sempre possível; e) a implementação” - definido como “o teste da realidade, o lugar da ação”; f) o “monitoramento” - que consiste em verificar o cumprimento das ordenações e a correção dos erros; e g) a “avaliação” - etapa essencial, pois são verificados se os resultados esperados foram alcançados.

No Quadro 8 são apresentadas as fases do ProEMI, conforme as etapas definidas em seus Documentos Orientadores e pelo levantamento dos dados disponibilizados pelo INEP, de acordo com as fases da política propostas por Condé (2011).

Quadro 8 – Fases do ProEMI

Programa Ensino Médio Inovador-ProEMI	
O problema	<ul style="list-style-type: none"> - Indicadores quantitativos trouxeram à tona a situação de exclusão de uma parcela significativa dos adolescentes de 15 a 17 anos e a difícil relação com a escolarização, além da inserção precoce no mundo do trabalho. - As dificuldades de aprendizagem, além da inadequação de propostas pedagógicas em relação às realidades diferenciadas do contexto em que vivem os segmentos desta faixa etária.
As informações sobre o problema	<ul style="list-style-type: none"> - Resultados insatisfatórios nas avaliações externas (ENEM, SAEB e PISA); - Altas taxas de reprovação e abandono.
O desenho	<ul style="list-style-type: none"> - Regime de parceria entre MEC e os estados e o Distrito Federal; - Estabelecer mudanças significativas nas escolas públicas de Ensino Médio não profissionalizante no País, por meio de uma nova organização curricular que possa fomentar as bases para uma escola de Ensino Médio mais atrativa; - Indicação pelas Secretarias de Educação que irão participar do ProEMI; - Aprovação do PRC das escolas envolvidas no programa e assinatura do PAG; - Liberação dos recursos financeiros advindos do FNDE.
O ensaio – o <i>ex ante</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Homologação do Parecer CNE/CB Nº 11/2009, que trata do Programa Ensino Médio Inovador. - Apresentação da primeira versão do Documento Orientador do Programa em abril de 2009. - Assinatura da Portaria no. 971/2009, em outubro de 2009, que institui o programa. - Implantação, em caráter experimental, do programa em 354 escolas de 17 estados da federação.
A implementação	Em 2011, continuidade do programa em 339 escolas, a partir da avaliação dos resultados educacionais das escolas participantes, realizada pelo INEP.
O monitoramento	<p>MEC/SEB – análise e aprovação dos PRCs das escolas participantes. Escola – gestores e professores articuladores são responsáveis pelo acompanhamento pela execução dos PRCs. Secretarias Estaduais e do Distrito Federal – o Comitê Gestor acompanha os aspectos pedagógicos e financeiros do programa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - o coordenador institucional acompanha a aprovação dos PRCs, a liberação dos recursos financeiros e a execução das etapas operacionais da política.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento dos índices de abandono e de reprovação foi realizado em cada estado pelo INEP, a partir do movimento das taxas de abandono e de reprovação escolar. - 94% das escolas com ProEMI apresentaram diminuição nas taxas de abandono. - 39% das escolas com ProEMI apresentaram diminuição nas taxas de reprovação. - 6% das escolas com ProEMI apresentaram aumento na taxa de abandono. - 61% das escolas com ProEMI apresentaram aumento nas taxas de reprovação.

Fonte: Elaborado com base no texto de CONDÉ (2011) e nos dados do quadro: microdados gerados por pesquisa realizada pelo INEP.

Podemos perceber, no Quadro 8, que em sua etapa piloto, o programa trouxe um movimento de melhoria nas taxas de abandono. Em contrapartida, identificou-se uma elevação significativa dos índices de reprovação, o que é uma contradição, posto que, uma das finalidades do programa é contribuir para o enfrentamento das altas taxas de reprovação.

Essa verificação dos primeiros resultados do programa exemplifica que nem sempre uma política produz os resultados esperados. Isto é, uma política é desenhada para suprir determinada carência, mas pode produzir outros problemas, denominados por Condé de “efeito perverso”.

Trazendo essa análise para a realidade das três escolas pesquisadas, podemos afirmar que a adesão ao programa não trouxe melhorias significativas nos seus fluxos escolares, conforme descrito no Capítulo I.

A hipótese levantada pela pesquisadora para esse efeito inesperado é decorrente das dificuldades na implementação do ProEMI nas escolas da Rede Estadual, o que veio a ser confirmado no “Relatório Programa Ensino Médio Inovador/ 2012”, elaborado pela Gerência de Ensino Médio (GEM) com a finalidade de apresentar para a SEDUC a realidade das escolas que aderiram ao programa.

As dificuldades apontadas pelas escolas na execução do ProEMI estão sistematizadas no Quadro 9.

Quadro 9 – Relatório: Dificuldades que as escolas estão enfrentando para implementação e execução do Programa Ensino Médio Inovador – 2012

Dificuldades apontadas pelas escolas
- Falta de professores para execução do acréscimo de horas exigidas pelo ProEMI.
- Falta de estrutura física, quantidade de salas insuficientes para ampliar as horas de estudo.
- Dificuldade de implantar acréscimo de horas aos docentes, em razão das horas destinadas ao trabalho pedagógico.
- Carência de professores com carga horária de 40 horas semanais, principalmente nas escolas do interior.
- Identificação de que alguns gestores e professores não conhecem o programa.
- Falta de professores coordenadores das áreas do conhecimento para acompanhar e desenvolver projetos do ProEMI.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do documento intitulado Amazonas (2012).

Podemos considerar que a falta de monitoramento e avaliação das escolas que aderiram ao ProEMI por parte da SEDUC tem sido preponderante para a

produção de resultados não previstos, pois segundo Condé (2011, p. 95) é necessário “acompanhar a implementação para verificar o cumprimento das ordens e corrigir os erros”.

Em se tratando do ProEMI, esse acompanhamento se torna primordial, pois se trata de uma política que oferece incentivo financeiro às escolas. Logo, deve-se acompanhar se o uso desses recursos tem contribuído para que as escolas consigam atingir os seus objetivos. Nesse tocante, Condé (2011, p. 96) destaca que é necessário avaliar, “porque o investimento público realizado em uma política deve ser verificado quanto ao atendimento de suas metas, objetivos, alcance, eficiência, eficácia e efetividade”.

Como descrito no Capítulo I, o monitoramento das escolas que aderiram ao ProEMI resume-se ao acompanhamento do cadastro do PRC e da prestação de contas no PDDE Interativo. Já a avaliação é feita com base apenas nas informações que os gestores repassam ao Coordenador Institucional, e não vem sendo realizado um estudo para identificar as dificuldades da implementação e superá-las, mediante a correção daquilo que não vem dando certo.

A esse respeito, Condé (2011) sugere que para progredir nessa área seria desejável que a avaliação não fosse conduzida pela gestão encarregada da implementação, mas que fosse conduzida por organismo ou agência especializada alheia ao processo, o que garantiria maior credibilidade dos resultados levantados.

A partir do exposto nesta subseção, podemos perceber que as etapas oficiais do ProEMI vêm sendo operacionalizadas muito aquém do seu contexto de produção, pois há certo distanciamento entre as propostas oficiais e as ações adotadas em âmbito estadual, principalmente no campo das instituições escolares, nas quais a política vem sendo recriada consoante as reinterpretações dos atores envolvidos. Esse aspecto será tratado na seguinte subseção.

2.2.2 Análise do Projeto de Redesenho Curricular das três escolas pesquisadas: indicativo de desvios em relação à proposta do programa no contexto da prática

Os estados que aderem ao ProEMI, obrigatoriamente, devem elaborar e enviar à Secretaria da Educação Básica/MEC o Plano de Atendimento Global (PAG) contendo os PRCs das escolas participantes, conforme as diretrizes gerais do programa. Além disso, a SEDUC se comprometeu, por meio do Termo de Adesão Estadual, de 31 de julho de 2013, que, até o terceiro ano de implementação do ProEMI, os currículos das escolas estejam totalmente redesenhados e aprovados no Conselho Estadual de Educação (CEE) (SIMEC, 2014).

Importante destacar que a última estrutura curricular do Ensino Médio operacionalizada pela SEDUC e submetida à aprovação do CEE, está disposta na Resolução Nº 62/2011-CEE/AM, que aprova estrutura curricular (capital e interior) com a inclusão dos componentes curriculares de Sociologia e Filosofia nas três séries dessa etapa de ensino, a partir do ano letivo de 2011.

No Quadro 10 é apresentada a Estrutura Curricular do Ensino Médio vigente nas escolas da Capital e do Interior.

Quadro 10 – Estrutura Curricular do Ensino Médio: Capital e Interior

Áreas do conhecimento	Componente Curricular	1ª Série		2ª Série		3ª Série		Carga Horária Total
		AS	HA	AS	HA	AS	HA	
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	4	160	4	160	4	160	480
	Arte	2	80	-	-	-	-	80
	Educação Física	2	80	2	80	2	80	240
Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Física	2	80	3	120	3	120	320
	Química	2	80	3	120	3	120	320
	Biologia	2	60	2	60	2	60	240
	Matemática	3	120	3	120	3	120	360
Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	2	80	2	80	2	80	240
	Geografia	2	80	2	80	2	80	240
	Sociologia	1	40	1	40	1	40	120
	Filosofia	1	40	1	40	1	40	120
Subtotal		23	920	23	920	23	920	2760
Parte Diversificada	Língua Estrangeira Moderna- Inglês ou Espanhol	2	80	2	80	2	80	240
Carga Horária		25	1.000	25	1.000	25	1.000	3.000

Legenda: AS= Aula Semanal HA = Hora Anual Semanas: 40

Fonte: Amazonas (2011).

Cabe ressaltar que a mencionada resolução não traz qualquer ressalva em relação às escolas inseridas no ProEMI. Até o momento da pesquisa, a SEDUC não havia submetido ao CEE qualquer proposta de experiência curricular inovadora, o que nos confirma que essas escolas continuam seguindo a mesma estrutura curricular daquelas que não aderiram ao programa.

Então, como não há esse suporte técnico-pedagógico da SEDUC, as escolas constroem seus PRCs conforme a própria definição que fazem do programa e de acordo com Ball e Bowe (1992 *apud* MAINARDES, 2006, p. 53),

[...] o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que

podem representar mudanças e transformações significativas na política original (BALL e BOWE, 1992 *apud* MAINARDES, 2006, p. 53).

Dizendo de outro modo, no contexto da prática, segundo os autores, as políticas não são apenas implementadas, mas também são recriadas, levando-se em consideração as histórias, experiências, valores e interesses dos sujeitos que a implementam. Assim, fica evidente que o gestor, o professor articulador e demais professores exercem papel significativo nessa política educacional, pois a maneira que eles pensam e a forma que acreditam e interpretam as resoluções vão influenciar diretamente no processo de implementação. Então, dependendo da interpretação que esses atores fazem da política, sua implementação poderá atender completamente ou afastarem-se dos objetivos dos textos oficiais.

Nesse contexto, as escolas pesquisadas, conforme apresentado no Capítulo I, reorganizaram seu trabalho pedagógico por meio de projetos que visam atender aos macrocampos escolhidos. Porém, levando em consideração as limitações físicas e pedagógicas, supostamente, as unidades não estão conseguindo desenvolvê-los conforme as diretrizes do programa. As escolas apenas realizam as compras de materiais com os recursos enviados a cada ano por meio da conta do PDDE. É possível, ainda, verificar nos PRCs das escolas, alguns indícios da ressignificação do programa no contexto da prática. Por exemplo, não se percebe na forma como foram cadastradas as atividades, pelas escolas, a integração curricular a partir da articulação das áreas de conhecimento do Ensino Médio e os macrocampos do ProEMI. Tratam-se de práticas isoladas, o que é contrário aos objetivos do programa, no qual consta:

Nos espaços destinados à cada macrocampo a escola deverá indicar os princípios e ações que estará adotando com vistas a produzir maior diálogo e interação entre as áreas do conhecimento e componentes curriculares/disciplinas, os tempos e os espaços com vistas a dar maior organicidade ao conjunto de atividades didático-pedagógicas do ensino médio (BRASIL, 2014, p. 8).

Destaca-se, também, em muitos macrocampos, o cadastro de apenas uma atividade, com propostas pouco enriquecedoras do ponto de vista da aprendizagem. Além disso, não é apresentada uma previsão de como e por quanto tempo elas serão desenvolvidas, o que dá a impressão de que as escolas interpretam o

macrocampo com uma ação a mais a ser desenvolvida paralelamente às tradicionais disciplinas e não como uma mudança curricular como propõe o programa.

Vale destacar, ainda, que, do ponto de vista formativo, considerando os fundamentos do ProEMI e o eixo constitutivo do Ensino Médio “trabalho, ciência, cultura e tecnologia” e das próprias DCNEMs que adotam o trabalho enquanto princípio pedagógico, não foi possível perceber em nenhum PRC qualquer atividade que possa oportunizar aos estudantes experiências educativas relacionadas a esse campo.

De modo geral, podemos perceber não só certa fragilidade na redação das ações/atividades propostas nos macrocampos, como também pouca consistência metodológica, o que, muitas vezes, dificulta a compreensão do que as escolas pretendem de fato realizar.

Depois de todos esses exemplos, podemos ratificar, com base em Bowe *et al.* (1992 *apud* MAINARDES, 2006, p. 53), que “os autores dos textos oficiais não podem controlar os significados de seus textos”. Logo, a implementação vai depender do processo de interpretação e reinterpretação dos atores envolvidos no contexto da prática. Por essa razão, há necessidade de investigar junto às escolas mencionadas como elas vêm implementando e operacionalizando o ProEMI. Esses serão os aspectos mencionados nas próximas seções.

2.3 O PROEMI COMO POLÍTICA DE CURRÍCULO E A ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Nesta seção serão trazidas considerações, com base na visão de especialistas em políticas de currículo e no próprio conhecimento empírico da pesquisadora, acerca do ProEMI. O objetivo é mostrar que, no contexto da prática, essa política de inovação curricular se materializa num processo de ressignificação das orientações legais. Em seguida, serão feitas abordagens sobre as visões dos atores que compuseram o universo desta investigação acerca da implementação do ProEMI.

2.3.1 O ProEMI como política de incentivo às escolas no processo de inovação curricular

Como dito no Capítulo I, o ProEMI busca introduzir, no Ensino Médio, um currículo marcado pela ideia de inovação, pautado na ampliação do tempo na escola (5 ou 7 horas) e na diversificação das práticas pedagógicas, de acordo com as necessidades e interesses dos jovens, visando à melhoria da educação.

Segundo Lopes (2010, p. 23), o currículo, que se busca introduzir pela ideia de inovação, representa “um progresso em relação ao que é realizado, por se antagonizar a uma negatividade que se quer superar”. Isto é, a intenção é estimular as escolas a pensarem em soluções curriculares que sejam capazes de tornar o Ensino Médio mais atrativo e com isso reduzir os índices de evasão e reprovação.

Nesse sentido, o programa promove a valorização das escolas ao colocá-las como protagonistas nesse processo de rearranjo curricular. Assim, o modo como as escolas interpretam e incorporam as orientações oficiais do programa irá divergir de uma unidade para outra, bem como produzirá sentidos e significados novos aos textos oficiais.

A esse respeito Berstein (1996 *apud* SILVA, 2009, p. 125), destaca que “o processo de transferência do texto curricular de um contexto para outro se manifesta como um movimento de recontextualização por meio do qual são gerados procedimentos de seleção e deslocamento de significados”.

Em se tratando do ProEMI, verifica-se, com base nos dados da pesquisa de campo, um distanciamento entre o discurso oficial e sua incorporação pelas escolas pesquisadas. Isto é, observa-se que, nas escolas pesquisadas, há um desvio entre o discurso oficial e a operacionalização do programa.

As escolas atribuem significados próprios às regulamentações da política, os quais, muitas vezes, se distanciam das orientações oficiais. Isso porque, conforme Silva (2014, p. 5-6), as práticas de leitura e interpretações são distintas e podem produzir significados diferenciados. Dessa forma, a política está sujeita a recriação no contexto da prática, o que pode mudar de forma significativa a política original, às vezes, se aproximando das formulações originais e, às vezes, se distanciando.

Esse processo de recontextualização deve-se ao fato de que a comunidade de leitores (professores e demais educadores) não é uniforme e, por conta disso, se estabelecem diversificadas relações com o discurso normativo, já que as

experiências individuais e coletivas serão a base para a interpretação e ressignificação dos dispositivos legais (SILVA, 2014).

Para a implementação e operacionalização de qualquer política pública, a compreensão e o cumprimento do discurso oficial por todas as esferas envolvidas é fundamental. No caso do ProEMI, suas etapas operacionais precisam ser muito bem compreendidas pela SEDUC e pelas escolas. No caso da SEDUC, por ser responsável pela seleção das escolas e pela organização do planejamento de implementação do programa. Em relação às escolas, porque devem elaborar e executar o PRC de acordo com as orientações do Documento Orientador. Sem isso, dificilmente, o programa conseguirá produzir mudanças significativas na prática.

Constatamos, pelas análises feitas até aqui, que a relação entre os atores envolvidos e o discurso oficial tem sido um tanto problemática, pois as escolas demonstram não ter a clara compreensão dos objetivos do programa e a SEDUC tem sido negligente em diversos aspectos, que começa desde a seleção das escolas, passa pela falta de acompanhamento dos PRCs e culmina com a falta de suporte às escolas na implementação e operacionalização do programa.

Dessa forma, percebemos que as diretrizes do programa foram resumidas a um preenchimento mecânico na plataforma do SIMEC. A impressão que se tem é que as escolas apenas preenchem o PRC no PDDE Interativo e adquirem bens materiais com os recursos advindos do FNDE, o que não é o suficiente para garantir a efetividade da inovação curricular na prática, pois para que se consiga atingir as metas do programa é preciso uma mobilização reflexiva da equipe escolar em torno dos seus reais objetivos.

A explicação para isso pode se sustentar nas seguintes hipóteses: a primeira é que o texto normativo não é suficientemente claro, gerando ambiguidades em sua interpretação; a segunda, que a SEDUC não reserva um espaço próprio para a discussão do aspecto pedagógico do programa; a terceira, que as etapas operacionais do programa, definidas pelo MEC, estão aquém da capacidade de recursos humanos e de estrutura física das escolas para pô-lo em prática; a última, é que existe nas escolas um movimento intencional de resistências às propostas oficiais, por isso a incorporação do programa tenha se dado apenas de maneira formal, somente para prestar conta dos recursos advindos do FNDE.

Para compreendermos melhor o ProEMI no contexto da prática, no tópico seguinte, apresentamos os dados da pesquisa de campo, por meio dos quais

podemos compreender a visão dos gestores escolares, dos professores articuladores e dos professores atuantes nas escolas A, B e C, bem como a percepção do Coordenador Institucional acerca do programa objeto desta dissertação.

2.3.2 A visão dos gestores escolares das escolas A, B¹ e C e a articulação com a teoria

Nesta subseção serão apresentadas as visões dos gestores das escolas A e C sobre o ProEMI, cujas percepções foram obtidas por meio de questionário, conforme descrito na metodologia desta dissertação.

A técnica utilizada para o estudo dos dados capturados na pesquisa de campo será a análise de conteúdo. Para tanto, será realizada a exploração do material coletado e, em seguida, serão feitas as inferências possíveis em diálogo com os estudos já realizados nessa área.

O Apêndice A contém os recortes dos dados obtidos na investigação junto aos gestores, por meio dos quais será possível descrever as características pertinentes ao conteúdo apurado. Segundo Bardin (2011), executam-se certos recortes em nível semântico, por exemplo, o “tema”, enquanto que outros são feitos a um nível aparentemente linguístico, como a “palavra” ou a “frase”. Nesta análise, os registros produzidos serão analisados na modalidade temática, com a seleção de fragmentos dos depoimentos dos gestores.

O objetivo, ao analisar o depoimento dos gestores escolares, foi compreender as contribuições desses atores na operacionalização do ProEMI, o que envolve desde o cadastro das ações/atividades do redesenho curricular no PDDE Interativo até o acompanhamento da execução das propostas apresentadas pela escola no PRC.

¹ A gestora da Escola B não quis participar da pesquisa nem permitiu que a pesquisadora tivesse acesso ao professor articulador e aos docentes da escola. Foram feitas várias tentativas pela pesquisadora para convencê-la da importância da pesquisa, mas sem êxito. A provável causa da recusa deve estar relacionada ao cadastro da jornada escolar no PDDE Interativo, jornada de 7 horas diárias, com esse quantitativo de horas a escola recebe mais recursos. Na prática, a escola continua funcionando nos três turnos, com jornada de 4 horas cada. Provavelmente, a gestora ficou com receio de que a pesquisa revelasse esse desvio.

Os gestores entrevistados são aqui identificados por Gestor da Escola A e Gestor da Escola C. Os dois são servidores efetivos do quadro do magistério da SEDUC. Ambos possuem formação superior completa, com especialização.

O gestor da Escola A tem 28 anos, atua na gestão desde fevereiro de 2015. Antes disso, ocupava a função de assessor pedagógico da coordenadoria distrital responsável pela Escola A e possui 4 anos de experiência no magistério. Já a gestora da Escola C tem 46 anos, atua na gestão desde 2012, possui 28 anos de experiência no magistério; antes de assumir a gestão, trabalhava na mesma escola como professora.

Os gestores escolares, ao serem questionados sobre a jornada escolar, a partir do ProEMI, responderam que suas escolas continuam atuando com jornada de 4 horas. Isso significa que o acréscimo de uma hora a mais de estudo acontece apenas no aspecto formal, pois conforme cadastro no PDDE Interativo, para o biênio 2014/2015, constantes nos anexos, as escolas deveriam estar oferecendo para os alunos uma jornada de 5 horas de atividades diárias (PDDE Interativo, 2014).

A respeito do preenchimento do Projeto de Redesenho Curricular, Sandri e Isleb (2013) mencionam que:

[...] esse controle, entretanto, não garante a efetividade da proposta na prática escolar, mas corresponde a uma formalidade e uma maneira de “prestar contas”, por meio do planejamento de ações pedagógicas e da prestação de contas dos recursos enviados pelo governo federal (SANDRI e ISLEB, 2013, p. 525).

Em relação ao conhecimento e à receptividade aos objetivos da Portaria nº. 971/2009, o gestor da Escola A respondeu não conhecê-los, já a gestora da Escola C afirmou conhecê-los, entretanto, não respondeu sobre sua receptividade aos objetivos do documento.

Quando questionados se a SEDUC promoveu capacitação da equipe gestora para desenvolver ações do ProEMI, o gestor da Escola A alegou não ter o devido conhecimento, e a gestora da escola C alegou que ainda não era gestora.

O posicionamento do Gestor da Escola A indica que, ao receber a gestão da escola, não lhe foram repassadas informações sobre o ProEMI. Inclusive, no momento do preenchimento do questionário, afirmou que só tomou conhecimento do programa quando chegou à escola para assumir a gestão. Já a resposta da gestora da Escola C indica que ela na função de gestora não recebeu capacitação. Os dois

casos sinalizam que a capacitação de gestores não tem sido uma constante ação da SEDUC.

Só para reforçar que esse processo de orientação tem sido falho, acrescentamos a experiência da própria pesquisadora. A escola em que ela atua ingressou no ProEMI em 2012 e nunca foi oferecida capacitação ao seu gestor por parte da SEDUC para instruí-lo quanto aos aspectos pedagógicos do programa.

No tocante ao acesso ao Documento Orientador do ProEMI e se as orientações trazidas nele são suficientes para compreender suas etapas operacionais e seus objetivos, o gestor da Escola A disse não ter o devido conhecimento.

Por sua vez, a gestora da Escola C respondeu “em termos, pois nossa dificuldade no momento está na falta de pessoal fora da sala para AJUDAR.” (ESCOLA C. ENTREVISTA COM O GESTOR DA ESCOLA C, 2015). Dessa resposta depreende-se que ela não considera o documento suficientemente claro e demonstra que não tem a real compreensão das etapas e objetivos do programa, pois o associa à possibilidade de se ter mais profissionais na escola para ajudar fora da sala, provavelmente na disciplina escolar, o que não é foco do ProEMI.

Tendo em vista a falta de conhecimento técnico dos gestores escolares a respeito do programa fica difícil acreditar na sua efetividade no cotidiano escolar, pois como afirma Schneckenberg (2000, p. 113), uma boa proposta por si só não garante o sucesso de sua implementação, “já que enfrenta o impacto das resistências e das diferentes percepções por parte dos atores envolvidos dependendo, por isso, da habilidade dialógica do gestor escolar”.

Dizendo de outro modo, nesse processo, é essencial que o gestor tenha capacidade técnica, política e humana para convencer a comunidade escolar sobre a importância e a qualidade da proposta do MEC, pois

a renovação das práticas não se decreta, a reflexão centra-se no lugar e no papel dos profissionais e dos alunos nas escolas e, de modo mais geral, na relação entre a parte e o todo, entre os actores e o sistema (HUTMACHER, 1992 *apud* SCHNECKENBERG, 2000, p.118).

Já quando indagados sobre como estão organizadas as ações do PRC e como foi seu processo de elaboração, o gestor da escola A não respondeu, e a gestora da escola C respondeu que o PRC está organizado por meio de oficinas e

projetos e justificou não saber como foi a sua elaboração, pois não pertencia ao “quadro gestor”.

A respeito disso, podemos inferir que, de fato, o gestor da Escola A não poderia conhecer o processo de elaboração do PRC, pois o cadastro foi realizado em 2014 e ele ainda não estava na gestão, mas deixar de responder sobre a organização do PRC indica que ele o desconhece totalmente.

As repostas dos dois gestores indicam o pouco envolvimento deles com as ações do redesenho curricular e, de acordo com Schneckenberg (2000, p. 113), “qualquer proposta inovadora referente a políticas públicas educacionais somente terá êxito se o gestor e os membros internos da escola estiverem efetivamente envolvidos no processo”.

A autora ressalta também que uma realidade não é transformada apenas por determinação de leis e programas. Para tanto, faz-se necessário que a gestão escolar promova um clima de participação dos professores, alunos, dos pais e demais membros da comunidade no processo de implementação de uma reforma educacional.

Interessante destacar que no campo “Projeto de Redesenho Curricular” do PDDE Interativo há o detalhamento de como a Escola A, pelo menos no aspecto formal, organizou seu PRC. As ações cadastradas envolvem controle de frequência e rendimento dos alunos, criação de Rádio Escolar, utilização de jogos para desenvolver as competências matemáticas (dominó, xadrez, jogos *online*) produção de horta e jardim vertical, atividades experimentais de Física com alunos monitores, implementação de experimentoteca da escola, criação de festival de dança e música de Língua Inglesa, realização de atividades em Educação Física e criação e estruturação do estúdio fotográfico e da videoteca (PDDE Interativo, 2014).

Apesar de não constar análise da SEDUC nem do MEC sobre a proposta apresentada pela escola, ousamos afirmar que, se compararmos o PRC da Escola A para o biênio 2012-2013, apresentado no Capítulo I, com o do biênio 2014-2015, houve avanço no que se refere à apresentação de práticas pedagógicas, percebemos uma vontade da escola em inovar, pois constam o cadastro de atividades que envolvem novas tecnologias, novas linguagens, práticas interdisciplinares, conscientização ambiental, estímulo à investigação científica e protagonismo juvenil. Ainda assim, percebe-se certa fragilidade na redação das propostas, em alguns momentos a escola menciona uma dificuldade que pretende

superar, mas não detalha uma ação concreta para tal finalidade. Também se percebe pouca relação dos itens financiáveis com as ações cadastradas.

A gestora da Escola C, por sua vez, demonstra não compreender o foco principal do programa, tanto que mesmo sendo a responsável pelo cadastro do PRC no PDDE Interativo alega não saber como ele foi elaborado. Isto é, ela não associa o preenchimento das ações cadastradas na plataforma do SIMEC ao redesenho curricular que a escola deve pôr em prática. Constam, porém, cadastradas no PDDE Interativo, as seguintes ações da Escola C: diagnóstico de alunos em risco de abandono escolar, formação de leitores e escritores a partir da realização de leituras no pátio da escola, incentivo à pesquisa e à produção científica para fins de geração de renda por meio de microempresas virtuais, atividades de ginástica laboral e seleção de talentos para promover espetáculo à comunidade (PDDE Interativo, 2014).

No tocante à avaliação das propostas da Escola C, a SEDUC não emitiu qualquer parecer. Já o MEC analisou-as e emitiu um Parecer Geral, em que sugere que a escola reflita quanto aos objetivos e, principalmente, reveja as atividades propostas para cada macrocampo, pois elas não apresentam ações concretas que possam ser efetivadas de modo a garantir uma proposta de redesenho curricular. Em síntese, o parecer do MEC destaca que as ações apresentadas não são capazes de atender ou atendem apenas parcialmente ao que se espera, inclusive em relação aos itens financiáveis. (PDDE Interativo, 2014)

Em se tratando das dificuldades encontradas na operacionalização do ProEMI, o gestor A não respondeu. A gestora C apontou a formação de professores e a falta de profissionais. Este último posicionamento mostra não só que o número de professores na escola é insuficiente para atender as demandas do ProEMI, mas também que falta capacitação aos professores para ensinar na concepção inovadora do programa.

Quando a gestora da Escola C menciona a formação de professores como uma dificuldade, percebemos que ela não enxerga no ProEMI uma possibilidade de suprir essa carência, pois cursos de capacitação para os docentes podem ser financiados com as verbas do programa.

Os dois gestores também foram questionados sobre a escolha do professor articulador e quais as atividades desenvolvidas por ele. O gestor da Escola A respondeu que a escolha foi por imposição da antiga gestora e não respondeu sobre

as atividades desempenhadas por esse ator. A gestora da Escola C respondeu que a escolha se deu em razão de a professora ter envolvimento com projetos e afirmou que a atividade da articuladora é organizar as ações do ProEMI, mas não as detalhou.

Nesse aspecto, a escolha da gestora C atende parcialmente às orientações do Documento Orientador, já que a professora foi escolhida em razão dos projetos desenvolvidos na escola, o que aponta certo perfil para a articulação. Situação bem diferente da Escola A.

Em relação ao monitoramento do programa, o gestor A disse não saber e a gestora C não respondeu. Podemos inferir que a falta de informação do gestor dá-se em razão de seu pouco tempo na gestão da escola. Entretanto, a ausência de resposta da Gestora C, indica que o monitoramento não vem sendo realizado.

Foi ainda solicitado aos gestores que fizessem uma síntese das mudanças ocorridas na escola em decorrência do ProEMI. O gestor da Escola A não a fez, e a gestora da Escola C mencionou “melhoria nos índices”.

Em relação a como é decidido o emprego dos recursos financeiros do ProEMI, o gestor A não respondeu, e a gestora da C afirmou que aconteceram em reuniões.

O último questionamento aos gestores foi em relação às mudanças na organização curricular da escola, a partir do PRC. Sobre isso, o gestor da Escola A não respondeu e a gestora da Escola C mencionou que a mudança não se aplica.

Podemos depreender que o pouco tempo do gestor A na direção da escola, impede-o de apontar as mudanças ocorridas. Entretanto, o posicionamento da gestora C reforça a ideia de que ela tem um visão restrita acerca do ProEMI, e não percebe este como uma política de redesenho curricular. Ao mencionar que a mudança não se aplica, significa também que mudanças em relação à organização curricular não aconteceram.

Percebemos também a falta de envolvimento desses gestores com o plano pedagógico do programa, mesmo sendo eles os principais responsáveis pela condução do plano de redesenho curricular, e, conforme Schneckenberg (2000, p. 122),

[...] exige-se da gestão escolar, quando da implementação de política de reforma educacional, conhecimentos e saberes específicos voltados aos processos de tomada de decisão, à gestão escolar participativa, envolvendo negociação e conquista dos atores do

contexto escolar, ao enfrentamento das resistências, bem como de ousadia coletiva que se traduz na prática cotidiana a ser construída e reconstruída dentro e fora da escola.

Para tanto, os gestores escolares precisam estar capacitados e ter total conhecimento do conteúdo da política que se pretende implementar, o que não parece ser o caso dos gestores das escolas A e C, que demonstraram em seus depoimentos pouco envolvimento com o processo necessário à implementação do ProEMI.

Em geral, os dados refletem a frágil compreensão que os gestores das escolas A e C têm do ProEMI, também expressam o pouco ou quase nenhum envolvimento deles com os aspectos pedagógicos do programa. No entanto, isso não significa que o programa deixe de ser entendido pelos outros atores investigados. No tópico seguinte, será exposta a visão dos professores articuladores sobre a política em estudo.

2.3.3 A visão dos professores articuladores das escolas A e C

Neste tópico serão apresentadas as visões dos professores articuladores das escolas A e C sobre o ProEMI, cujas percepções foram obtidas por meio de questionário, conforme descrito na metodologia desta dissertação.

O Apêndice B contém os recortes dos dados obtidos na investigação junto aos articuladores.

O objetivo ao analisar o depoimento dos professores articuladores é conhecer um pouco das suas rotinas e compreender as contribuições destes atores na operacionalização do ProEMI, pois eles são os responsáveis em articular as ações de inovação propostas pelos professores.

Os professores articuladores são aqui identificados por Articulador A e Articulador C. Ambos são servidores efetivos do quadro do magistério da SEDUC. O primeiro possui formação superior completa, com especialização. A outra possui ensino superior completo, sem especialização. Além da articulação, eles também atuam em suas respectivas escolas como orientadores de estudo no Programa Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.

O Articulador A tem 42 anos, atua no magistério há 20 anos e está como articulador há 1 ano e 4 meses. Já a Articuladora C tem 31 anos, atua no magistério há 10 anos e está na articulação há 1 ano.

Vale destacar que, a partir de março de 2015, devido à carência de professores na Rede Estadual de Ensino, os professores articuladores passaram a acumular a articulação do ProEMI com a regência em sala de aula, o que contraria o estabelecido no item 8.5 do Documento Orientador do ProEMI, que prevê a disposição de um professor com jornada de 40 horas para coordenar as ações do redesenho curricular (BRASIL, 2014).

A primeira indagação aos articuladores foi sobre o ano de início das atividades do ProEMI na escola. O Articulador A respondeu que foi em 2012 e a Articuladora C, 2014. Pelo ano informado pela Articuladora C, podemos inferir que ela só tomou conhecimento do programa no ano em que passou a ser a articuladora, já que a escola iniciou as atividades do ProEMI em 2012 e ela já fazia parte do corpo docente.

Os articuladores, ao serem questionados sobre a jornada escolar a partir do ProEMI, responderam que suas escolas continuam atuando com jornada de 4 horas, o que ratifica que a ampliação das horas de estudo acontece apenas no aspecto formal.

Quando questionados a respeito da Portaria N^o. 971/2009, ambos afirmaram conhecê-la e a apropriação desse documento se deu por interesse próprio.

Em relação ao Documento Orientador do programa, os articuladores alegaram que não receberam formação para estudo do documento e também que as informações trazidas nele não são suficientes para compreender as etapas operacionais do programa.

O Articulador A considera de fundamental importância uma formação, e a Articuladora C reclama da falta de uma equipe de orientação e menciona que “as coisas são feitas de qualquer jeito”. A partir desses depoimentos, podemos perceber que os docentes, ao serem conduzidos à articulação do ProEMI, não receberam orientações suficientes e, por essa razão, sentem-se inseguros para realizar as atividades relacionadas ao programa. Aliás, quando questionados se participaram da capacitação para atuarem na função, os dois responderam que não.

No tocante aos macrocampos com os quais a escola tem trabalhado, o Articulador A mencionou: Acompanhamento Pedagógico, Leitura e Letramento,

Iniciação Científica, Línguas Estrangeiras, Cultura Corporal, Comunicação, Cultura Digital e uso de mídias e Produção e Fruição das Artes, mas conforme PPDE Interativo 2014, não há ações cadastradas para este último macrocampo (PDDE Interativo, 2014).

Por sua vez, a Articuladora C mencionou que a escola tem ações nos macrocampos Acompanhamento Pedagógico, Cultura Corporal, Produção e Fruição das Artes, Iniciação Científica, Leitura e Letramento e Participação Estudantil. Entretanto, no PDDE Interativo 2014, não constam ações cadastradas para este último macrocampo (PDDE Interativo, 2014).

No tocante à organização das atividades do PRC, o Articulador A respondeu que estão organizadas por meio de oficinas, trabalho de campo, projetos e formação continuada de professores. Já a Articuladora C respondeu que as atividades estão organizadas em projetos de Leitura, Artes e Educação Física.

Em relação às atividades da Escola C, vale destacar que, no PRC do biênio 2014-2015, constam ainda o cadastro de projetos de Filosofia, Sociologia, Biologia e Química, o que não foi mencionado pela Articuladora. Daí podermos inferir que esses existem apenas no aspecto formal.

Ao serem questionados sobre como se deu a construção do PRC, o Articulador A informou que “cada professor idealizou seu PRC de acordo com sua disciplina”, e a Articuladora C disse que “com o apoio dos professores das áreas que o projeto visa atender, como é o caso de leitura – professor de língua portuguesa”.

Pelas respostas apresentadas pelos Articuladores podemos perceber a falta de identificação com a ideia dos macrocampos, conceito-chave do redesenho curricular do Programa. As atividades mencionadas tratam-se de práticas em disciplinas isoladas, em que não se vislumbra a possibilidade de integração curricular por meio da interdisciplinaridade.

A respeito da integração curricular, Lopes e Macedo (2011) destacam que mesmo quando uma política de currículo não introduz a discussão sobre as disciplinas, é lida pelos professores a partir de suas formações disciplinares, devido à identificação com as disciplinas acadêmicas. “Dessa forma, a mudança curricular desenvolve-se de maneira muito limitada, pois são mantidos estáveis os princípios estabelecidos pelas disciplinas”. (LOPES, 2008, p. 110)

Em outras palavras, mesmo quando um discurso político tem seu sentido vinculado à interdisciplinaridade, a atuação dos professores objetiva garantir que os

conteúdos e disciplinas específicas sejam considerados, mesmo quando se defende a integração curricular.

Outro dado interessante a respeito da construção do PRC está na informação apresentada pela Articuladora C, quando diz que o projeto visa atender à disciplina Língua Portuguesa, o que sinaliza para uma abreviação maior ainda da ideia da integração curricular, pois se refere a uma única atividade, em uma única disciplina.

Interessante destacar também a ação proposta pela Escola A para o macrocampo Comunicação, Cultura Digital e uso de Mídias, que consiste na criação de videoteca para exposição dos trabalhos produzidos pelos alunos nas disciplinas Artes, Língua Estrangeira, Educação Física, Geografia, Filosofia, Sociologia e História (PDDE Interativo, 2014).

Em referência ao trabalho interdisciplinar, Krawczyk (2003, p. 176) aponta que

[...] na maioria das escolas se associa interdisciplinaridade com a elaboração, pelo conjunto de professores, de um ou dois projetos por ano, nos quais, a partir da definição de vários temas da atualidade, os alunos escolhem uma para aprofundar, pesquisar e expor em grupo, sendo avaliados por professores de diferentes disciplinas.

Como vimos, a falta de preparo para trabalhar com o critério da interdisciplinaridade é comum, na maioria das escolas brasileiras, ou porque os docentes não estão preparados para isso, ou porque os professores não querem propor nenhuma mudança que represente transformação em seu trabalho docente.

Outra questão proposta aos articuladores está relacionada às dificuldades na execução do ProEMI. O Articulador A apontou: “espaço físico, reuniões de planejamento e organização das ações do ProEMI, Formação de Professores, aceitação e participação de professores e demais profissionais da educação”.

A Articuladora C elencou:

Espaço físico, Reuniões de planejamento e organização das ações do ProEMI, Articulação entre as áreas de conhecimento, Compreensão das orientações do ProEMI, Formação de Professores, Aceitação e participação de professores e demais profissionais da educação, Disponibilidade de profissionais e Suporte técnico governamental (SEDUC e ou MEC) (ESCOLA C. ENTREVISTA COM A PROFESSORA ARTICULADORA DO PROEMI DA ESCOLA C, 2015).

Percebemos pontos comuns entre os depoimentos. Ambos reclamam da falta de espaço físico, da falta de reuniões de planejamento e organização das ações do programa, da formação de professores e da aceitação e participação de professores e demais profissionais da educação.

Desses itens comuns, com exceção da falta de espaço físico, todas as outras dificuldades remetem ao trabalho docente. Assim podemos inferir que grande parte da mudança da escola está na formação do professor. Nesse sentido, Ferreira e Ramos (2012) destacam que sem uma ação específica na formação do professor pouco se mudará numa escola.

Em relação às mudanças que aconteceram na escola do ponto de vista pedagógico, o Articulador A não respondeu, e a Articuladora C mencionou que houve melhoria nos índices educacionais.

Em relação à utilização dos recursos financeiros do ProEMI, os articuladores mencionaram que professores, pedagogos e os gestores participaram da decisão, e que os itens financiáveis são adquiridos de acordo com a necessidade dos projetos que serão desenvolvidos.

Contudo, ao analisar, no PDDE Interativo 2014, os itens solicitados pelas escolas para o desenvolvimento das ações propostas em cada macrocampo, percebemos que nem sempre o material solicitado mantém relação com a proposta. Por exemplo, a Escola A pretende controlar a frequência dos alunos e reduzir o abandono escolar, para isso solicita refeição e transporte para realização de pesquisa de campo ou atividade educacional externa. A escola C também apresenta o mesmo comportamento, pois solicita, no macrocampo Acompanhamento Pedagógico, segundo Parecer Geral do MEC, itens que não correspondem às atividades propostas (PDDE Interativo, 2014).

Diante disso, chegamos às seguintes hipóteses: ou as ações não foram bem detalhadas, ou os itens, de fato, divergem da proposta; ou as escolas enxergam no programa uma possibilidade de adquirir produtos e serviços para atividades externas a ele.

Com base na experiência da pesquisadora, podemos afirmar que muitos dos materiais solicitados pelas escolas nem sempre estão relacionados aos aspectos pedagógicos. As escolas investem em equipamentos de segurança, em refrigeração de espaços não pedagógicos, em móveis de escritórios e em materiais de expedientes para uso nos serviços administrativos.

Em referência às mudanças na organização curricular da escola, a partir do PRC, o Articulador A não respondeu, e a Articuladora C fez referência aos índices educacionais, mas não respondeu ao questionamento. Essas ausências indicam que a organização curricular não sofreu alteração. Não houve diversificação nos currículos escolares.

É necessário destacar que, de acordo com Ferreira e Ramos (2012, p. 39), “o ProEMI não propõe mudanças na estrutura e no tempo mínimo de conclusão do Ensino Médio (o tempo de duração continua sendo de três anos e a organização curricular obedece às descrições das DCNEM), mas visa incentivar as escolas a diversificarem seus currículos escolares”. Dessa forma, espera-se que a SEDUC estimule a promoção de rearranjos curriculares, o que não vem acontecendo.

Em relação ao processo de seleção para atuar na função de Articulador, o Articulador A afirmou que foi por estar há 16 anos na escola e ter bom relacionamento com todos. A Articuladora C alegou que a escolha se deu porque já atuava na equipe pedagógica da escola e por desenvolver projetos na escola.

Por último, foi solicitado aos professores que fizessem um síntese da rotina na articulação do ProEMI. O Articulador A descreveu que, no ano de 2014, suas atividades foram voltadas ao conhecimento sobre o ProEMI, divulgação do programa e reunião com cada professor para listagem de materiais e aguardar liberação de recursos para compra de materiais. No ano de 2015, continua aguardando os recursos para compra de materiais para iniciar as atividades do projeto.

A Articuladora C apontou que sua rotina envolve verificação de projetos, acompanhamento pedagógico quase que diariamente, controle de horário de aula, reuniões pedagógicas e suporte aos professores. Esse depoimento deixa nítido que sua rotina na escola está mais relacionada às funções de apoio pedagógico do que de articulador do ProEMI, pois, fora o uso da sentença “verificava projetos”, não percebemos no resumo de suas atividades algo relacionado às estratégias de operacionalização do programa.

Pelo depoimento do Articulador A percebemos que as ações propostas no PRC da Escola A não foram postas em prática, pois a escola ficou aguardando a liberação dos recursos do programa. Vale frisar que a primeira parcela, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), foi paga em 30 de setembro de 2014, conforme constam os dados públicos do FNDE (FNDE, 2015). Em 2015, a escola continua aguardando liberação de recursos e ainda não iniciou as atividades, pois a segunda

parcela ainda não foi depositada. Desse pronunciamento podemos inferir que a escola vem realizando compra de materiais desde setembro de 2014, mas ainda não pôs em prática seu PRC.

Os pronunciamentos dos dois articuladores evidenciam a forma como as escolas vêm se organizando em resposta às diretrizes do programa, sem mudanças nas práticas pedagógicas, mas apenas no aspecto formal. Nesse aspecto Silva (2009, p. 128) ensina que:

As escolas reinterpretam, reelaboram e redimensionam o discurso oficial que, nesse processo, ganha legitimidade, seja ao assumir a condição de inovação, seja ao se valer de ideários pedagógicos tornados legítimos pela cultura escolar. A análise da política de reforma curricular impõe discutir as prescrições normativas, considerando, no entanto, que elas não se consolidam de forma espelhada. Para dimensionar o alcance da reforma, parte-se, portanto, do pressuposto de que, mesmo que ela não produza alterações na totalidade das práticas educativas, produz alterações no discurso pedagógico e imprime novos códigos e símbolos à cultura escolar, capazes de constituir novas configurações ao trabalho docente.

Em resumo, os depoimentos expressam a concepção reducionista dos articuladores em relação ao programa, em muitas de suas respostas, percebeu-se o uso da expressão “projeto”. Disso é possível inferir que, pela falta de uma formação sólida para desempenhar a função de articulador, esses atores atribuem ao ProEMI um sentido mais pragmático, a possibilidade da escola realizar projetos, e não o percebem como uma política de indução de rearranjos curriculares.

No próximo tópico, iremos apresentar os resultados e as análises realizadas a partir dos depoimentos dos professores regentes das escolas A e C.

2.3.4 A visão dos professores atuantes nas escolas A e C

Neste tópico serão apresentadas as visões dos professores regentes das escolas A e C sobre o ProEMI, cujas percepções também foram obtidas por meio de questionário, conforme descrito na metodologia desta dissertação.

Os questionários utilizados para esta análise foram aqueles preenchidos por professores que atuam em tempo integral nas escolas. Assim, poderemos ter uma visão das ações do programa nos turnos matutino e vespertino.

O Apêndice C contém os recortes dos dados obtidos na investigação junto aos docentes.

O objetivo, ao analisar o depoimento dos professores atuantes nas escolas A e C, foi captar o que tem sido realizado pelas escolas em atendimento aos objetivos do ProEMI, bem como a receptividade desses profissionais em relação ao programa, pois para que as ações do PRC se concretizem é essencial a participação desses atores.

Os professores regentes serão aqui identificados, conforme as siglas apresentadas nos Quadros 11 e 12, da seguinte forma: Professores Escola A – P1A, P2A, P3A, P4A, P5A E P6A; Professores Escola C – P1C, P2C, P3C e P4C.

Para facilitar a descrição dos sujeitos que contribuíram com esta pesquisa, será montado um quadro com o resumo do perfil dos professores das escolas A e C. Os Quadros 11 e 12 contêm os dados dos perfis dos participantes.

Quadro 11 - Perfil dos professores regentes das escolas A

ESCOLA A	PROFESSORES	IDADE	GRAU DE FORMAÇÃO	TEMPO NO MAGISTÉRIO	TEMPO NA ESCOLA
	P1A	52	Especialização	12 anos	3 anos
	P2A	30	Superior completo	6 anos	4 anos
	P3A	51	Especialização	22 anos	11 anos
	P4A	32	Especialização	3 anos	3 anos
	P5A	27	Especialização	6 anos	3 anos
	P6A	43	Especialização	15 anos	13 anos

Fonte: Elaborado com base nos dados dos questionários aplicados aos professores regentes.

Quadro 12 - Perfil dos professores regentes das escolas C

ESCOLA C	PROFESSORES	IDADE	GRAU DE FORMAÇÃO	TEMPO NO MAGISTÉRIO	TEMPO NA ESCOLA
	P1C	32	Superior completo	7 anos	3 anos
	P2C	28	Superior completo	7 anos	4 anos
	P3C	35	Superior completo	9 anos	5 anos
	P4C	47	Especialização	22 anos	3 anos

Fonte: Elaborado com base nos dados dos questionários aplicados aos professores regentes.

O primeiro questionamento feito aos professores foi sobre o conhecimento e como se deu o repasse das informações da Portaria Nº. 971/2009. Os professores da Escola A, P1A e P2A afirmaram que o repasse das informações aconteceu na escola e P3A alegou que o conhecimento foi por interesse próprio. Por outro lado, o restante dos entrevistados afirmou que não conhece o documento.

Já na Escola C, três professores (P1C, P2C e P3C) disseram não conhecer a citada portaria e apenas P4C disse conhecê-la, mas que os repasses acerca dela não foram feitos.

Quando questionados se houve e como foi a formação para estudo do Documento Orientador do Programa, quatro professores da Escola A (P1A, P2A, P5A e P6A) afirmaram que aconteceu um encontro com leitura e repasse de informações básicas. Os professores P3A e P4A alegaram que não houve formação. Na Escola C, os quatro professores afirmaram que não foi oferecida tal formação.

Em relação aos macrocampos que a escola tem trabalhado, as respostas entre os professores da Escola A divergiram bastante, conforme pode ser observado no Apêndice C, mas a inferência que podemos fazer é que eles não conhecem as escolhas feitas pela escola no PDDE Interativo, dentre as quais não constam ações cadastradas para os macrocampos Participação Estudantil e Produção e Fruição das Artes, mencionados por quatro docentes.

Outra informação que esse desencontro nos traz é a de que os professores desconhecem a obrigatoriedade de a escola desenvolver ações nos macrocampos Acompanhamento Pedagógico, Leitura e Letramento e Iniciação Científica, uma vez que, nenhum deles chegou a mencioná-los.

Ao mesmo questionamento, na Escola C, dois professores não responderam. Um alegou não ter conhecimento sobre os macrocampos e o único professor que respondeu deixou de mencionar o macrocampo obrigatório Leitura e Letramento e

indicou o macrocampo Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias, para o qual não existem ações cadastradas no PDDE Interativo 2014.

Essa falta de conexão entre as respostas dos docentes das duas escolas indica pouca familiaridade deles com os PRC cadastrados, bem como daquilo que é obrigatório e eletivo no processo de redesenho curricular, o que nos leva a crer que não há como pôr em prática aquilo que se desconhece, pois com base em O'Donnell (1994, *apud* SCHNECKENBERG, 2000, p. 121), para o sucesso de uma política de reforma, o plano de mudança deve ser claro e conhecido pelos atores que o implementarão, pois isso evitará atitudes de medo, insegurança e desconfiança.

No caso do ProEMI, o plano de mudança está nas ações cadastradas no PRC das escolas A e C, com as quais os professores entrevistados demonstraram ter pouco ou quase nenhum conhecimento, ressalta-se que sem a reflexão necessária sobre esse documento, os objetivos não serão alcançados.

Foi solicitado também que os professores apontassem experiências inovadoras resultantes do ProEMI. Na Escola A, P1A apontou participação mais atuante dos estudantes em apresentações, P2A e P4A disseram que o programa ainda não está sendo desenvolvido, P3A afirmou que não houve P5A e P6A apontaram a melhoria dos recursos didáticos, e P6A destacou a habilidades de alunos na dança e no canto.

Também na Escola C as ideias inovadoras ainda não aconteceram. O P1C disse que “Não se aplica”, P2C e P4C não responderam, P3C também mencionou que não se aplica, pois não foi usado na escola.

Essas respostas nos levam a ratificar a ideia de que as escolas realizam as compras dos materiais, mas não conseguem inovar no trabalho pedagógico, ou as ações são práticas isoladas desenvolvidas em eventos únicos, como o mencionado por P6A. Avesso a essa concepção, o programa propõe o redesenho curricular por meio de relações interdisciplinares entre o conjunto de disciplinas. Espera-se que o trabalho de inovação curricular rompa com o currículo fragmentado.

É necessário destacar que o redesenho não implica na dissolução do trabalho organizado em disciplinas, mas pretende a integração entre elas, por meio do eixo das DCNEMs, constituído pelas dimensões Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura.

Frigotto (2008) assevera que o limite para o trabalho pedagógico interdisciplinar

[...] situa-se na dominância de uma formação fragmentária, positivista e metafísica do educador e de outra nas condições de trabalho (divisão e organização) a que está submetido. (...) o problema crucial da escola não é sobretudo de reforma curricular, mas na existência de profissionais que sejam ao mesmo tempo técnicos e dirigentes. O especialismo na formação e o pragmatismo e ativismo que impera no trabalho pedagógico constituem-se em resultado e reforço da formação fragmentária e forças que obstaculizam o trabalho interdisciplinar (FRIGOTTO, 2008, p. 59).

Percebemos, portanto, que sem um planejamento adequado e sem a instauração de uma prática dialógica que possibilite a integração entre as disciplinas, o trabalho interdisciplinar não será possível, pois, segundo Gusdorf (1976 *apud* TELLES e GUEVARA, 2011, p. 38), “A exigência interdisciplinar impõe a cada especialista que transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites para acolher as contribuições das outras disciplinas”.

Foi proposto aos professores que relatassem também experiências protagonizadas por eles nas ações do ProEMI. Um professor da Escola (P2A) respondeu que ainda não pôde trabalhar com o projeto. O P3A disse que não houve, P4A não respondeu, P5A mencionou um único evento que promoveu na escola, e P6A fez referência à aquisição de equipamentos do laboratório. Na Escola C, as respostas foram ainda mais desanimadoras. Dois professores (P2C e P4C) não responderam e os outros dois professores (P1C e P3C) afirmaram que não se aplica, pois o programa não foi “usado” na escola deles.

Esses depoimentos vêm ao encontro das considerações de Silva (2009, p. 134) em estudo sobre reformas educacionais, no qual menciona que

[...] a adesão às propostas oficiais ocorreu apenas de maneira formal, isto é, essas escolas afirmam explicitamente que incorporaram as proposições em seus *textos* curriculares, mas não produziram mudanças em suas *práticas*. Esse dado aponta para um aspecto importante do movimento de apropriação realizado pelas escolas: o de que a reconfiguração dos discursos não necessariamente modifica o que é praticado (SILVA, 2009, p. 134, grifos da autora).

No tocante às dificuldades do ponto de vista pedagógico, que foram amenizadas com as ações do ProEMI, os professores da Escola A se posicionaram assim: P1A afirmou que houve melhora no índice de faltas e na disciplina escolar, P2A e P3A afirmaram que não houve superação das dificuldades, P4A não respondeu, P5A mencionou a ausência de pedagogo no turno matutino e P6A

também fez referência à falta de pedagogo e disse, ainda, que no turno vespertino não tem havido ações pedagógicas para melhoria do rendimento. Os professores da Escola C não responderam esta questão.

Quando questionados sobre como é decidido e quem participa da decisão do emprego dos recursos financeiros do programa, três professores da Escola A (P1A, P5A e P6A) mencionaram que o corpo docente participa da decisão. P2A afirmou não ter conhecimento e P3A alegou que a decisão é do gestor da escola. Já P4A informou que os recursos estão sendo destinados para compra dos materiais necessários ao desenvolvimento dos projetos elencados pelos professores. Na Escola C, apenas o P3C trouxe informações sobre este tema, mencionou que foi feita uma reunião na qual os professores apontaram os materiais necessários ao desenvolvimento de projetos.

Com base nos depoimentos de P4A e P3C, podemos inferir que participam da decisão somente os professores que apresentam propostas de projetos. Aqueles que deixam de apresentá-las acabam ficando fora da decisão, por isso não percebem como os recursos estão sendo utilizados.

Em relação à construção do PRC e quais mudanças ocorreram na organização curricular da escola em decorrência disso, quatro professores (P1A, P4A, P5A e P6A) afirmaram não ter conhecimento. P2A respondeu que apenas foi solicitado que cada professor fizesse um projeto, já em relação às mudanças na organização curricular disse não ter conhecimento. Por sua vez, P3A respondeu que não houve a construção do PRC e que a organização curricular da escola segue o modelo da SEDUC.

Os professores da Escola C se manifestaram da seguinte forma, em relação ao mesmo questionamento: P1C disse que “não se aplica”, P2C e P4C não responderam e P3C informou que a construção se deu em reuniões e planejamentos, mas não mencionou as mudanças ocorridas.

Pelos depoimentos dos professores das duas escolas, percebemos que seus PRCs não foram construídos de forma coletiva, e a falta dessa discussão em grupo torna-se mais um impeditivo ao trabalho interdisciplinar.

Krawczyk (2003, p. 192) aponta que, apesar da ênfase que os discursos oficiais dão ao planejamento coletivo, na maioria dos casos, a organização do trabalho pedagógico fica centrado no trabalho individual do professor, pois não há uma cultura escolar de trabalho coletivo. Esse isolamento fica latente no

pronunciamento de P2A, quando diz que foi solicitado que cada professor fizesse um projeto, evidenciando a falta da discussão coletiva na construção do PRC.

Em geral, os depoimentos dos professores expressam que, no contexto da prática, o trabalho pedagógico que vem sendo desenvolvido pelas escolas está desvinculado dos PRCs cadastrados na plataforma do PDDE Interativo. Aliás, pelas opiniões, percebemos que eles não têm consciência dos objetivos do ProEMI. Assim, com base em Schneckenberg (2000, p.118), podemos concluir que “se não houver engajamento nas bases, na escola, para que os objetivos de mudança se efetivem, provavelmente esta tenderá ao fracasso”.

No próximo tópico, iremos apresentar os resultados e as análises realizadas a partir do depoimento da Coordenadora Institucional do ProEMI.

2.3.5 A visão do Coordenador Institucional do ProEMI

Neste tópico, será apresentada a visão do Coordenador Institucional do ProEMI, cujas percepções foram obtidas por meio de entrevista com roteiro semiestruturado, conforme descrito na metodologia desta dissertação.

A Coordenadora Institucional é professora efetiva do quadro de magistério estadual. Ingressou na SEDUC em 2002, atuando em uma escola de Ensino Médio da capital. Em 2013, passou a fazer parte do grupo de trabalho de Língua Portuguesa da Gerência de Ensino Médio. Em fevereiro de 2015, começou a exercer a função de coordenadora do ProEMI.

O Apêndice D contém os recortes dos dados obtidos na investigação junto à Coordenadora Institucional.

O objetivo, ao analisar o depoimento da Coordenadora Institucional, é compreender as etapas operacionais do ProEMI, que abrangem desde a seleção das escolas pela SEDUC, passando pelo monitoramento até a avaliação do programa.

Em seu depoimento inicial, a Coordenadora Institucional mencionou que a indicação para exercer a função de coordenadora foi em razão de ter o ProEMI como objeto de investigação de sua dissertação de mestrado. Também mencionou não ter recebido nenhuma capacitação para o exercício da função e que sua apropriação da regulamentação da base legal do programa foi adquirida por meio

das pesquisas realizadas para a construção do seu caso de gestão de um mestrado profissional.

Quando questionada sobre como acontece a seleção das escolas para participarem do programa, a Coordenadora Institucional mencionou que, segundo informação recebida da antiga coordenadora, a seleção acontece por indicação do Secretário de Educação em conjunto com as coordenadorias da capital e do interior.

No tocante à adesão das escolas ao ProEMI, a Coordenadora descreveu que foi relatado a ela que o processo inicia com a assinatura do Termo de Adesão ao programa pelo Secretário da SEDUC e, em seguida, as escolas são cadastradas no PDDE Interativo. Vale destacar que nesses depoimentos não foi mencionado o cuidado da SEDUC em orientar as escolas quanto ao preenchimento das ações do PRC no PDDE Interativo e também fica nítido que os procedimentos não são sistematizados, tanto que a fala da coordenadora é baseada em informações de pessoas envolvidas no programa.

Já quando questionada em relação ao que a SEDUC faz para capacitar a equipe gestora das escolas que aderiram ao programa, a coordenadora relatou o que lhe foi repassado pelas antigas coordenadoras:

[...] a SEDUC/AM convocava uma reunião envolvendo setores da SEDUC-SEDE, ligados ao programa, como GEM, GACE e Financeiro e as escolas aprovadas, na figura de seus Gestores e Presidentes de APMCs para informação do modo de operacionalização do programa (ENTREVISTA COM A COORDENADORA INSTITUCIONAL DO PROEMI, 2015).

Pelo que percebemos, a capacitação se resume em uma reunião com Gestores e Presidentes das APMCs, para a qual os professores articuladores não são convidados, somente os presidentes da APMCs. Logo, podemos inferir que o aspecto administrativo do programa é privilegiado em relação ao pedagógico e que uma reunião não tem sido suficiente para que os gestores compreendam o programa.

Nesse sentido, Schneckenberg (2000) orienta que a implementação de uma reforma educacional exige um trabalho profundo, não se trata apenas de uma questão de cursos, reuniões ou treinamentos. Na verdade, segundo a autora, “a mudança está fundamentada nos valores dos indivíduos que compõem o contexto escolar” (SCHNECKENBERG, 2000, p. 121).

Em relação à sua atuação na implementação e na operacionalização do ProEMI, a coordenadora afirmou não ter tido a oportunidade de participar de nenhum processo de implementação, pois, em 2015, não houve adesão de novas escolas ao programa. No tocante à operacionalização, afirmou estar envolvida em atividades de troca de senhas e liberação dessas aos gestores, na identificação das escolas que não fizeram uso dos recursos oriundos do ProEMI, além de ter iniciado levantamento da trajetória do programa e do desempenho educacional das escolas executoras do programa, a partir de uma linha do tempo. É válido ressaltar o fato dela “ter iniciado” o levantamento da trajetória, o que significa que na SEDUC não havia qualquer acompanhamento dos resultados educacionais das escolas envolvidas no programa.

Quando foi solicitada que apontasse as maiores dificuldades encontradas na execução do programa, a coordenadora respondeu que é o fato de as escolas, mesmo tendo seus PRCs aprovados, não terem clareza sobre seu aspecto pedagógico e também mencionou a falta de documentação sistematizada sobre o ProEMI.

Já quando questionada sobre as maiores dificuldades identificadas por ela, enquanto coordenadora, na operacionalização do ProEMI, elencou:

- a) o entendimento do processo aos poucos, ainda estou aprendendo a parte prática do programa, devido ao fato da prática ser diferente do que consta no documento orientador do ProEMI;
- b) ficar quase que 100% envolvida em questões administrativas e financeiras em detrimento do aspecto pedagógico;
- c) estar sozinha no programa, quando o Documento Orientador cita uma equipe;
- d) a percepção cada vez mais clara de que as escolas não entendem o que é ProEMI, o que me angustia muito;
- e) o desconhecimento das escolas da parte normativa da educação básica, ou seja, parece que as escolas não conhecem a Diretriz Curricular do Ensino Médio de 2012, não conseguindo fazer um link entre ela, o Projeto Político Pedagógico e os Macrocampos. Como não sou pedagoga, sinto falta de um olhar pedagógico para análise dos PRCs já aprovados em 2013 e 2014 (ENTREVISTA COM A COORDENADORA INSTITUCIONAL DO PROEMI, 2015).

Esse depoimento deixa claro os desvios por parte da SEDUC e das escolas na operacionalização do programa. Nele, a coordenadora afirma que a prática é diferente do que consta no Documento Orientador do ProEMI. De um lado, as

escolas que, pela pouca compreensão que têm do programa e pelo desconhecimento das DCNEMs, não conseguem fazer as articulações necessárias ao redesenho curricular. Por outro lado, a SEDUC por não fazer valer na prática a composição do Comitê Gestor do programa e por cuidar exclusivamente dos aspectos administrativos e financeiros do ProEMI, deixando para segunda análise os PRCs das escolas aprovadas.

Sobre esse campo de conflito entre teoria e prática, já que uma realidade não é transformada apenas por uma determinação legal, Schneckenberg (2000, p. 113) assevera que “políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas, com base nas representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria”. Assim, “uma coisa é o que se estabelece e outra o que se consegue realizar” (SCHNECKENBERG, 2000, p. 113).

Em relação à orientação dada às escolas quanto ao preenchimento do PRC no PDDE Interativo, a coordenadora respondeu que pelo que observou, esse repasse se deu em reuniões promovidas pelos setores ligados ao programa. Mais uma vez, percebemos a falta de sistematização dos procedimentos, ela apenas relatou o que observou, o que não garante a efetividade do procedimento.

Foi perguntado a ela, ainda, se, depois da adesão ao programa, as escolas buscam a GEM para esclarecimentos e se as dúvidas estão mais relacionadas aos aspectos pedagógicos ou financeiros do ProEMI. A coordenadora respondeu que um quantitativo expressivo de escolas procura a GEM para esclarecimentos, mas todas as dúvidas estão relacionadas aos aspectos financeiros, nenhuma escola buscou informações pedagógicas. Segundo ela,

Existe uma demanda de escolas que procuram a GEM. Entretanto, o que vivenciei de fev 2015 até a presente data foram dúvidas relacionadas aos aspectos financeiros, nenhuma escola buscou informação da parte pedagógica (ENTREVISTA COM A COORDENADORA INSTITUCIONAL DO PROEMI, 2015).

Aqui podemos depreender que as escolas, mesmo não tendo a real clareza dos objetivos do programa, mostram-se mais preocupadas com a prestação de contas dos recursos financeiros do que em compreender de que forma essa verba pode transformar seus trabalhos pedagógicos.

A respeito dos PRCs cadastrados no PDDE Interativo, foi questionado à coordenadora se o MEC realiza análise desses projetos e o que tem sido identificado nesse processo. Foi dito por ela que

A análise do MEC iniciou nos PRCs do ano de 2014, porém, não consigo identificar a data precisa que começou essa dinâmica, já que o PDDE Interativo não traz essa informação, o que acho uma falha do MEC. Os avaliadores MEC têm identificado incoerências na elaboração dos PRCs, indo desde ação considerada inadequada que não cumpre com o proposto pelo programa, ou seja, a articulação do eixo do Ensino Médio Trabalho, Cultura, Tecnologia e Ciências, até duplicidade de itens financiáveis (ENTREVISTA COM A COORDENADORA INSTITUCIONAL DO PROEMI, 2015).

Segundo Correia e Melo (2014, p. 9), “as mudanças curriculares são parte de uma política de desenvolvimento do país, e, portanto, o currículo deve expressar coerência e articulação com esse projeto”. Destacam ainda que, essas políticas não podem ser consideradas apenas nos documentos inscritos, mas sobretudo na reorganização do trabalho pedagógico.

Também foi perguntado a ela se a SEDUC vem realizando essas análises. A coordenadora respondeu que ainda não teve tempo de iniciar as análises dos PRCs das escolas aprovadas nos anos de 2013 e 2014 e que tem feito apenas levantamento das análises feitas pelo MEC para futuro agendamento de visita às escolas para prestar esclarecimentos dos pareceres exarados pelo MEC. De acordo com ela,

como são um total de 57 escolas no ProEMI, incluindo as aprovadas nos anos de 2013 e 2014. Destas, já foram analisadas 40 pelo MEC, entretanto, ainda não tive tempo de iniciar a análise individual das mesmas. O que estou fazendo no momento é cadastrando com a ajuda da Estagiária da GEM as análises dos PRCs por coordenadorias e por municípios para futuro agendamento de visita “in loco” para esclarecimentos das situações constantes nas avaliações (ENTREVISTA COM A COORDENADORA INSTITUCIONAL DO PROEMI, 2015).

Interessante aqui destacar o uso do verbo iniciar, a partir do qual podemos perceber que, nesses anos de ProEMI, as análises não vêm sendo feitas.

Dessa forma, podemos compreender o porquê das escolas continuarem com dificuldades de apresentar propostas coerentes ao redesenho curricular, como não estão recebendo retorno da SEDUC sobre as ações cadastradas no PDDE

Interativo, não percebem a necessidade de revisá-los. Outro fato que inibe que as escolas revisem as incoerências contidas no cadastro do PRC está no fato de que essas inconstâncias não impedem a liberação de recursos pelo FNDE.

Além disso, foi dito pela coordenadora, quando questionada sobre como a SEDUC faz o monitoramento das escolas que aderiram ao ProEMI, não ter encontrado qualquer registro na GEM que indicasse esse acompanhamento.

Segundo Condé (2011, p. 81),

Decidida a política, ela deve ser monitorada para o conhecimento sobre se o previsto vem sendo executado e, finalmente, ela pode (ou deveria) ser avaliada *ex post* para conhecer seus parâmetros e resultados, seus indicadores de eficiência e efetividade.

Já quando questionada sobre a avaliação do programa junto às escolas, alegou que, em razão do número reduzido de servidores no programa, a avaliação não vem sendo realizada. Outro posicionamento da coordenadora que ilustra a falta de cumprimento da SEDUC na condução das etapas operacionais do programa está no fato de que nenhuma das escolas com mais de três anos de execução do ProEMI, até o momento da realização da pesquisa, ter seu PRC aprovado no CEE.

Em relação à estrutura organizacional do Comitê Gestor do programa e as atividades desenvolvidas por ele, a coordenadora mencionou que

nos anos de 2009 até 2011, há um documento formal com a composição do Comitê Gestor do ProEMI. Porém, a partir de 2012, não consegui localizar documentação acerca do Comitê. Atualmente, estou sozinha na Coordenação Institucional. Conheço as atividades desenvolvidas pelo comitê pela leitura dos Documentos Orientadores do programa (ENTREVISTA COM A COORDENADORA INSTITUCIONAL DO PROEMI, 2015).

Este relato também comprova que, na prática, a SEDUC desconsidera as orientações do MEC na condução do programa.

Em relação ao que ela tem percebido no uso dos recursos do programa pelas escolas, a coordenadora tem observado que as instituições vêm investido em materiais (papel, máquina de xerox e tonner), sem a devida conexão com o aspecto pedagógico. Isto é, não consegue perceber a relação deles com as ações cadastradas nos macrocampos.

Silva (2014) assevera que o modo como as propostas de mudança curricular se institucionalizam nos textos escolares, às vezes se aproximando das formulações originais e às vezes se distanciando, e a percepção de que muitas dessas proposições foram incorporadas apenas formalmente sem que gerassem mudanças na prática, demonstram a necessidade de perceber o processo de instituição de políticas curriculares como um movimento, nunca acabado, que varia de escola para escola em função dos sujeitos e das práticas consolidadas.

Para finalizar, foi solicitado à coordenadora que apresentasse sugestões de melhorias ao ProEMI. As sugestões foram: A efetiva composição e capacitação do Comitê Gestor, o monitoramento das escolas, com acompanhamento mais criterioso no preenchimento dos Diagnósticos e dos PRCs e a criação de uma rede de trocas de experiências entre as escola com o ProEMI.

Em geral, a entrevista da Coordenadora Institucional expressa que as etapas operacionais do ProEMI não são sistematizadas; há escassez de registros das ações realizadas de 2009 até 2015 e que o foco tanto da SEDUC quanto das escolas envolvidas no programa parece estar voltado aos aspectos administrativos e financeiros em detrimento dos aspectos pedagógicos.

Concluída a exposição e análise das questões propostas nos instrumentos de coleta de dados, em cujas respostas ou na ausência delas foi possível captar o grau de compreensão dos atores envolvidos na implementação e operacionalização do programa, pelas quais também foi possível perceber que, no contexto da prática, não se tem conseguido alcançar os objetivos do programa. Por essa razão, há necessidade de se apresentar contribuições para que se consiga diminuir o hiato entre aquilo que se decreta e aquilo que realiza. Nessa perspectiva, será apresentado, no Capítulo III, um Plano de Ação Educacional (PAE).

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA A MELHORIA DA IMPLEMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO ProEMI NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL

Este capítulo tem por objetivo principal a apresentação de um Plano de Ação Educacional (PAE). Porém, entendemos ser necessário resgatar alguns dos principais aspectos da descrição do caso de gestão e da pesquisa de campo descritos anteriormente.

3.1 PRINCIPAIS ASPECTOS DO CASO DE GESTÃO DESCRITO E DA PESQUISA DE CAMPO REALIZADA

O caso de gestão de que trata esta dissertação tem como objetivo estudar a implementação e a operacionalização do Programa Ensino Médio Inovador em três escolas da Rede Estadual do Amazonas e localizadas na cidade de Manaus.

O interesse em investigar este tema nasceu da experiência da pesquisadora, que, desde 2011, atua em escolas cadastradas no ProEMI . Ao longo desses anos, observou-se que o programa existe apenas no aspecto formal, o que sempre foi motivo de incômodo , pois as escolas recebem incentivos financeiros do MEC para pôr em prática ações de redesenho curricular, mas não estão conseguindo realizá-las. Diante deste quadro, sentiu-se a necessidade de investigar quais os motivos que as impedem de executá-lo conforme as orientações da SEB/MEC.

Assim, para que conseguíssemos entender como o ProEMI vem sendo operacionalizado, foi preciso realizar um estudo aprofundado sobre as suas principais etapas operacionais, pois somente após essa compreensão poderíamos apresentar uma proposta de intervenção para essa realidade.

No Capítulo I, foi realizada a descrição do caso. Primeiramente, foi apresentado um breve estudo do contexto de criação do ProEMI, pelo qual foi possível observar que a proposta do programa veio para tentar superar as fragilidades do Ensino Médio, no que se refere aos resultados educacionais dessa etapa de ensino. Também foi apresentada uma análise comparativa entre as cinco versões do Documento Orientador do Programa, o que caracteriza uma política em movimento.

Em seguida, foi feita a descrição dos objetivos do programa e de suas principais etapas operacionais, tanto em relação aos aspectos administrativos,

quanto aos financeiros e pedagógicos. Nessa etapa, foi esclarecido que o programa obedece a um movimento de cooperação entre MEC (apoio técnico-financeiro) e as Secretarias Estaduais e Distrital de Educação (organização e implementação do programa). Foram ainda destacados os conceitos-chave do programa (Macrocampos, PRC, integração curricular, interdisciplinaridade e redesenho curricular). A partir deles, foi possível perceber que não se trata de mudança na concepção do Ensino Médio, mas de uma inovação pedagógica.

Também foi realizado um levantamento do trabalho da SEDUC em relação ao ProEMI, quando foi constatado que o critério de seleção de escolas para participarem do programa difere das orientações da SEB/MEC.

Foi ainda feita a descrição dos principais atores do presente caso de gestão, o que revelou o descumprimento ao que é estabelecido no Termo de Adesão Estadual e a falta de monitoramento das ações do programa por parte da SEDUC. Em seguida, foram apresentadas as escolas objeto desta investigação. Os dados apurados revelaram fatores inibidores à operacionalização do programa como falta de espaço físico, carência de professores para atuar nas escolas por 40 horas e o desrespeito ao limite máximo de alunos matriculados por turma.

Ainda no Capítulo I, foram apresentados os PRCs das escolas pesquisadas e, por meio deles, foi possível perceber que as ações propostas pelas escolas ou não atendem ou apenas atendem parcialmente aos objetivos dos macrocampos escolhidos. Isso nos levou a formular o seguinte problema: As três escolas que aderiram ao ProEMI estão conseguindo implementá-lo e operacionalizá-lo, conforme os objetivos norteadores dessa política?

Já no Capítulo II, foi definido o percurso metodológico da investigação e, para tentar conhecer o programa no contexto da prática, foram elaborados e aplicados os seguintes instrumentos de investigação: entrevista com roteiro semiestruturado, direcionada à Coordenadora Institucional, e para os gestores escolares, professores articuladores e professores regentes, questionários específicos à função.

Optou-se por uma pesquisa qualitativa, pois assim, poderíamos captar a realidade do programa a partir das revelações dos atores pesquisados, tendo como base para a exploração do material coletado a técnica de análise de conteúdo.

A análise do ProEMI no contexto da prática partiu do entendimento das fases do programa, mediante modelo de avaliação de políticas públicas sugerido por Condé (2011) e com base nos microdados do INEP, pelos quais foi possível

perceber, em nível nacional, um aumento nos índices de reprovação das escolas que aderiram a ele.

Esses resultados desanimadores também foram percebidos nas escolas da Rede Estadual, inclusive o recorte das unidades pesquisadas foi feito considerando as que sofreram decréscimos em seus indicadores educacionais.

A pesquisadora levantou a hipótese de que esses resultados negativos são decorrentes das dificuldades na implementação e na operacionalização do ProEMI, o que acabou sendo ratificado pelo Relatório Programa Ensino Médio Inovador, cujas conclusões apontam as principais limitações das escolas. Nesse tocante, foi ressaltada a importância de a SEDUC acompanhar a execução e realizar a avaliação do programa, o que não tem sido efetivado na prática.

O resultado dessa falta de acompanhamento permitiu que as escolas, no contexto da prática, promovessem transformações significativas na política original, dando-nos a impressão, com base nos dados da pesquisa de campo, de que elas apenas utilizam os recursos destinados aos redesenho curricular, mas não o materializam.

Em relação à pesquisa de campo, de forma breve, tentaremos resgatar alguns achados interessantes com base na visão dos atores que compuseram o universo desta investigação.

Por meio do depoimento dos gestores escolares, foi possível descobrir que as escolas não conseguiram ampliar as horas de estudo, não foi oferecida capacitação aos gestores e demais atores para atuarem na implementação das ações do programa, o que faz com que eles não se sintam seguros em relação às orientações do Documento Orientador do ProEMI, desconhecem o foco do programa e também desconhecem o PRC de suas escolas. Em síntese, têm uma visão bem limitada do ProEMI e demonstraram ter pouco envolvimento com as etapas operacionais do programa.

Foi possível ainda identificar que o monitoramento do programa não vem sendo realizado, que as mudanças na organização curricular das escolas aconteceram apenas no aspecto formal e que a SEDUC não realiza as análises dos PRCs das escolas cadastradas no programa.

Além disso, os gestores apontaram que, dentre as dificuldades para operacionalizar o programa, está a falta de profissionais e a não formação dos professores para atuar nele. Porém, pelos depoimentos dos gestores foi comprovado

que eles também não têm capacidade técnica para implementar as ações do ProEMI.

A pesquisa com os professores articuladores revelou que eles acumulam a função de articuladores e a regência de sala. Também não foram capacitados para a articulação e julgam as informações do Documento Orientador insuficientes e, assim como os gestores, também se sentem inseguros para realizar as atividades do programa. Pelos depoimentos dados por eles, foi possível perceber a falta de identificação das escolas com os macrocampos. As ações cadastradas no PDDE Interativo tratam-se de práticas isoladas que não permitem a integração curricular por meio da interdisciplinaridade. A escola vê no programa uma forma de receber recursos financeiros para realizar projetos que não estão contemplados no PRC.

Foi detectado também que o espaço físico, a falta de reuniões de planejamento e a organização das ações do programa, a formação, a aceitação e a participação dos professores são os principais entraves às ações do programa nas referidas escolas.

Também foi percebido que as escolas aproveitam os recursos do FNDE para realizar compra de itens que fogem às ações do redesenho curricular e que não houve diversificação na organização curricular da escola. Isto é, o PRC existe apenas no aspecto formal.

Além disso, ficou claro que o atraso na liberação dos recursos por parte do FNDE também dificulta as ações do redesenho curricular. As unidades ficam mais da metade do ano aguardando a liberação dos recursos, e, quando recebem a verba, compram materiais, mas não conseguem pôr em prática seu PRC.

Pelos depoimentos dados pelos professores regentes das escolas A e C, percebemos que a SEDUC não vem priorizando a lotação de professores de carga integral nas escolas que aderiram ao programa. Na escola A são apenas seis professores, e na Escola C, quatro. Vale ressaltar que, no tocante à formação, também não foi promovida capacitação por parte da SEDUC aos professores.

Quanto às ações do redesenho curricular, o corpo docente das duas escolas desconhece os macrocampos eletivos e obrigatórios cadastrados no PRC. No depoimento dos professores, ficou evidente que as ações do programa não vêm sendo executadas, mas que houve aquisição de equipamentos. Também foi percebido que a decisão do uso dos recursos do programa não envolve a participação de todos, da mesma forma a construção do PRC.

Por sua vez, o depoimento da Coordenadora Institucional deixou nítido que os procedimentos da SEDUC em relação ao programa não são sistematizados. A atenção é dada ao cadastro no PDDE Interativo, mas não são passadas orientações quanto aos preenchimentos das ações do PRC. Nem é realizado um estudo sobre a estrutura física das escolas em processo de adesão.

A capacitação de gestores se resume a uma reunião. Foi percebido também que a SEDUC privilegia os aspectos administrativos e financeiros do programa, em detrimento do pedagógico, tanto que não há acompanhamento dos resultados educacionais das escolas envolvidas.

Outro ponto interessante que foi revelado é o fato de o Comitê Gestor do programa existir apenas no aspecto formal, na prática a coordenadora atua sozinha. Assim, monitoramento e avaliação do programa não vêm sendo realizados.

Em relação aos PRCs das escolas, foi descoberto que a SEDUC não realiza as análises das ações apresentadas pelas escolas e que o MEC, ao analisá-las, tem encontrado incoerências nos cadastros, o que não impede a liberação de recursos, por isso as escolas não revisam suas propostas. Além disso, foi percebido pela coordenadora que as escolas investem em materiais sem a devida conexão com o aspecto pedagógico do programa.

Importante destacar as sugestões apontadas pela coordenadora durante seu depoimento, a saber, a efetiva composição e capacitação do Comitê Gestor, o monitoramento das escolas e a criação de uma rede de trocas de experiências de escolas com o ProEMI, as quais serão incorporados no PAE, apresentado no item 3.2.

Dessa síntese, podemos perceber que muitas intervenções se fazem necessárias para tentar corrigir os desvios que vêm sendo postos em prática na implementação e na operacionalização do ProEMI. Por esse motivo, no próximo tópico, iremos apresentar o Plano de Ação Educacional, cujo principal objetivo é resgatar o ProEMI nas escolas que aderiram ao Programa.

3.2. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

O PAE foi construído tendo em vista os desvios porque passa o ProEMI no contexto da prática, o que foi revelado pelos resultados da pesquisa de campo. A intenção é apresentar propostas que visem otimizar a implementação e a

operacionalização do Ensino Médio Inovador nas escolas da Rede Estadual do Amazonas.

Para tanto, foram estruturadas algumas propostas de intervenção, organizadas em estratégias e que envolvem ações e responsabilidades a serem cumpridas pelas escolas que aderiram ou que estão em fase de adesão ao programa, com o apoio das coordenadorias distritais e da SEDUC.

Vale destacar que as etapas operacionais serão apresentadas em formato de Plano de Ação, por meio da ferramenta 5W 2H, que se trata de um modelo gerencial utilizado para elaboração de projetos, envolvendo as seguintes perguntas: *What* (o que será feito?); *Why* (Por que será feito?); *Where* (Onde será feito?); *When* (Quando será feito?); *Who* (Por quem será feito?); *How* (Como será feito?) e *How much* (quanto custará fazer?).

As respostas a essas perguntas apresentadas em formato de um Plano de Ação Educacional pretendem ser capazes de amenizar os desvios existentes entre as orientações dos textos oficiais e aquilo que vem sendo posto em prática em relação ao ProEMI.

A seguir, serão apresentadas as estratégias de responsabilidades das escolas que aderiram ao ProEMI.

3.2.1 Estratégias das escolas

Como dito antes, neste tópico serão apresentadas 13 estratégias visando aperfeiçoar a implementação e a operacionalização do ProEMI nas escolas investigadas. As etapas a seguir detalhadas propõem ajustes na forma como as instituições vêm conduzindo o programa, pois como demonstrou a pesquisa de campo, na execução de algumas etapas operacionais, elas não levam em consideração as diretrizes do programa. Portanto, faz-se necessário corrigir esses desvios.

3.2.1.1 Limite no número de alunos matriculados por sala e lotação de professores de 40 horas

Como foi observado na descrição do presente caso, no Capítulo I, as três escolas funcionaram, em 2014, com o número de alunos por turma superior ao

parâmetro do Conselho Nacional de Educação. Também foi identificado que o quantitativo de professores com dedicação integral é bem reduzido. Assim, é preciso intervir nesses dois aspectos.

O cuidado para que o número de matriculados não ultrapasse a média de 35 estudantes por sala e com a lotação de professores com matrícula de 40 horas contribuirão para que as escolas aproveitem melhor seus espaços físicos e possam organizar a carga horária docente, considerando dentro dessa jornada a ampliação das horas de estudos exigidas pelo programa.

O Quadro 13 traz o Plano de Ação para essa estratégia.

Quadro 13 – Plano de Ação sobre limite no número de alunos matriculados por sala e lotação de professores de 40 horas

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	As escolas, por intermédio das Coordenadorias Distritais de Educação, solicitarão à SEDUC que sejam observados, no processo de matrícula, o número de alunos matriculados por turma, bem como a prioridade na lotação de professores de 40 horas.
Por que será feito?	Esses cuidados são necessários para que as escolas possam resolver problemas de falta de espaço físico e consigam garantir a ampliação das horas de estudo.
Onde será feito?	Nas escolas, nas CDEs, na Central de Matrícula, na Gerência de Lotação.
Quando será feito?	No final de 2015.
Por quem será feito?	Equipe gestora, técnicos da CDE, da Central de Matrícula e da Gerência de Lotação da SEDUC.
Como será feito?	As escolas apresentarão uma exposição de motivos às suas respectivas CDEs. As CDEs irão negociar junto aos órgãos competentes a possibilidade de atender às exigências pleiteadas pelas escolas. As CDEs acompanharão a tramitação dos processos até suas conclusões. Finalizados os trâmites, será dado ciência às escolas do deferimento ou não da solicitação.
Quanto custará fazer?	Não há custo.

Fonte: Elaboração própria.

No próximo item, apresentação da segunda proposta de intervenção.

3.2.1.2 Elaboração de cartilha com orientações pedagógicas para adesão e elaboração do PRC

A pesquisa de campo comprovou que o Documento Orientador do programa não é suficiente à compreensão das ações do redesenho curricular. Por conta disso, entendemos ser necessária a criação de uma cartilha com orientações pedagógicas

para as escolas que aderiram ou irão aderir ao ProEMI, para evitar os desvios que vêm acontecendo em relação à sua implementação e à sua operacionalização .

Para esta ação, a sugestão é que as escolas apontem, em reunião, para as coordenadorias, os pontos incompreendidos da proposta do programa. As CDEs formalizarão em um documento para a SEDUC a solicitação de esclarecimentos sobre as etapas operacionais do programa. Uma sugestão a ser dada é a criação de uma cartilha com orientações pedagógicas para as escolas.

A sugestão é que a cartilha traga estudos que possam contribuir na organização do trabalho pedagógico (DCNEM, Eixos Integradores, Integração Curricular, Interdisciplinaridade, Macrocampos do programa, PPP). O documento também irá trazer orientações de aquisição de bens e de prestação de contas.

A cartilha depois de concluída deverá ser submetida à apreciação do Comitê Gestor do Programa. Após revisão, será impressa e divulgada junto às escolas. Além disso, deverá ser lançada a versão digital, que deverá ficar disponível no sítio da SEDUC para que qualquer pessoa possa consultá-la.

O Quadro 14 apresenta o Plano de Ação da criação da cartilha com orientações pedagógicas para adesão e elaboração do PRC.

Quadro 14 - Plano de Ação da criação da cartilha com orientações pedagógicas para adesão e elaboração do PRC

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Criação de Cartilha de Orientação Pedagógica para adesão e Elaboração do PRC.
Por que será feito?	Para esclarecer para todas as escolas dos aspectos pedagógicos do ProEMI, evitar equívocos de interpretação dos objetivos da política pelos atores escolares. Ela permitirá que os atores escolares entendam a proposta do programa e revejam aquilo que estiver em desacordo.
Onde será feito?	Nas escolas, nas CDEs e na SEDUC.
Quando será feito?	No início de 2016.
Por quem será feito?	Pela equipe responsável pelo programa na SEDUC em parceria com as CDEs.
Como será feito?	As escolas apontarão a falta de compreensão de alguns pontos da proposta do programa. As CDEs expedirão documento à SEDUC informando sobre a dificuldade das escolas, por meio do qual farão sugestões a criação da cartilha. A SEDUC de acordo com a solicitação adotará as providências cabíveis para a confecção da cartilha.
Quanto custará fazer?	Para a produção dos primeiros mil exemplares da cartilha estima-se um total de R\$10.000,00 (dez mil reais)

Fonte: Elaboração própria.

No próximo item, detalhamento da terceira estratégia a ser acatada pelas escolas.

3.2.1.3 Criação de comunidade de prática para capacitação dos gestores escolares

Até o momento de realização desta pesquisa, a capacitação dos gestores escolares para desenvolverem as ações do ProEMI se resume em uma reunião envolvendo os setores da SEDUC envolvidos com o programa, mas isso não tem sido o suficiente, pois não tem proporcionado aos gestores adquirirem capacidade técnica para conduzirem as ações do redesenho curricular.

Assim se faz necessário que as CDEs, percebendo a fragilidade técnica dos gestores escolares para conduzirem as ações do ProEMI, tomem a iniciativa de criar junto aos gestores escolares uma comunidade de prática (CHRISTOUPOLOS, 2004), para que, por meio dela, eles possam estudar o Documento Orientador e as ferramentas digitais de gestão do programa disponíveis na plataforma do PDDE Interativo.

As CDEs promoverão cinco encontros. O primeiro abordará as bases regulamentadoras do programa. O segundo refletirá sobre os conceitos-chave do PRC. O terceiro oferecerá estudo sobre a plataforma do PDDE Interativo e sobre o preenchimento *online* do PRC. O quarto trará informações sobre a prestação de contas. O quinto encontro será para dúvidas e sugestões.

O interesse é que as discussões envolvam orientações desde a base legal do programa, sobre prestação de contas, até chegar ao preenchimento simulado do PRC na plataforma do MEC.

Acreditamos que, após esses encontros com seus pares, o gestor escolar terá um bom conhecimento sobre os documentos balizadores e os conceitos-chave do programa, ficando apto a orientar sua equipe escolar na discussão e construção coletiva do PRC.

Depois da capacitação, as CDEs estabelecerão datas específicas para que as escolas reservem um dia para discutir e organizar o PRC. Todo o trabalho realizado pelas escolas deve ser registrado em Ata, para evitar que as informações sejam restritas a pequenos grupos como foi identificado na pesquisa de campo.

O Quadro15 demonstra o plano de ação da capacitação dos gestores.

Quadro 15 – Plano de Ação da proposta de capacitação dos gestores

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Criação de comunidade de prática para capacitação dos gestores escolares.
Por que será feito?	Necessidade de capacitar gestores para compreenderem o ProEMI e se tornem aptos a coordenar os trabalhos de redesenho curricular.
Onde será feito?	Nas CDEs
Quando será feito?	Ao final de cada ano.
Por quem será feito?	Pelos técnicos das CDEs e pelos gestores escolares.
Como será feito?	As CDEs irão emitir comunicado de convocação aos seus respectivos gestores para participarem da comunidade de prática. Os gestores escolares, coordenados por um técnico da CDE, realizarão, nos encontros, estudos sobre as orientações oficiais do programa e das ferramentas do PDDE Interativo. Serão realizados cinco encontros.
Quanto custará fazer?	Investimento de R\$5.000,00 (cinco mil reais), por coordenadoria, para contratação de serviço de <i>buffet</i> para oferecer lanches aos cursistas.

Fonte: Elaboração própria.

No próximo item, apresentação da quarta estratégia.

3.2.1.4 Capacitação do corpo docente

As informações coletada na pesquisa de campo trouxeram à tona o pouco ou nenhum conhecimento que os atores escolares detêm sobre o ProEMI. Dessa forma, é extremamente necessário promover estudos sobre a proposta do programa, pois sem a compreensão e envolvimento daqueles que compõem a base da escola, dificilmente o projeto de inovação irá se concretizar.

Nessa ação, a equipe gestora será a fomentadora das discussões e terá a responsabilidade de não só socializar ao corpo docente todos os conhecimentos adquiridos nos encontros promovidos pela comunidade de prática coordenadas pelas CDEs, como também de criar estratégias, promovendo as articulações necessárias, para que as orientações possam ser postas em prática.

Conforme Documento Orientador (p. 23, 2014), as escolas podem realizar contratação de serviços de consultoria de Instituições de Ensino Superior para essa capacitação. Dessa forma, o financiamento da ação pode ser realizado com recursos do programa, desde que devidamente cadastrada no PDDE Interativo.

No Quadro 16, o plano de ação da capacitação do corpo docente.

Quadro 16 – Plano de Ação para capacitação do corpo docente

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Capacitação do corpo docente.
Por que será feito?	Necessidade de que professores e pedagogos compreendam a proposta do programa.
Onde será feito?	Nas escolas.
Quando será feito?	Na formação pedagógica no início do ano letivo e nas reuniões de planejamento pedagógico.
Por quem será feito?	Pelos gestores, articuladores, professores e pedagogos.
Como será feito?	A equipe gestora irá organizar a capacitação e atuará como formadora. Havendo necessidade contratará serviços de consultoria.
Quanto custará fazer?	Sem base de cálculo, pois o custo dependerá dos serviços contratados pelas escolas.

Fonte: Elaboração própria.

No próximo item, a apresentação da quinta estratégia direcionada às escolas.

3.2.1.5 Escolha do Professor Articulador

A pesquisa de campo não só demonstrou que a escolha do professor articulador nem sempre segue as diretrizes do programa, como também constatou que os professores destacados para a função acumulam a regência do ensino regular com a articulação do ProEMI, quando deveriam ter as 40 horas de trabalhos exclusivas à articulação das ações do programa. Por essa razão, faz-se necessário apresentar um plano de ação para esse quesito.

No Quadro 17, o plano de ação para escolha do professor articulador.

Quadro 17 – Plano de Ação para escolha do Professor Articulador

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Escolha do professor articulador.
Por que será feito?	Para que de fato seja escolhido alguém com o perfil para coordenar as ações do redesenho curricular.
Onde será feito?	Nas escolas.
Quando será feito?	No início do ano escolar.
Por quem será feito?	Pelo corpo docente e equipe gestora.
Como será feito?	Após a capacitação promovida na escola, o gestor escolar irá detalhar os critérios definidos à função de articulador. Os professores com jornada de 40 horas, que se considerarem aptos, poderão se candidatar à função. Os candidatos serão avaliados pelo corpo docente e pela equipe gestora. Depois da avaliação dos requisitos de cada candidato, o colegiado indicará o nome daquele cujo perfil é mais adequado para exercer a articulação.
Quanto custará fazer?	Não há custo.

Fonte: Elaboração própria.

No próximo item, a sexta estratégia a ser considerada pelas escolas.

3.2.1.6 Construção coletiva do PRC

A pesquisa de campo demonstrou que as escolas não constroem seus PRCs coletivamente, tanto que, muitos entrevistados, desconheciam ou conheciam parcialmente as ações cadastradas para suas escolas. Além disso, ficou nítida a concepção reducionista dos atores escolares em relação ao projeto de redesenho curricular, muitas vezes, sendo interpretado como uma prática isolada de determinada disciplina. Por isso, a necessidade de intervir também nessa área.

No Quadro 18, apresentamos o plano de ação para construção coletiva do PRC.

Quadro 18 – Plano de Ação para construção coletiva do PRC

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Construção coletiva do PRC.
Por que será feito?	Para envolver todos os atores escolares na construção do PRC e evitar que as ações do programa sejam interpretadas como práticas isoladas, bem como as incoerências identificadas pela SEB/MEC, durante as análises dos PRC.
Onde será feito?	Nas escolas.
Quando será feito?	Na formação pedagógica no início do ano escolar.
Por quem será feito?	Pelo corpo docente e equipe gestora.
Como será feito?	Concluída a formação sobre o programa e feita a escolha do professor articulador, a equipe escolar irá se reunir para propor as ações do PRC de acordo com os macrocampos do ProEMI e os eixos das DCNEM, conforme orientam as diretrizes do programa. O Professor articulador irá secretariar a reunião, registrando todas as propostas em formulário específico. Ao final das sugestões, o articulador irá ler todas as propostas para que o corpo docente promova as alterações cabíveis. Feito isso, a ata será finalizada e assinada por todos os presentes. O gestor escolar irá cadastrar o PRC na plataforma do PDDE Interativo.
Quanto custará fazer?	Não há custo.

Fonte: Elaboração própria.

No próximo item, apresentação da sétima estratégia de intervenção.

3.2.1.7 Definição coletiva do uso dos recursos financeiros do ProEMI

A pesquisa revelou que a definição sobre o uso dos recursos financeiros do programa não parte de uma decisão coletiva. Também foi apontado pela

Coordenadora Institucional que as escolas investem em materiais sem a devida conexão com o aspecto pedagógico. Sendo assim, é de suma importância que o uso dos recursos advindos do FNDE seja repensado e investido em prol da inovação curricular.

No Quadro 19, o plano de ação para otimizar o uso dos recursos financeiros do programa.

Quadro 19 – Plano de Ação para definição coletiva e otimização do uso dos recursos financeiros do ProEMI

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Definição e otimização do uso dos recursos financeiros do ProEMI.
Por que será feito?	Para evitar que o recurso seja empregado de forma indevida.
Onde será feito?	Nas escolas.
Quando será feito?	Quando houver depósito da primeira parcela pelo FNDE.
Por quem será feito?	Pela equipe gestora e corpo docente.
Como será feito?	Assim que houver o depósito da verba (1ª. parcela), a equipe gestora convocará o corpo docente para definir quais dos itens cadastrados em cada macrocampo serão adquiridos. Deverá ser dada prioridade para aqueles materiais, sem os quais as ações não podem ser postas em prática.
Quanto custará fazer?	Não há custo.

Fonte: Elaboração própria.

No próximo item, apresentação da oitava proposta de intervenção.

3.2.1.8 Acompanhamento das ações do PRC pela equipe gestora

Durante a pesquisa foram descobertos vários desvios entre aquilo que está estabelecido na proposta do programa e o que se tem posto em prática. Em vista disso, uma das hipóteses levantadas para esse hiato entre o discurso oficial e o contexto da prática consiste na falta de acompanhamento das ações do ProEMI. Então, para tentar diminuir o risco de que o PRC das escolas exista apenas no aspecto formal, apresentamos esta estratégia, que consta no Quadro 20:

Quadro 20 – Plano de Ação para acompanhamento das ações do PRC pela equipe gestora

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Acompanhamento das ações do PRC das escolas pela equipe gestora.
Por que será feito?	Necessidade de acompanhar e auxiliar os docentes nas ações do redesenho curricular, tentando evitar que o PRC exista apenas no aspecto formal.
Onde será feito?	Nas escolas.
Quando será feito?	Ao longo do ano letivo.
Por quem será feito?	Professor Articulador e Coordenador pedagógico das escolas
Como será feito?	Definidas as ações do PRC, a coordenadora pedagógica passará a acompanhar o planejamento semanal dos docentes, e o professor articulador, a execução das ações. Para isto, será necessário visitar as salas de aula e conversar com os estudantes, não para vigiar o trabalho do professor, mas para identificar as dificuldades e junto ao docente encontrar soluções criativas para superar as adversidades. A identificação dos pontos negativos servirá de base para a reorganização das ações do PRC.
Quanto custará fazer?	Não há custo.

Fonte: Elaboração própria.

No próximo item, demonstração da nona estratégia de intervenção.

3.2.1.9 Acompanhamento da operacionalização das ações do redesenho curricular pelas CDEs

Esta ação surge como complemento da estratégia anterior. A intenção é evitar que as escolas apenas adquiram bens materiais, mas não consigam inovar no trabalho pedagógico, como vem acontecendo. Assim o acompanhamento de um agente externo ao ambiente escolar é importante para garantir a efetividade das ações do PRC.

A sugestão é que as Coordenadorias Distritais, por meio de seus assessores pedagógicos, façam o acompanhamento *in loco* das ações realizadas pelas escolas.

Os assessores pedagógicos, devidamente capacitados, e de posse dos PRCs realizarão visitas periódicas para acompanhar as ações desenvolvidas pelas escolas, verificando também as dificuldades encontradas por elas para pôr em prática as ações do redesenho curricular. Para esse trabalho será criado um relatório específico de acompanhamento das ações do ProEMI, no qual serão registrados todos os aspectos observados durante o acompanhamento.

Vale destacar que as coordenadorias já visitam as escolas periodicamente, mas o foco atual do trabalho centra-se no acompanhamento da rotina escolar (disciplina, frequência dos docentes e presença em eventos promovidos ao longo do ano letivo). Então, podemos aproveitar esses profissionais para acompanharem e auxiliarem as ações de redesenho curricular. Todas as observações deverão ser encaminhadas ao Comitê Gestor por meio de relatório mensal.

O Quadro 21 traz o plano da nona estratégia.

Quadro 21 – Plano de Ação do acompanhamento da operacionalização das ações do redesenho curricular

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Acompanhamento <i>in loco</i> das ações do redesenho curricular.
Por que será feito?	Para evitar que o PRC das escolas exista apenas no aspecto formal, como foi constatado pela pesquisa de campo.
Onde será feito?	Nas escolas que aderiram ao ProEMI.
Quando será feito?	Ao longo do ano letivo.
Por quem será feito?	Pelos assessores pedagógicos das Coordenadorias Distritais.
Como será feito?	Os assessores pedagógicos realizarão visitas periódicas para acompanhar as ações desenvolvidas pelas escolas. Para esse trabalho será criado um relatório específico de acompanhamento das ações do ProEMI.
Quanto custará fazer?	Não há custo.

Fonte: Elaboração própria.

No próximo item, detalhamento da décima estratégia de intervenção.

3.2.1.10 Avaliação das escolas com ProEMI

A Coordenadora Institucional, em seu depoimento, revelou que pela falta de profissionais envolvidos nas ações do ProEMI, a avaliação do programa não vem sendo realizada.

Nesse aspecto, nossa sugestão é que as coordenadorias distritais, em parceria com a SEDUC, constituam equipe especializada em avaliação para realização do trabalho.

Os avaliadores visitariam as instituições escolares, estudariam os resultados educacionais, expediriam formulários aos gestores escolares nos quais os titulares indicariam os resultados alcançados. Após, a equipe examinaria a autoavaliação

feita pelo gestor, entrevistaria professores e alunos para comprovar o que de fato foi realizado pela escola.

Depois disso, emitiria um parecer sobre o desempenho das escolas, identificando as incoerências e apresentando as sugestões possíveis. Todas as anotações desse processo avaliativo deverão ser submetidas ao Comitê Gestor do Programa, que julgando necessário poderá intervir no trabalho das escolas.

O Quadro 22 apresenta o plano de ação da décima estratégia.

Quadro 22 – Plano de ação da avaliação das escolas com ProEMI

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Avaliação das escolas que operacionalizam o ProEMI.
Por que será feito?	Necessidade de avaliar os resultados das escolas que executam o ProEMI.
Onde será feito?	Nas escolas que aderiram ao ProEMI.
Quando será feito?	Ao final do ano letivo.
Por quem será feito?	Equipe especializada em avaliação
Como será feito?	As CDEs irão compor equipe especializada em avaliação. Os avaliadores visitarão as instituições escolares, estudarão os resultados educacionais. Estudarão a autoavaliação feita pelo gestor, entrevistarão professores e alunos para comprovar o que de fato foi realizado pela escola. Depois disso, emitirá um parecer sobre o desempenho das escolas. O Comitê Gestor do Programa, que julgando necessário poderá intervir no trabalho das escolas.
Quanto custará fazer?	Não há custo.

Fonte: Elaboração própria.

No próximo item, a décima primeira estratégia de intervenção.

3.2.1.11 Criação da rede de troca de experiências das escolas com ProEMI por meio do Portal do Ensino Médio

A Coordenadora Institucional, em entrevista concedida para esta pesquisa, sugeriu a criação de uma rede de troca de experiências entre as escolas participantes do ProEMI. Sendo assim, poderá ser adotado o Portal do Ensino Médio como o veículo capaz de promover essa interação entre as escolas (ENTREVISTA COM A COORDENADORA INSTITUCIONAL DO PROEMI, MANAUS, 2015).

Interessante destacar que este portal já está disponível no sítio da SEDUC, também neste canal já existe uma aba para o ProEMI, na qual consta apenas um texto com as definições do programa. Ainda nesta aba, há um espaço intitulado

“Publicações diversas: ProEMI”, mas não há nenhuma publicação. Portanto, nossa sugestão é de aproveitar esse espaço virtual ocioso para troca de experiências entre as escolas.

Para tanto, as escolas poderão sugerir às coordenadorias que utilizem essa ferramenta para divulgação das práticas exitosas. As CDEs entrarão em contato com a SEDUC para a criação dessa rede de troca de experiências.

O Quadro 23 demonstra o plano de ação para esta estratégia.

Quadro 23 – Plano de Ação para criação da rede de troca de experiências das escolas com ProEMI por meio do Portal do Ensino Médio

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Criação de rede de troca de experiências das escolas com ProEMI.
Por que será feito?	Necessidade de divulgar as ações e compartilhar experiências entre as escolas.
Onde será feito?	Na SEDUC e nas escolas com ProEMI.
Quando será feito?	No início de 2016.
Por quem será feito?	Pelas escolas, pelos técnicos das CDE e pela SEDUC
Como será feito?	As escolas solicitarão às CDEs a divulgação dos trabalhos no Portal do Ensino Médio. As escolas passarão a trocar experiências por esse canal.
Quanto custará fazer?	Não há custo.

Fonte: Elaboração própria.

No próximo item, a apresentação da décima segunda proposta de intervenção.

3.2.1.12 Criação de Seminário Anual do ProEMI

Esta ação tem por objetivo divulgar as práticas exitosas desenvolvidas ao longo do ano. O evento, em formato de seminário, será realizado nas escolas que aderiram ao ProEMI.

Durante um dia, as escolas apresentarão os resultados dos trabalhos realizados durante o ano letivo. Professores, alunos e equipe gestora socializarão junto à comunidade suas experiências educacionais de caráter inovador.

Para o evento serão convidados os membros do Comitê Gestor do ProEMI e demais representantes da SEDUC, das coordenadorias e das escolas que executam o programa.

Depois dessa primeira experiência, as escolas podem sugerir às CDEs a criação de um evento regional.

O Quadro 24 apresenta o plano de ação da décima segunda estratégia.

Quadro 24 – Plano de Ação do Seminário Anual do ProEMI

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Seminário Anual do ProEMI.
Por que será feito?	Para divulgar as práticas exitosas das escolas do ProEMI.
Onde será feito?	Nas escolas.
Quando será feito?	Ao final do ano letivo.
Por quem será feito?	Escolas, CDEs e SEDUC.
Como será feito?	As escolas organizarão seminário anual para divulgação das experiências educacionais inovadoras. Serão convidados representantes das CDEs, da SEDUC e de outras escolas envolvidas no programa.
Quanto custará fazer?	O evento precisará de um mês para organização, terá a duração de um dia e precisará de um investimento de R\$10.000,00 (dez mil reais) de cada escola participante para despesas de material de divulgação, aluguel de equipamentos, transportes, materiais de expedientes e lanches. O recurso pode ser oriundo da verba do próprio programa, desde que programado no PRC.

Fonte: Elaboração própria.

No próximo item, a apresentação da última estratégia deste PAE.

3.2.1.13 Comunicado à SEDUC sobre o depósito dos recursos financeiros

Como demonstrado no Capítulo I e ratificado no Capítulo II, por meio do depoimento do Articulador da Escola A, o atraso na liberação dos recursos por parte do FNDE dificulta as ações do redesenho curricular. Por esse motivo, há necessidade de as escolas comunicarem à SEDUC que o depósito das parcelas dos recursos do programa em tempo inoportuno, geralmente no segundo semestre do ano, contribuem para a má utilização da verba e a inoperância do PRC.

O Quadro 25, apresenta o plano de ação para esta estratégia.

Quadro 25 – Plano de Ação do comunicado à SEDUC sobre o depósito dos recursos financeiros

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Expedição de comunicado à SEDUC, informando os prejuízos que o atraso na liberação dos recursos tem ocasionado aos trabalhos das escolas.
Por que será feito?	Necessidade de antecipar o depósito dos recursos para que as escolas consigam desenvolver as ações propostas em seus PRCs.
Onde será feito?	Nas escolas.
Quando será feito?	Ao final de 2015.
Por quem será feito?	Pelo gestor escolar.
Como será feito?	O gestor escolar encaminhará à SEDUC comunicado, explicando a necessidade de rever junto ao MEC o período de transferência dos recursos às escolas.
Quanto custará fazer?	Não há custo.

Fonte: Elaboração própria.

Todas essas ações elencadas neste PAE visam contribuir para que as escolas que aderiram ao ProEMI possam pôr em prática seus projetos de redesenho curricular e por meio dessas inovações consigam melhorar a qualidade do ensino ofertado.

3.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa teve por objetivo investigar a implementação e a operacionalização do ProEMI em três escolas da Rede Estadual de Ensino do Amazonas localizada em Manaus. Para tanto, no Capítulo I, ao descrever o ProEMI, foi possível constatar, nas diferentes versões de seus documentos orientadores, as mudanças ocorridas nas proposições do programa entre o período de 2009 a 2014. Trata-se, portanto, de uma política em plena expansão e que vem tentando tornar a escola pública brasileira mais atrativa por meio do redesenho curricular, com uma perspectiva de ensino mais integrado, porém sem abandonar as contribuições já oferecidas pelas disciplinas escolares.

Ainda no Capítulo I, observou-se, também, a desarticulação entre as bases regulamentadoras do programa e o que vem sendo posto em prática pela SEDUC e pelas escolas que aderiram a ele. A SEDUC por não cumprir algumas etapas operacionais determinadas pela SEB/MEC, e as escolas por se distanciarem das proposições do programa ao negligenciarem na construção dos PRCs a integração

curricular fundamentada nos eixos das DCNEMs, isto é, “trabalho, ciência, cultura e tecnologia”.

No Capítulo II, ao investigar como se dá a implementação e o operacionalização do programa nas escolas que compuseram o campo de pesquisa desta dissertação, constatou-se que existem muitos desafios a serem superados.

O primeiro deles está no fato de a escola não reconhecer a autonomia que é dada a ela pelo programa, tanto pedagógica quanto financeira, pois diferente de outras políticas que já foram postas para o Ensino Médio, o ProEMI coloca a escola como mentora da proposta de inovação curricular. Cabe, portanto, aos seus sujeitos construir a partir de seus interesses seus PRCs com a participação de todos da equipe escolar, o que não vem acontecendo.

Outro desafio está na alteração no tempo da jornada escolar. A SEDUC e as escolas simplesmente desconsideram ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola como preconizam as diretrizes do programa. As escolas da rede continuam com a jornada de 4 horas diárias (funcionam com cinco tempos de 48 minutos), quando deveriam, por meio do redesenho curricular, ampliar gradativamente a jornada para cinco ou sete horas diárias.

Além disso, é necessário superar a visão reducionista que as escolas têm sobre o ProEMI. Ele é percebido como um complemento ao currículo já praticado, isto é, como algo a mais a ser desenvolvido, dissociado das demais práticas curriculares. Os atores escolares acreditam que são “projetos” isolados, realizados por outro professor em determinada disciplina, em um único evento, quando o discurso oficial idealiza que as ações decorram e estejam associadas ao novo currículo posto em ação na escola, de caráter inovador, menos fragmentado e hierarquizado. Ou seja, as escolas não o percebem como o meio para promover diversificações em suas organizações curriculares de acordo com seus contextos.

Para tanto, é necessário investir numa sólida capacitação dos gestores, articuladores e professores atuantes nas escolas que operacionalizam o ProEMI, pois sem o envolvimento desses profissionais com tais bases regulamentadoras, corre-se o risco de que as prescrições oficiais do programa continuem sendo incorporadas apenas no aspecto formal, como demonstrou esta pesquisa.

É importante que as escolas reorganizem seu fazer pedagógico, sem se distanciar das formulações originais, com vistas a atingir os reais objetivos do programa. Assim, é preciso que a relação entre as diretrizes legais e a execução

pelas escolas sejam movimentos complementares e não distintos, pois só assim o ProEMI promoverá mudanças significativas no Ensino Médio.

Além disso, é preciso que a SEDUC enxergue o potencial que o programa tem em fazer com que as atuais DCNEMs cheguem à base da escola, tendo em vista que as instituições recebem incentivo financeiro para pôr em prática o redesenho curricular, cujas ações devem ser pautadas nos fundamentos das diretrizes. Assim, ao articular as mudanças curriculares ao envio de recursos, o programa tem uma influência maior que as próprias diretrizes.

Também merece destaque a falta de clareza do termo inovador nos documentos orientadores do programa, o que contribui para que as escolas façam diversas interpretações sobre o que seriam propostas inovadoras e apresentem ações desvinculadas aos conceitos-chaves do ProEMI e sem a devida articulação com os fundamentos das DCNEM. Portanto, seria interessante que nas orientações do programa houvesse a apresentação de exemplos de práticas pedagógicas integradas e integradoras, para que, a partir deles, as escolas pudessem criar ações mais articuladas aos objetivos do programa.

Outra fragilidade que percebemos no programa está no fato de que a falta de articulação das ações do PRC cadastrado no PDDE Interativo pelas escolas com as áreas de conhecimento dos macrocampos não impedem a liberação dos recursos advindos do FNDE. Talvez esse seja o grande motivo para que a SEDUC e as escolas dediquem mais atenção ao aspecto financeiro do que ao pedagógico.

É interessante frisar que o levantamento dessas fragilidades não tem a intenção de desacreditar a proposta, mas apenas destacar que o ProEMI precisa estar articulado a outras políticas públicas, que atuem na formação continuada de professores, na capacitação técnica de gestores escolares, nas condições materiais e físicas das escolas, pois se continuar aplicado de forma isolada corre-se o risco de ser reduzida a uma simples verba anual.

Neste sentido, esta pesquisa ao investigar a implementação e a operacionalização do ProEMI, conseguiu demonstrar que o programa executado sem o necessário apoio, não consegue promover mudanças significativas nos tempos e espaços escolares. É importante que seja dada a devida atenção às suas etapas operacionais, bem como sejam dadas condições reais às escolas (estruturais, humanas, técnicas e administrativas) para que consigam pôr em prática o projeto de redesenho curricular.

Por fim, é importante destacar que, devido aos limites da pesquisa, alguns aspectos interessantes do trabalho das escolas com o ProEMI não puderam ser investigados, como o estudo da construção do Projeto Político-Pedagógico em consonância aos objetivos do programa e da efetiva participação dos estudantes das escolas pesquisadas no Exame Nacional do Ensino Médio. Essas questões, portanto, podem ser tratadas pela pesquisadora em outros trabalhos ou por outros pesquisadores interessados na política em questão.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS (Estado). Lei N^o. 2.600, de 04 de fevereiro de 2000. Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo do Estado do Amazonas, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Manaus, AM, 04 fev. 2000.

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Manaus: Gerência do Ensino Médio, 2009.

AMAZONAS (Estado). Lei N^o. 3.642, de 26 de julho de 2011. Altera, na forma que especifica, a Lei Delegada N^o 78, de 18 de maio de 2007, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Manaus, AM, 26 jul. 2011.

AMAZONAS (Estado). Conselho Estadual de Educação. Resolução N^o 62, 2011. Aprova a estrutura curricular (capital e interior) com a inclusão dos componentes curriculares de Sociologia e Filosofia nas três séries do Ensino Médio. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Manaus, AM, 2011.

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Relatório do Programa Ensino Médio Inovador**. Gerência do Ensino Médio, 2012.

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Manaus: Gerência do Ensino Médio, 2012.

AMAZONAS (Estado). Secretaria Estado de Educação. Instrução Normativa N^o 02. Disciplina os procedimentos operacionais relativos aos processos de lotação e movimentação de pessoal da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Manaus, AM, 06 mai. 2013.

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Manaus: Gerência do Ensino Médio, 2013.

AMAZONAS (Estado). **Secretaria de Estado da Educação**. Portal SEDUC [on-line]. Disponível em: < <http://www.educacao.am.gov.br/seduc-em-numeros/sadeam/>>. Acesso em 04 abr 2014.

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Sala de Imprensa**. Disponível em: < <http://www.educacao.am.gov.br/2014/01/>>. Acesso em: 04 de abr. 2014a.

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Manaus: Gerência do Ensino Médio, 2014b.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Página Institucional**. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Educação e Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Página institucional**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basicalevantamentos-microdados> > Acesso em: 10 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica. Coordenação Geral de Ensino Médio. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. Brasília: 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf> Acesso em: 02 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica. Coordenação Geral de Ensino Médio. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. Brasília: 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf> Acesso: 10 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica. Coordenação Geral de Ensino Médio. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. Brasília: 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf> Acesso em: 12 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica. Coordenação Geral de Ensino Médio. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. Brasília: set., 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf> Acesso em: 12 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica. Coordenação Geral de Ensino Médio. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. Brasília: set., 2009b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf> Acesso em: 12 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ofício-Circular nº 112**, 02 de dez. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 971, de 9 de outubro de 2009**. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/index.php> >. Acesso em: 12 jan. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CED nº 9/2009. Revisão da Resolução nº 3/97, que fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Relatora: Maria Izabel Alves Noronha. **Diário Oficial da República Federativa da União**, Brasília, DF, 25 mai. 2009. Disponível

em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb009_09.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2015.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Parecer Nº 11 de 30 de junho de 2009. Apreciação da Proposta de Experiência Curricular Inovadora no Ensino Médio. Relator: Francisco Aparecido Cordão. **Diário Oficial da República Federativa da União**, Brasília, DF, 25 ago. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_minuta_cne.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE Nº 31, de 22 de julho de 2013**. Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), às escolas públicas dos Estados e do Distrito Federal de ensino médio selecionadas pelas respectivas secretarias de educação que aderirem ao Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), com vistas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nesse nível de ensino. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task>. Acesso em: 02 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. [on-line]. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 02 set. 2014.

CONDÉ, Eduardo Salomão. **Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas**. Juiz de Fora. 2011.

CORREIA, W. R. e MELLO, I. C. de. **O Processo de Ressignificação do Programa Ensino Médio Inovador em uma Escola de Mato Grosso**. 2014. Disponível em: <<http://www.ceped.ueg.br/anais/vedipefinal/pdf/gt13/co%20grafica/Wilian%20Rodrigues%20Correia.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

CHRISTOPOULOS. T. Estado da Arte em Comunidades de Prática. (2004). **Conexões Científicas**, 2004. Disponível em: <<http://www.liddec.futuro.usp.br/downloads/conexestadodaarte.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

ESCOLA A. **Entrevista com o Gestor da Escola A**, Manaus, 2015.

ESCOLA A. **Entrevista com o Professor Articulador do ProEMI da Escola A**, Manaus, 2015.

ESCOLA A. **Entrevista com o Professor P1A da Escola A**, Manaus, 2015.

ESCOLA A. **Entrevista com o Professor P2A da Escola A**, Manaus, 2015.

ESCOLA A. **Entrevista com o Professor P3A da Escola A**, Manaus, 2015.

ESCOLA A. **Entrevista com o Professor P4A da Escola A**, Manaus, 2015.

ESCOLA A. **Entrevista com o Professor P5A da Escola A**, Manaus, 2015.

ESCOLA A. **Entrevista com o Professor P6A da Escola A**, Manaus, 2015.

ESCOLA C. **Entrevista com a Gestora da Escola C**, Manaus, 2015.

ESCOLA C. **Entrevista com a Professora Articuladora do ProEMI da Escola C**, Manaus, 2015.

ESCOLA C. **Entrevista com o Professor P1C da Escola C**, Manaus, 2015.

ESCOLA C. **Entrevista com o Professor P2C da Escola C**, Manaus, 2015.

ESCOLA C. **Entrevista com o Professor P3C da Escola C**, Manaus, 2015.

ESCOLA C. **Entrevista com o Professor P4C da Escola C**, Manaus, 2015.

Entrevista com a Coordenadora Institucional do ProEMI, Manaus, 2015.

FERREIRA, A.C. e RAMOS, E. A.S. O ensino médio no Brasil: em busca de inovação?. **Revista Qualidade Emergente**, v. 3, n. 1, p. 30-41. 2012.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Liberações: Consultas Gerais**. Disponível em:<
http://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc>. Acesso em 23 mar. 2015.

FRIGOTTO, G. A Interdisciplinaridade como Necessidade e como Problema nas Ciências Sociais. **Ideação: Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste – Campus Foz do Iguaçu**. Volume 10, n.1, p. 41-62, 1º sem. 2008. Disponível em:<
<http://erevista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143/3188>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ:Vozes, 2013, p. 79 a 108.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa** [on-line]. Disponível em:<
disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-microdados>. Acesso em: 02 nov. 2014.

KRAWCZYK, N. A Escola Média: um espaço sem consenso. **Cadernos de Pesquisa**, n. 120, p. 169-202, novembro/ 2003.

LOPES, A. R. C. **Políticas de Integração Curricular**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

LOPES, A. R. C. **Discurso e Representação na Política de Currículo**: o caso do ensino médio (2003-2010). Descrição Detalhada do Projeto. UERJ, 2010. Disponível em: < http://www.curriculo-uerj.pro.br/imagens/pdfProj/discurso_e_13.pdf>. Acesso em: 13 de fev. 2105.

LOPES, A.C. e MACEDO, E. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. In: BALL, S. J, e MAINARDES, J. (organizadores). **Política Educacionais: questões e dilemas**, São Paulo: Cortez, 2011, p. 249-283.

MAINARDES, J. **Abordagem do Ciclo de Políticas**. Uma contribuição para a análise de políticas públicas. Campinas. 2006.

MENEZES, K. C. dos S. **Depoimento da Coordenadora Institucional do ProEMI**, no período compreendido entre os anos 2012 e 2014) dado à pesquisadora nas dependências da Gerência do Ensino Médio da SEDUC/AM, em 22 set. 2014.

MERITT e FUNDAÇÃO LEMANN. Portal QEdU.[on-line]. Disponível em:< <http://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar?year=2013&dependence=0&localization=0&item=>>. Acesso em: 14 set. 2014.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ:Vozes, 2013.

PDDE INTERATIVO. **Programa Dinheiro Direto na Escola**, 2014 [on-line]. Disponível em:<<http://pdeinterativo.mec.gov.br/pddeinterativo/pddeinterativo.php?modulo=principal/planoestrategico>>. Acesso: 13 fev. 2105.

PDE INTERATIVO 2012. Plano de Atendimento Global (PAG). Disponível em:< <http://pdeinterativo.mec.gov.br/pddeinterativo.php?modulo=principal/planoestrategico>>. Acesso em: 25 de junho de 2014.

PORTAL ENSINO MÉDIO. **Ensino Médio** [on-line]. Disponível em:< <http://www.ensinomedio-am.com.br/2015/01/matricula-inicial-capital-censo-2014/>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

RICHARDSON. R. J.; PERES, J. A. S.; CORREIRA, L. M.; PERES, M. H.M.; WANDERLEY, J. C. V. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

SANDRI, S. e ISLEB, V. **Atuação da União no Desenvolvimento do Ensino Médio Brasileiro: considerações sobre o Programa Ensino Médio Inovador**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013.

SCHNECKENBERG, M. A Relação entre Política Pública de Reforma Educacional e a Gestão do Cotidiano Escolar. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 113-124, fev/jun. 2000.

SIGEAM. **Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas** [on-line]. Disponível em: < <http://www.educacao.am.gov.br/servicos/sigeam/>>. Acesso em 22 set. 2014.

SILVA, M. R. Reformas Educacionais e Cultura Escolar: a apropriação dos dispositivos normativos pelas escolas. Pelotas: **Cadernos de Educação/FaE/PPGE/UFPel**. p. 123-139, janeiro/abril/2009.

SILVA, M. R.. **Perspectiva Analítica para o Estudo da Políticas Curriculares:** processo de recontextualização. Rede Latinoamericana de Estudos Epistemológicos em Política Educativa (ReLePe). II Jornadas. Curitiba, agosto de 2014.

SIMEC. **Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle**. Disponível em: < <http://simec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

SIMEC. Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle. **Termo de Adesão Estadual**, de 13 se julho de 2013. Disponível em <http://simec.mec.gov.br/par/par.php?modulo=principal/programa>. Acesso em: 07 mar. 2014.

TELLES, B. M. e GUEVARA, A. J. de H.. Interdisciplinaridade: facilitadora da integração da sustentabilidade no Ensino Superior. Interdisciplinaridade / Grupo de Estudos e Pesquisa em Interdisciplinaridade (GEPI) – **Educação: Currículo** – Linha de Pesquisa: Interdisciplinaridade – v. 1, n. 1 (out. 2011) – São Paulo: PUCSP, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FRAGMENTOS DAS RESPOSTAS DOS GESTORES DAS ESCOLAS A E C

Indagação	Percepção da gestora da Escola A	Percepção da gestora da Escola C
Tempo na gestão da escola?	“2015”	“2012”
Qual a jornada escolar a partir do ProEMI?	“4 horas”	“4 horas”
Conhece a Portaria no. 971/2009?	“Não”	“Sim”
Como foi a receptividade em relação aos objetivos da Portaria?	Não respondeu	Não respondeu
A SEDUC promoveu capacitação da equipe gestora para desenvolver ações do ProEMI?	“não tenho o devido conhecimento”	“eu ainda não era gestora”
Como teve acesso ao Documento Orientador do ProEMI?	“não tenho o devido conhecimento”	“Através da SEDUC”
As orientações trazidas no Documento Orientador são suficientes para compreender as etapas operacionais e os objetivos do ProEMI?	Não respondeu	“Em termos, pois nossa dificuldade no momento está na falta de pessoal fora da sala para ajudar.”
Como estão organizadas as ações do PRC da Escola?	Não respondeu	“Oficinas e Projetos”
Como foi realizado o processo de elaboração do PRC?	Não respondeu	“Não posso responder por não estar no quadro de gestor”
Dificuldades encontradas na execução do ProEMI?	Não respondeu	“Formação de professores e disponibilidades de profissionais”
A escola possui professor articulador e como foi feita a escolha dele?	“sim” “foi por imposição da antiga gestora”	“sim” “através do envolvimento com os projetos”
Quais atividades do professor articulador?	Não respondeu	“Organização das ações do ProEMI”
Como a SEDUC monitora o programa?	“Não sei”	Não respondeu
Síntese das mudanças ocorridas na escola em decorrência do ProEMI.	Não respondeu	“melhoria nos índices”
Decisão de como serão empregados os recursos financeiros.	Não respondeu	“através de reuniões”
Mudanças na organização curricular da escola, a partir do PRC.	Não respondeu	“não se aplica”

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE B – FRAGMENTOS DAS RESPOSTAS DOS PROFESSORES ARTICULADORES DAS ESCOLAS A E C

Indagação	Articulador A	Articulador C
Ano de início das atividades do ProEMI?	“2012”	“2014”
Jornada escolar	“4h”	“4h”
Conhece a Portaria 971/2009? Como foi o repasse das informações da Portaria para a equipe escolar?	“Sim” “Interesse próprio”	“Sim” “Não fora passado” (...) “conheço porque havia lido sobre (...)”
Foi promovida formação para estudo do Documento Orientador?	“não”	“não”
Considera as informações do Documento Orientador suficientes para compreender o ProEMI?	“Não (...) seria de fundamental importância uma formação da SEDUC para todos os articuladores (...)”	“Não, falta uma equipe que possa nos passar (...) as coisas são feitas de qualquer jeito (...) sem a preocupação de nos orientar (...)”
A SEDUC promoveu capacitação do ProEMI?	“Não”	“Não”
Macrocampos que a escola tem trabalhado?	“Acompanhamento Pedagógico, Cultura Corporal, Produção e Fruição das Artes, Iniciação Científica, Leitura e Letramento, Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias e Línguas Estrangeiras”	“Acompanhamento Pedagógico, Cultura Corporal, Produção e Fruição das Artes, Iniciação Científica, Leitura e Letramento e Participação Estudantil.”
Como estão organizados os PRC?	“Oficinas, projetos, trabalho de campo e formação continuada de professores”	“Projetos de leitura, artes e educação física”
Como se deu a construção do PRC?	“cada professor idealizou seu PRC de acordo com sua disciplina(...)”	Com o apoio dos professores das áreas que o projeto visa atender, como é o caso de leitura – professor de língua portuguesa”
Dificuldades na execução do ProEMI?	“Espaço físico, Reuniões de planejamento e organização das ações do ProEMI, Formação de Professores, aceitação e participação de professores e demais profissionais da educação”	“Espaço físico, Reuniões de planejamento e organização das ações do ProEMI, Articulação entre as áreas de conhecimento, Compreensão das orientações do ProEMI, Formação de Professores, Aceitação do ensino médio, e participação de professores e demais profissionais da educação Disponibilidade de profissionais e Suporte técnico governamental (SEDUC e ou MEC)”
Quais mudanças pedagógicas aconteceram na escola?	Não respondeu	“a escola vem aumentando os índices”
Como é decidido o uso dos recursos financeiros? Quem participa dessa reunião?	“cada professor lista uma série de materiais que serão utilizados no desenvolvimento do projeto” “Professor envolvido, pedagoga, professor articulador, APMC e Gestor.”	“De acordo com os projetos que os professores queiram desenvolver (...) uma reunião com todos” “professores e funcionários, equipe pedagógica e a direção”
Mudanças na organização curricular, a partir do PRC?	Não respondeu	“maior índice de aprovação dos alunos, queda nos índices de abandono e melhoria das notas das avaliações externas.”
Como e porque foi selecionado para atuar na função de Articulador?	“Pelo fato de atuar na escola há 16 anos e ter bom relacionamento com professores e alunos.”	“já trabalhava na equipe pedagógica e no desenvolvimento de projetos da escola.”
Síntese da rotina como Professor Articulador.	“Conhecimento sobre o histórico do ProEMI (2014), divulgação do ProEMI para os professores (2014), reunião com cada professor para listar os projetos e os materiais que serão utilizados (2014), aguardar os recursos para comprar de materiais (2014/2015), iniciar as atividades dos projetos (2015).”	“verificava como os projetos estavam sendo desenvolvidos, fazia acompanhamento pedagógico, conversava com os alunos e com os pais dos alunos quase que diariamente para acompanhar os alunos com dificuldade, verificava horários e tempos de aula, reunia com professores e os acompanhava em determinadas situações.”

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE C – FRAGMENTOS DAS REPOSTAS DOS PROFESSORES ATUANTES NAS ESCOLAS A E C

Indagação	Professores Escola A	Professores Escola C
Conhece a Portaria 971/2009? Como foi o repasse das informações da Portaria para a equipe escolar?	P1A – “Sim”(…) “através de um professor”. P2A – “Sim” (...) “na escola houve uma reunião”. P3A – “Sim” (...) “por curiosidade própria.” P4A – “Não” P5A – “Não” P6A – “Não”	P1C- “Não” P2C - “Não” P3C - “Não” P4C – “Sim” (...) “Reuniões e repasses de orientação da CDE não foram feitas”
Na escola foi promovida formação para estudo do Documento Orientador do ProEMI? Como foi?	P1A – “Sim”(…) “Com palestra” P2A – “Sim” (...) “Apenas foram lidas todas as informações” P3A – “Não” P4A - “Não” P5A – “Sim” (...) “informações básicas” P6A – “Sim”(…) “um encontro com informações básicas”	P1C – “Não” P2C - “Não” P3C - “Não” P4C - “Não”
Quais macrocampos a escola tem trabalhado?	P1A – “Acompanhamento Pedagógico, Produção e Fruição das Artes, Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias, Línguas Estrangeiras e Participação Estudantil” P2A - “ Leitura e Letramento, Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias e Línguas Estrangeiras” P3A – “Acompanhamento Pedagógico e Iniciação Científica” P4A - “Acompanhamento Pedagógico, Cultura Corporal, Produção e Fruição das Artes, Iniciação Científica, Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias, Línguas Estrangeiras e Participação Estudantil” P5A - “Produção e Fruição das Artes, Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias e Línguas Estrangeiras” P6A - “Produção e Fruição das Artes, Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias e Línguas Estrangeiras”	P1C – Não respondeu. P2C - Não respondeu. P3C – “Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias”. P4C – “Não tenho conhecimento”
Experiências inovadoras resultantes do ProEMI?	P1A – “Participação mais atuantes dos alunos referente a apresentação” P2A – “Não pode-se trabalhar com os projetos. Esse ano é que iremos dar continuidade a eles.” P3A – “Não houve” P4A – “Ainda não está sendo desenvolvido” P5A – “melhoria dos recursos didáticos. Participação dos alunos, mostrando suas habilidades na dança e no canto.” P6A – “Melhoria dos recursos didáticos”	P1C – “Não se aplica” P2C – Não respondeu P3C – “Não se aplica, pois não foi usado em nossa escola.” P4C – Não respondeu

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE C - FRAGMENTOS DAS REPOSTAS DOS PROFESSORES ATUANTES NAS ESCOLAS A E C (CONTINUAÇÃO)

Indagação	Professores Escola A	Professores Escola C
Relato de uma experiência que protagonizou, a partir das ações do ProEMI.	<p>P1A – “Inscrição no ENEM, no SISU, no PCN(…)”</p> <p>P2A – “ (...) ainda não pude trabalhar com o projeto.”</p> <p>P3A – “Não houve”</p> <p>P4A – Não respondeu</p> <p>P5A – “ (...) No evento que promovi na escola vi que eles se engajaram bastante (...)”</p> <p>P6A – “Equipamento do laboratório para realização de aulas experimentais.”</p>	<p>P1C – “Não se aplica”</p> <p>P2C – Não respondeu.</p> <p>P3C – “Apenas ajudei a fazer o projeto porém a verba não foi liberada e não ouvi mais falar sobre ele na escola.”</p> <p>P4C – Não respondeu.</p>
Quais dificuldades do ponto de vista pedagógico foram amenizadas com as ações do ProEMI?	<p>P1A – “Sim (...) faltas e indisciplina de alunos”</p> <p>P2A – “Não”</p> <p>P3A – “Não”</p> <p>P4A – Não respondeu</p> <p>P5A – “Sim” (...) “Não há pedagogo em um turno da escola”</p> <p>P6A – “Sim (...) “Não há pedagogo na escola (turno matutino) e no vespertino não tem havido ações pedagógicas para melhoria do rendimento”</p>	<p>P1C - Não respondeu</p> <p>P2C – Não respondeu</p> <p>P3C – Não respondeu</p> <p>P4C - Não respondeu</p>
Como é decidido e quem participa da decisão do emprego dos recursos financeiros advindos do ProEMI?	<p>P1A – “através de uma comissão (...) colhendo informações dos professores. (...) Todos os professores”</p> <p>P2A – “Não tenho conhecimento”</p> <p>P3A – “Não é uma decisão coletiva. O gestor da escola”</p> <p>P4A – “(...) estão sendo destinados para compra de material de projetos. Os professores de áreas afins elaboram projetos nos quais especificam os materiais necessários”</p> <p>P5A – “É discutido como o corpo docente.”</p> <p>P6A – “é discutido com o corpo docente”</p>	<p>P1C – “Não se aplica”</p> <p>P2C – Não respondeu.</p> <p>P3C – “A gestora fez uma reunião e por área todos os professores receberam a lista de projetos e junto com eles os materiais que iriam usar.”</p> <p>P4C - Não respondeu.</p>
Como se deu a construção do PRC? Quais mudanças ocorreram na forma de organização curricular da escola?	<p>P1A – “Não sei”. “Não sei”.</p> <p>P2A – “Apenas solicitaram que cada professor fizesse um projeto”. “Não tenho conhecimento”.</p> <p>P3A – “Não houve. A escola trabalha com o modelo curricular oferecido pela SEDUC.”</p> <p>P4A – “Não sei responder.”</p> <p>P5A – “Não sei.”</p> <p>P6A – “Não sei.”</p>	<p>P1C – “Não se aplica”. “Não se aplica.”</p> <p>P2C – Não respondeu</p> <p>P3C – “(...) foi através de reuniões e planejamentos.”</p> <p>P4C – Não respondeu</p>

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE D – FRAGMENTOS DO DEPOIMENTO DO COORDENADOR INSTITUCIONAL DO PROEMI

Indagação	Respostas do Coordenador Institucional
Em que contexto iniciou na função de Coordenador Institucional do ProEMI?	“Fui indicada para a função, devido ao fato de eu estar fazendo mestrado e de que a temática da minha dissertação era sobre o ProEMI.”
Para o exercício da função, foi-lhe oferecida alguma capacitação? Como se apropriou da regulamentação legal do ProEMI?	“Não, não recebi nenhuma capacitação, a minha apropriação da regulamentação legal do programa foi a partir do conhecimento teórico adquirido com a pesquisa de mestrado.”
Como acontece a seleção das escolas para participarem do Programa?	“(…) fui informada pela antiga Coordenadora que a seleção das escolas acontece por indicação do Sr. Secretário de Educação do Amazonas, conjuntamente com as das Coordenadorias Distritais da Capital e das Coordenadorias Regionais do Interior do Estado.”
Descreva um pouco sobre a adesão das escolas ao ProEMI.	“Foi-me informado o seguinte processo realizado no ano de 2014: O processo inicia com a assinatura do Termo de Adesão ao programa pelo Senhor Secretário de Educação. Em seguida, as escolas selecionadas pelo Secretário e pelas Coordenadorias Regionais e Distritais são cadastradas no sistema PDDE Interativo.”
O que a SEDUC fez para capacitar a equipe gestora das escolas que aderiram ao ProEMI?	“(…) vou relatar o que me foi passado pelas antigas Coordenadoras: (...) a SEDUC/AM convocava uma reunião envolvendo setores da SEDUC-SEDE, ligados ao programa, como GEM, GACE e Financeiro e as escolas aprovadas, na figura de seus Gestores e Presidentes de APMCs para informação do modo de operacionalização do programa.”
Descreva sobre sua atuação na implementação e na operacionalização do ProEMI.	“Não participei ainda de nenhum processo de implementação, em razão do sistema PDDE Interativo estar fechado para novas adesões no ano de 2015. Quanto à operacionalização do programa estou atuando na parte administrativa burocrática como atividades de troca de senhas bloqueadas, liberação de senhas para novos gestores, levantamento de situações pendentes de não utilização de recursos no período adequado, entre outras. Além de ter iniciado levantamentos históricos do percurso do programa na SEDUC, procurando identificar escolas selecionadas e aprovadas, verificação do desempenho e do fluxo escolar das escolas numa linha de tempo, análise motivos de não aprovação de escolas no programa, análise dos PRCS aprovados e suas execuções, dentre outros assuntos.”
Aponte as maiores dificuldades encontradas na execução do ProEMI.	“A percepção de que as escolas mesmo tendo seus PRCS aprovados na SEDUC/AM e no MEC, não têm clareza do que é o aspecto pedagógico, foco do programa, em detrimento do aspecto administrativo. A falta de documentação sistematizada das atividades desenvolvidas pelo programa desde o seu início em 2009 (...)
Nesse pouco tempo na coordenação, quais as maiores dificuldades identificadas por você em relação à operacionalização do ProEMI?	a) “o entendimento do processo aos poucos, ainda estou aprendendo a parte prática do programa, devido ao fato da prática ser diferente do que consta no documento orientador do ProEMI; b) ficar quase que 100% envolvida em questões administrativas e financeiras em detrimento do aspecto pedagógico. c) Estar sozinha no programa, quando o Documento Orientador cita uma equipe; d) A percepção cada vez mais clara de que as escolas não entendem o que é ProEMI, o que me angustia muito. e) O desconhecimento das escolas da parte normativa da educação básica, ou seja, parece que as escolas não conhecem a Diretriz Curricular do Ensino Médio de 2012, não conseguindo fazer um link entre ela, o Projeto Político Pedagógico e os Macrocampos. Como não sou pedagoga, sinto falta de um olhar pedagógico para análise dos PRCs já aprovados em 2013 e 2014.”

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE D – FRAGMENTOS DO DEPOIMENTO DO COORDENADOR INSTITUCIONAL DO PROEMI (continuação)

Como se dá a orientação às escolas quanto ao preenchimento do PRC no PDDE Interativo?	“Pelo que observei a orientação ocorreu por meio de reuniões envolvendo os setores da SEDUC/AM ligados ao programa (...)”
Depois da adesão ao programa, as escolas buscam a GEM para esclarecimentos sobre o programa? As dúvidas mais frequentes estão mais relacionadas aos aspectos pedagógico ou financeiro?	“Sim, existe uma demanda de escolas que procuram a GEM. Entretanto, o que vivenciei de fev 2015 até a presente data foram dúvidas relacionadas aos aspectos financeiros, nenhuma escola buscou informação da parte pedagógica.”
O MEC realiza análise dos PRC cadastrados pelas escolas no PDDE Interativo? Se sim, o que tem sido identificado nessas análises?	“A análise do MEC iniciou nos PRCs do ano de 2014, porém, não consigo identificar a data precisa que começou essa dinâmica, já que o PDDE Interativo não traz essa informação, o que acho uma falha do MEC. Os avaliadores MEC têm identificado incoerências na elaboração dos PRCs, indo desde ação considerada inadequada que não cumpre com o proposto pelo programa, ou seja, a articulação do eixo do Ensino Médio Trabalho, Cultura, Tecnologia e Ciências, até duplicidade de itens financiáveis.”
E a SEDUC vem realizando as análises do PRC das escolas?	“Como são um total de 57 escolas no ProEMI, incluindo as aprovadas nos anos de 2013 e 2014. Destas, já foram analisadas 40 pelo MEC, entretanto, ainda não tive tempo de iniciar a análise individual das mesmas. O que estou fazendo no momento é cadastrando com a ajuda da Estagiária da GEM as análises dos PRCs por coordenadorias e por municípios para futuro agendamento de visita “in loco” para esclarecimentos das situações constantes nas avaliações.”
Como é feito o monitoramento das escolas do ProEMI?	“Não encontrei registro na Gerência de Ensino Médio que indicasse a realização de tais ações.”
Como é feita a avaliação da execução do ProEMI juntos às escolas?	“Em razão do número reduzido de servidoras no programa, a avaliação do programa não está sendo realizada. Há alguns registros de relatórios de atividades desenvolvidas nas escolas enviados por meio eletrônico para a SEDUC/GEM referentes aos anos de 2009 a 2012.”
Alguma escola inserida no ProEMI já teve seu PRC aprovado no CEE?	“Não.”
Sobre a estrutura organizacional do Comitê Gestor e as atividades desenvolvidas por ele.	“Nos anos de 2009 até 2011, há um documento formal com a composição do Comitê Gestor do ProEMI. Porém, a partir de 2012, não consegui localizar documentação acerca do Comitê. Atualmente, estou sozinha na Coordenação Institucional. Conheço as atividades desenvolvidas pelo comitê pela leitura dos Documentos Orientadores do programa.”
Em relação ao uso dos recursos financeiros, as escolas têm conseguido empregá-los na inovação curricular? Comente um pouco sobre isso.	“ (...) pelo pouco que consegui observar é que a preocupação maior das escolas quanto aos recursos financeiros dirigem-se quase que exclusivamente para o aspecto administrativo, com grandes quantias de recursos financeiros destinados a aquisição de papel ofício, máquina de Xerox, tonner, sem o devido link com o aspecto pedagógico, ou seja, esse material será usado de que maneira? Em que ação? Quais os macrocampos que fazem parte dessa ação?”
Sugestão para melhoria e otimização do ProEMI.	“A efetiva composição do Comitê Gestor, conforme preconiza o Documento Orientador do ProEMI 2014 (...) para que seja realizado um monitoramento às escolas, orientando-as quanto à necessidade primordial na questão pedagógica da elaboração dos seus respectivos PRCs. Capacitação para a equipe do Comitê Gestor do ProEMI, que envolvam a parte pedagógica, administrativa e financeira do programa (...) Acompanhamento mais criterioso junto às escolas no momento do preenchimento dos Diagnósticos e dos PRCs (...). Criação de uma rede de trocas de experiências inovadoras entre as escolas com o ProEMI.”

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE E – MODELO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM COORDENADOR INSTITUCIONAL

Lotação: _____

Data: ___/___/___

LOCAL: _____

Bloco 1: Trajetória Profissional

- 1.1- Qual sua formação?
- 1.2- Fale-me sobre o seu ingresso na SEDUC e sua experiência em outras funções ou cargos.
- 1.3- Quando, como e em que contexto iniciou na função de Coordenadora Institucional do ProEMI?
- 1.4- Para o exercício dessa função, foi-lhe oferecida alguma capacitação? Qual? Em caso negativo, como se apropriou da regulamentação legal ProEMI?

Bloco 2: Implementação e operacionalização do ProEMI

- 2.1- Como acontece a seleção das escolas para participarem do Programa?
- 2.2- Descreva um pouco sobre a adesão das escolas ao ProEMI. Quais são as etapas operacionais?
- 2.3- Descreva um pouco sobre sua atuação na implementação e na operacionalização do ProEMI.
- 2.4- Aponte as maiores dificuldades encontradas na execução do ProEMI.
- 2.5- Como se dá a orientação às escolas quanto ao preenchimento do PRC no PDDE interativo?

Bloco 3: Monitoramento e avaliação do ProEMI

- 3.1 – Como é feito o monitoramento das escolas do ProEMI?
- 3.2- A SEDUC mantém em sua estrutura organizacional um Comitê Gestor do ProEMI. Você faz parte dele? Conhece as atividades desenvolvidas por esse Comitê?
- 3.3- Como é feita a avaliação da execução do ProEMI junto às escolas?
- 3.4- Alguma escola inserida no ProEMI já teve seu PRC aprovado no Conselho Estadual de Educação?

Bloco 4: Finalização

- 4.1- O que gostaria de acrescentar ou sugerir como melhoria, otimização do Programa?

Certamente, essas informações contribuirão bastante para o desenvolvimento de minha pesquisa. Agradeço a colaboração. Abraços, Hadaquel

APÊNDICE F – MODELO QUESTIONÁRIO APLICADO COM PROFESSORES ATUANTES NAS ESCOLAS COM PROEMI

Caro Professor,

Este questionário tem como objetivo investigar como acontece a operacionalização do Programa Ensino Médio Inovador-ProEMI em sua escola. Ressalto que as informações aqui colhidas terão destinação puramente acadêmica.

Antecipadamente, agradeço sua importante contribuição.

Questionário do Professor

1.Nome da Escola: _____

2. Disciplina(s) ou Área(s) do conhecimento em que atua:

Levantamento do Perfil

1. Qual sua idade? _____

2. Qual seu último grau de formação? _____

3. Há quanto tempo atua no magistério? _____

4. Há quanto tempo atua nessa Escola? _____

5. Qual seu regime de trabalho? _____

6. Qual sua carga horária nessa Escola? _____

Informações quanto à implementação do ProEMI

7. Você conhece a Portaria no. 971 de 9 de outubro de 2009?

() sim () não

Caso tenha marcado sim na questão 7, responda:

8. Como foi realizado o repasse das informações da Portaria no. 971/2009 para a equipe escolar?

8. Na Escola foi promovida formação para estudo do Documento Orientador do ProEMI?

() sim () não

Caso tenha marcado sim na questão 8, responda:

9. Como foi essa formação para estudo do Documento Orientador do ProEMI?

Informações quanto à operacionalização do ProEMI

10 . Assinale com quais macrocampos a Escola tem trabalhado.

Acompanhamento Pedagógico		Iniciação Científica	
Cultura Corporal		Leitura e Letramento	
Produção e Fruição das Artes		Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias	
Participação Estudantil		Línguas Estrangeiras	
Não tenho conhecimento			

11. Destaque as experiências inovadoras em sua escola resultantes do ProEMI?

Informações quanto ao aspecto pedagógico

12. Faça um relato de uma experiência interessante que você protagonizou como professor, a partir das ações do ProEMI.

13. O ProEMI tem contribuído para enfrentar algumas dificuldades do ponto de vista pedagógico?

() sim () não

Caso tenha marcado sim na questão13, responda:

14. Quais dificuldades foram amenizadas com as ações do ProEMI?

Informações quanto à utilização dos recursos financeiros do ProEMI

15. De que forma é decidido como serão empregados os recursos financeiros advindos do ProEMI na sua escola?_____

16. Quem participa dessa decisão?

Informações quanto ao Projeto de Redesenho Curricular

17. Como se deu a construção do Projeto de Redesenho Curricular?

18. Quais mudanças ocorreram na forma de organização curricular da escola, a partir do Projeto de Redesenho Curricular?

APÊNDICE G – MODELO QUESTIONÁRIO APLICADO COM GESTOR DE ESCOLA COM PROEMI

Caro Gestor,

Este questionário tem como objetivo investigar como aconteceu/acontece a adesão e a operacionalização do Programa Ensino Médio Inovador-ProEMI em sua escola. Ressalto que as informações aqui colhidas terão destinação puramente acadêmica.

Antecipadamente, agradeço sua importante contribuição.

Questionário do Gestor

Nome da Escola: _____

Levantamento do Perfil

1. Qual sua idade? _____
2. Qual seu último grau de formação? _____
3. Há quanto tempo atua no magistério? _____
4. Há quanto tempo atua na gestão dessa Escola? _____

Informações quanto à implantação do ProEMI

5. Quando e como aconteceu a adesão da Escola ao ProEMI?

6. Em que mês e ano em começaram a ser desenvolvidas do ProEMI com seus alunos?

Mês: _____

() 2009 () 2010 () 2011 () 2012 () 2013 () 2014

7. Qual a jornada escolar a partir do ProEMI?

() 4 horas () 5 horas () 7 horas

8. Você conhece a Portaria no. 971 de 9 de outubro de 2009?

() sim () não

Caso tenha marcado sim na questão 8, responda:

9. Como a Portaria no. 971/2009 foi levada ao conhecimento dos gestores escolares?

10. Como foi sua receptividade em relação aos objetivos da Portaria citada?

11. Como foi realizado o repasse das informações da Portaria no. 971/2009 para a equipe escolar?

12. A SEDUC promoveu capacitação à equipe gestora da Escola para desenvolver as ações do ProEMI?

() sim () não

Caso tenha marcado sim na questão 12, responda:

13. Em que ano e como foi essa capacitação?

14. Como você teve acesso ao Documento Orientador do Programa?

15. As orientações trazidas no Documento Orientador do Programa são suficientes para compreender as etapas operacionais e o objetivos do ProEMI? Justifique.

Informações quanto à operacionalização do ProEMI

16 . Assinale com quais macrocampos a Escola tem trabalhado.

Acompanhamento Pedagógico		Iniciação Científica	
Cultura Corporal		Leitura e Letramento	
Produção e Fruição das Artes		Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias	
Participação Estudantil		Línguas Estrangeiras	

17. Como estão organizadas as ações do Projeto de Redesenho Curricular da Escola? (pode assinalar quantas alternativas forem necessárias)

Disciplinas optativas		Projetos	
Oficinas		Seminários integrados	
Clubes de interesse		Grupo de pesquisa	
Trabalho de campo		Outros	
Especifique:			

18. Descreva como foi realizado o processo de elaboração e cadastramento do Projeto de Redesenho Curricular (PRC) no Sistema PDDE Interativo?

19. Quais as dificuldades encontradas na execução do ProEMI? (pode assinalar quantas alternativas forem necessárias)

Espaço físico	
Reuniões de planejamento e organização das ações do ProEMI	
Articulação entre as áreas de conhecimento do Ensino Médio	
Compreensão das orientações do ProEMI	
Formação de professores	
Aceitação e adesão por parte dos alunos ou de suas famílias	
Aceitação e participação de professores e demais profissionais da educação	
Disponibilidade de profissionais	
Uso dos recursos financeiros	
Suporte técnico governamental (Secretaria e/ou Ministério da Educação)	
Recursos didático-pedagógicos	
Outra	

20. A escola possui professor(es) articulador(es) para coordenar as ações do ProEMI conforme previsto nos Documentos Orientadores (2009 e 2011)?

() Sim () Não

Caso tenha marcado sim na questão 18, responda:

21. Como é feita a escolha do professor articulador?

22. Quais atividades são atribuídas ao professor articulador?

Informações quanto ao monitoramento do ProEMI

23. Como a SEDUC monitora as ações da escola no ProEMI?

Informações quanto ao aspecto pedagógico

24. Sintetize as mudanças que aconteceram em sua escola em decorrência do ProEMI.

Informações quanto à utilização dos recursos financeiros do ProEMI

25. De que forma é decidido como serão empregados os recursos financeiros advindos do ProEMI na sua escola? _____

Informações quanto ao Projeto de Redesenho Curricular

26. Como se deu a construção do Projeto de Redesenho Curricular?

27. Quais mudanças ocorreram na forma de organização curricular da escola, a partir do Projeto de Redesenho Curricular?

Espaço para comentários

APÊNDICE H – MODELO QUESTIONÁRIO APLICADO COM PROFESSOR ARTICULADOR DO PROEMI

Caro Professor Articulador,

Este questionário tem como objetivo investigar como aconteceu/acontece a adesão e a operacionalização do Programa Ensino Médio Inovador-ProEMI em sua escola. Ressalto que as informações aqui colhidas terão destinação puramente acadêmica.

Antecipadamente, agradeço sua importante contribuição.

Questionário do Professor Articulador

Nome da Escola: _____

Levantamento do Perfil

1. Qual sua idade? _____
2. Qual seu último grau de formação? _____
3. Há quanto tempo atua no magistério? _____
4. Há quanto tempo atua como professor articulador do ProEMI?

Informações quanto à implementação do ProEMI

5. Em que mês e ano começaram a ser desenvolvidas as atividades do ProEMI com seus alunos?

Mês: _____

() 2009 () 2010 () 2011 () 2012 () 2013 () 2014

6. Qual a jornada escolar a partir do ProEMI?

() 4 horas () 5 horas () 7 horas

7. Você conhece a Portaria no. 971 de 9 de outubro de 2009?

() sim () não

Caso tenha marcado sim na questão 7, responda:

8. Como foi realizado o repasse das informações da Portaria no. 971/2009 para a equipe escolar?

9. Na Escola foi promovida formação para estudo do Documento Orientador do ProEMI?

() sim () não

Caso tenha marcado sim na questão 9, responda:

10. Como foi essa formação para estudo do Documento Orientador do ProEMI?

11. As orientações trazidas no Documento Orientador do Programa são suficientes para compreender as etapas operacionais e o objetivos do ProEMI? Justifique.

12. A SEDUC promoveu capacitação à equipe gestora da Escola para desenvolver as ações do ProEMI?

() sim () não

Caso tenha marcado sim na questão 12, responda:

13. Em que ano e como foi essa capacitação?

Informações quanto à operacionalização do ProEMI

14 . Assinale com quais macrocampos a Escola tem trabalhado.

Acompanhamento Pedagógico		Iniciação Científica	
Cultura Corporal		Leitura e Letramento	
Produção e Fruição das Artes		Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias	
Participação Estudantil		Línguas Estrangeiras	

15. Como estão organizadas o Projeto de Redesenho Curricular da Escola? (pode assinalar quantas alternativas forem necessárias)

Disciplinas optativas		Projetos	
Oficinas		Seminários integrados	
Clubes de interesse		Grupo de pesquisa	
Trabalho de campo		Outros	
Especifique:			

16. Como se deu a construção do Projeto de Redesenho Curricular?

17. Quais as dificuldades encontradas na execução do ProEMI?(pode assinalar quantas alternativas forem necessárias)

Espaço físico	
Reuniões de planejamento e organização das ações do ProEMI	
Articulação entre as áreas de conhecimento do ensino médio	
Compreensão das orientações do ProEMI	
Formação de professores	
Aceitação e adesão por parte dos alunos ou de suas famílias	
Aceitação e participação de professores e demais profissionais da educação	
Disponibilidade de profissionais	
Uso dos recursos financeiros	
Suporte técnico governamental (Secretaria e/ou Ministério da Educação)	
Recursos didático-pedagógicos	
Outra	

18. Sintetize as mudanças pedagógicas que aconteceram em sua escola em decorrência do ProEMI.

Informações quanto à utilização dos recursos financeiros do ProEMI

19. De que forma é decidido como serão empregados os recursos financeiros advindos do ProEMI na sua escola?

20. Quem participa dessa decisão?

Informações quanto ao Projeto de Redesenho Curricular

21. Como se deu a construção do Projeto de Redesenho Curricular?

22. Quais mudanças ocorreram na forma de organização curricular da escola, a partir do Projeto de Redesenho Curricular?

Informações quanto à função de Professor Articulador

23. Como e por que foi selecionado para atuar na função de Articulador do ProEMI?

24. Sintetize a sua rotina na escola como Professor Articulador do ProEMI. Destaque as principais atividades desenvolvidas em sua jornada diária.

Comentários
